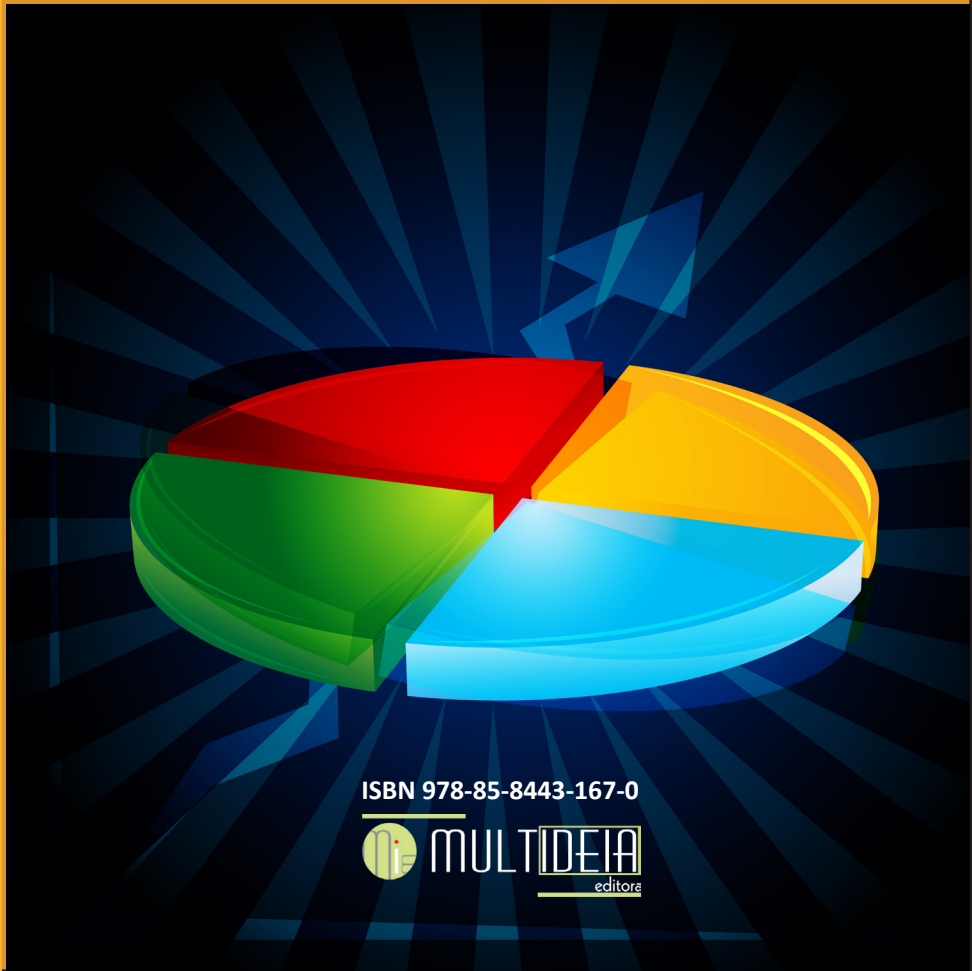
SABERES CONTÁBEIS

VOLUME IV

Andréia Cittadin
Dourival Giassi
Milla Lúcia Ferreira Guimarães
Organizadores



ISBN 978-85-8443-167-0

MULTIDEIA editora

Multideia Editora Ltda.
Rua Desembargador Otávio do Amaral, 1.553
80710-620 - Curitiba - PR
+55(41) 3339-1412
editorial@multideiaeditora.com.br

Conselho Editorial

Marli Marlene M. da Costa (Unisc)
André Viana Custódio (Unisc)
Fabiana Marion Spengler (Unisc)
Salete Oro Boff (Unisc/IESA/IMED)
Carlos Lunelli (UCS)
Liton Lanes Pilau (Univalli)
Danielle Annoni (UFPR)
Luiz Otávio Pimentel (UFSC)
Orides Mezzaroba (UFSC)
Sandra Negro (UBA/Argentina)
Nuria Belloso Martín (Burgos/Espanha)
Denise Fincato (PUC/RS)
Wilson Engelmann (Unisinos)
Neuro José Zambam (IMED)

Coordenação editorial e revisão: Fátima Beghetto
Projeto gráfico e capa: Sônia Maria Borba
Diagramação: Bruno Santiago Di Mônaco Rabelo
Imagem da capa: [© get4net] / Depositphotos.com

CPI-BRASIL. Catalogação na fonte

S115 Saberes contábeis [recurso eletrônico] / organização de Andréia Cittadin, Dourival Giassi, Milla Lúcia Ferreira Guimarães – Curitiba: Multideia, 2017.
168p; v. 4.; 22,5cm

ISBN 978-85-8443-167-0

1. Contabilidade. 2. Mercado de capitais. 3. Gestão de custos. I. Cittadin, Andréia (org.). II. Giassi, Dourival (org.). III. Guimarães, Milla Lúcia Ferreira (org.). IV. Título.

CDD 657 (22.ed.)
CDU 657

Autorizamos a reprodução parcial dos textos, desde que citada a fonte.
Respeite os direitos autorais – Lei 9.610/98.

Andréia Cittadin
Dourival Giassi
Milla Lúcia Ferreira Guimarães
Organizadores

SABERES CONTÁBEIS

VOLUME IV

AUTORES

Adriana Carvalho Pinto Vieira
Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias
Amauri de Souza Porto Junior
Andreia Cittadin
Anete Alberton
Cleber Marcos Rodniski
Cleber Pacheco Bombazar
Cristina Keiko Yamaguchi
Daliane Pavão Elsner
Dourival Giassi
Eduardo Tramontin Castanha
Fernando Locks Machado
Gabriela De Mello Cesar
Gilvane Scheren
Ivone Junges
Januário José Monteiro
Julio Cesar Zilli
Marluce Lembeck
Melissa Chanazis Valentini
Milla Lúcia Ferreira Guimarães
Rodney Wernke
Sabrina do Nascimento

Curitiba
MULTIDEIA editora
2017

APRESENTAÇÃO

"A experiência é
o que nos passa,
o que nos acontece,
o que nos toca".
(Jorge Larrosa Bondía)

O Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) por meio dos Grupos de Pesquisa: Núcleo de Estudos Contábeis (NECON) e Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional (NEGEO) lançou, no ano de 2014, o primeiro edital de chamada de artigos, a fim de compor a Coleção Saberes Contábeis, com o propósito de divulgar a produção acadêmica de alunos, professores e colaboradores externos.

O Curso, há 42 anos, vem continuamente incentivando a qualificação docente, a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, a ampliação das ações e de projetos de extensão e o fomento a pesquisas que versam sobre temas relativos às Ciências Contábeis e áreas correlatas, seguindo a missão da Unesc em "educar por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida".

O e-book Saberes Contábeis, volume IV, foi cuidadosamente pensado e elaborado a partir das experiências adquiridas e das relações entre pesquisadores até então criadas. É justamente por este motivo que temos certeza de que esta obra define um momento ímpar para a consolidação da pesquisa no Curso, fato que emerge grande sentimento de alegria pelo trabalho realizado, mas também, com a consciência de que há muito para ser feito.

A obra é iniciada pelo artigo de Rodney Wernke e Ivone Junges, que objetiva identificar o nível de utilização do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, bem como o grau de importância de cada um atribuído pelos gestores das empresas da Amurel.

O segundo artigo, de *Cleber Rodniski*, *Daliane Elsner*, *Gabriela Cesar* e *Sabrina do Nascimento*, apresenta o custo efetivo da mão de obra de uma empresa de comércio e instalações elétricas, contabilizando os gastos obtidos pela contratação, manutenção e desligamento de funcionários.

Fernando Machado, *Cleber Bombazar* e *Julio Zilli* buscam determinar e analisar os indicadores econômico-financeiros que apontam para IPO de uma sociedade anônima de capital fechado.

As pesquisadoras *Melissa Valentini*, *Adriana Vieira* e *Cristina Yamaguchi* tratam do modo como as empresas estão praticando a gestão e o compartilhando do conhecimento para se adequarem ao projeto eSocial.

Os autores *Rodney Wernke*, *Ivone Junges*, *Marluce Lembeck* e *Gilvane Scheren* se propõem a investigar com maior profundidade a relevância do Programa Bolsa Família perante as principais receitas tributárias e o PIB dos municípios catarinenses.

Eduardo Castanha, *Januário Monteiro*, *Dourival Giassi*, *Andréia Cittadin* e *Milla Guimarães* apresentam a possível relação entre a qualificação pedagógica docente e o desempenho discente nos cursos de Ciências Contábeis das universidades catarinenses.

O último artigo da obra, de autoria dos pesquisadores *Almerinda Dias*, *Anete Alberton* e *Amauri Porto Junior* objetiva analisar quais variáveis de controle influenciam professores universitários quanto a aversão à perda em situação de decisão financeira.

A obra "Saberes Contábeis" – Volume IV, certamente será de grande contribuição aos professores e estudantes pesquisadores na área das Ciências Contábeis e correlatas. Uma possibilidade de reflexão, estímulo e desafio para novas produções.

Criciúma, junho de 2017.

Profª. Ma. Andréia Cittadin

Prof. Me. Dourival Giassi

Profª Ma. Milla Lúcia Ferreira Guimarães

SUMÁRIO

NÍVEIS DE UTILIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDOS AOS PRINCIPAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS POR EMPRESAS DA MICRORREGIÃO DA AMUREL 9

Rodney Wernke & Ivone Junges

CUSTO EFETIVO DA MÃO DE OBRA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA DE COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA..... 35

Cleber Marcos Rodniski; Daliane Pavão Elsner; Gabriela De Mello Cesar & Sabrina do Nascimento

PERSPECTIVAS PARA A ABERTURA DE CAPITAL DE UMA SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO: UMA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA 61

Fernando Locks Machado; Cleber Pacheco Bombazar & Julio Cesar Zilli

SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS (e-SOCIAL): OS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ROTINAS DIANTE DA GESTÃO ORGANIZACIONAL..... 81

Melissa Chanazis Valentini ; Adriana Carvalho Pinto Vieira & Cristina Keiko Yamaguchi

RELEVÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PERANTE AS PRINCIPAIS RECEITAS TRIBUTÁRIAS E O PIB DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES ENTRE 2010 E 2013 97

Rodney Wernke; Ivone Junges; Marluce Lembeck & Gilvane Scheren

QUALIFICAÇÃO PEDAGÓGICA DOCENTE E DESEMPENHO DISCENTE: UM ESTUDO NAS UNIVERSIDADES CATARINENSES QUE OFERTAM GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS 123

Eduardo Tramontin Castanha; Januário José Monteiro; Dourival Giassi; Andréia Cittadin & Milla Lúcia Ferreira Guimarães

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS: UM ESTUDO COM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE O SENTIMENTO DE AVERSÃO À PERDA 141

Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias; Anete Alberton & Amauri de Souza Porto Junior

NÍVEIS DE UTILIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDOS AOS PRINCIPAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS POR EMPRESAS DA MICRORREGIÃO DA AMUREL

Rodney Wernke
Contador, Dr. Eng. de Produção/UFSC, Professor no Curso de Administração/Unisul e no PPGCCA/Unochapecó. Contato: rodney.wernke@unisul.br

Ivone Junges
Economista, Dra. Eng. de Produção/UFSC, Professora no Curso de Administração/Unisul, Contato: ivone.junges@unisul.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar o nível de utilização do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), bem como o grau de importância respectivo atribuído a eles pelos gestores de empresas estabelecidas na microrregião da Amurel (Associação de Municípios da Região de Laguna). Quanto ao desenho metodológico, o estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa quantitativa de descrição e consiste na solicitação de informações a um grupo estatisticamente significativo de pessoas para posterior análise quantitativa, recorrendo-se a técnicas de pesquisa de campo. Quanto ao procedimento de coleta de dados, este aconteceu por intermédio da aplicação de questionário específico nos meses de junho a novembro de 2015 junto a 207 empresas da microrregião da Amurel. Assegurou-se a representatividade estatística acerca dos resultados apurados, visto que o erro amostral é de 6,8% ao nível de confiabilidade de 95%. Alguns resultados: o uso da DRE é mais intenso nas empresas industriais do que nas de comércio/serviços, visto que 31,48% destas não a utilizam, contra 15,56% das fabris. A utilização do BP é menor no grupo de empresas de comércio/serviços, pois 37,04% afirmaram que não o utilizam, contra 13,33% das indústrias. O principal resultado do estudo vincula-se, entretanto, à aparente contradição entre o nível de uso e o grau de importância atribuído aos demonstrativos priorizados.

Palavras-chave: Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício. *Survey*.

1 INTRODUÇÃO

Os fatores que restringem o crescimento de pequenas e médias empresas (PMEs) costumam ser relacionados, principalmente, às dificuldades atreladas ao acesso a crédito bancário, à elevada carga tributária, à adaptação às novas exigências mercadológicas e à gestão financeira inadequada, entre outros (AZOULAY; SHANE, 2001; CLEVERLY, 2002; LIU, 2009; SALES; BARROS; ARAÚJO, 2011; MAHAMID, 2012; SANTOS; ALVES; BARRETO, 2012; NASCIMENTO et al., 2013; SANTINI et al., 2015).

Esses entraves podem representar ameaças à competitividade dessas empresas e, inclusive, à existência destas. Nesse sentido, no estudo "Sobrevivência das Empresas", realizado pelo Sebrae/SC, restou evidenciado que 76% (em média) das empresas criadas em Santa Catarina sobrevivem aos dois primeiros anos de vida, enquanto que especificamente na região de Tubarão (onde foi realizada a pesquisa relatada neste artigo) esse indicador chegou a 77% (ROLDÃO, 2013). Essa estatística ficou muito semelhante a outro estudo sobre mortalidade empresarial que revelou que 27% das empresas constituídas no estado de São Paulo são encerradas em seu primeiro ano de existência. Ainda, no quinto ano de atividade, a taxa de mortalidade acumulada chega a 58%, ou seja, somente 42% das empresas constituídas sobrevivem após o quinto ano de existência (VOGEL; WOOD JR., 2012). Para evitar ou minimizar os perigos da extinção precoce, bem como otimizar o desempenho dos recursos disponíveis, a administração deve utilizar ferramentas adequadas de controle e gestão (GARCIA; KINZLER; ROJO, 2014), especialmente aquelas que permitam conhecer informações sobre a evolução econômica e financeira da companhia, como o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Contudo, a utilização desses demonstrativos contábeis pelos gestores por ocasião da tomada de decisões ou para avaliar a *performance* do empreendimento depende das políticas e dos procedimentos adotados pelos empreendedores e vincula-se a diversos aspectos, inclusive de caráter subjetivo, como a facilidade de compreensão dos conceitos relacionados e a necessidade (ou utilidade) das informações deles oriundas no atual estágio de desenvolvimento da entidade.

Nessa direção, é pertinente cogitar que essa seja uma realidade aplicável também às empresas sediadas na microrregião da Amurel (Associação dos Municípios da Região de Laguna), sul de Santa Catarina. Em virtude disso é que se aventou a questão de pesquisa que se pretende responder: *quais os níveis de utilização e importância atribuídos ao Balanço Patrimonial (BP) e à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) pelos gestores de empresas sediadas na Amurel?* A resposta para essa indagação pode contribuir para confirmar ou refutar as duas suposições que nortearam sua elaboração. A primeira, é que o nível de utilização desses demonstrativos contábeis é proporcional ao grau de importância atribuído pelos gestores; e a segunda, é que há semelhança nos níveis de utilização e de importância atribuídos às referidas demonstrações nas empresas industriais e não industriais (comércio e serviços).

Assim, para dirimir as dúvidas suscitadas, a pesquisa teve como objetivo identificar o nível de utilização das demonstrações contábeis mais comuns (BP e DRE), bem como o grau de importância respectivo atribuído a eles pelos gestores dos empreendimentos estabelecidos na região geográfica citada. Convém ressalvar que o foco deste artigo se limitou apenas a essas duas peças contábeis, por serem as mais conhecidas pelos administradores se comparadas às demais demonstrações legalmente exigidas.

Estudos como este se justificam porque artigos com tal abordagem são escassos, especialmente abrangendo a área geográfica composta pelos municípios situados na Amurel. A partir dessa lacuna de pesquisa se pretende contribuir com um diagnóstico sobre o tema, que propicie o conhecimento da situação atual e permita que iniciativas de melhoria sejam cogitadas e/ou implementadas por associações empresariais e instituições universitárias, entre outros possíveis interessados.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Com o intuito de esclarecer sobre as duas modalidades de demonstrações contábeis abrangidas nesta pesquisa, na sequência são apresentadas as definições respectivas.

Inicialmente foi inquirido acerca da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). A referida peça contábil é utilizada, basicamente, para identificar a composição do resultado do período (lucro ou prejuízo), bem como conhecer a participação de cada fator em relação ao faturamento respectivo. Neste sentido, Almeida e Martins (2014, p. 63) mencionam que essa demonstração "apresenta o desempenho da entidade na perspectiva do regime de competência, contribuindo para o monitoramento das operações e fornecendo informações para tomada de decisões". Além disso, registram que na DRE são apresentadas todas as receitas, das quais são subtraídos todos os custos e despesas para apurar o resultado do mês, trimestre, ano etc. No que tange à Demonstração do Resultado do Exercício, D'Amato et al. (2012, p. 24) destacam que este "é o demonstrativo contábil que evidencia o resultado (lucro ou prejuízo) de uma organização em determinado período". Fornece um resumo financeiro dos resultados operacionais da entidade.

Num segundo momento, foi indagado sobre o controle interno mais "famoso" para os leigos em contabilidade, denominado de Balanço Patrimonial (BP). A respeito desse demonstrativo, Iudícibus et al. (2010, p. 2) registram que "tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática". Para tanto, as contas são classificadas conforme os elementos do patrimônio que representam, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação da companhia a que se refere. D'Amato et al. (2012, p. 20) comentam que "o BP é uma foto em dado momento da situação patrimonial e financeira de uma entidade (empresa, sociedade, clube, igreja etc.), sendo composto por duas partes".

Quanto a pesquisas assemelhadas, cabe evidenciar os estudos de Braga, Braga e Souza (2010), com oito indústrias conserveiras da região de Pelotas (RS); Carvalho e Lima (2011), com 45 pequenas confecções de Sousa (PB); Lohr (2012), com cinco pequenas e médias fábricas alemãs; Hall et al. (2012), com 30 micros e pequenas lojas de Dourados (MS), Svarová e Vrchota (2013), com 176 pequenas e médias empresas da República Checa; Garcia, Kinzler e Rojo (2014), com 14 lojas de Cascavel (PR); Silva Filho et al. (2015) com 53 empresas do setor gesseiro de Pernambuco; Jesus et al. (2015) que pesquisaram sobre a gestão de custos em 144 empresas da região de Criciúma;

Sousa et al. (2016), com 31 empresas clientes de escritório contábil de Andradina (MG); Defaveri e Baldissera (2016), que envolveu três lojas de Campo Bonito (PR) e Santos, Dorow e Beuren (2016), cuja pesquisa compreendeu 41 micros, pequenas e médias empresas da região do Alto Vale do Itajaí (SC).

Em relação às pesquisas mencionadas, além de não tratarem especificamente sobre o mesmo tema, nenhuma das realizadas no Brasil conseguiu número suficiente de respondentes para assegurar representatividade estatística, como conseguido neste estudo.

3 METODOLOGIA

Quanto ao desenho metodológico, este pode ser caracterizado como uma pesquisa quantitativa de descrição. Rauen (2015, p. 157) menciona que esse tipo de estudo é mais conhecido como de "levantamento de dados, de sondagem ou *survey*, e consiste na solicitação de informações a um grupo estatisticamente significativo de pessoas para posterior análise quantitativa, recorrendo-se a técnicas de pesquisa de campo". Por sua vez, Andrade (2002) aduz que os estudos descritivos se preocupam em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem a interferência direta do pesquisador no contexto. No que tange à forma de abordagem quantitativa, Richardson et al. (1999) aduzem que essa modalidade envolve as pesquisas que empregam a quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento dessas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples (como percentual, média, desvio-padrão etc.) até aquelas mais complexas (como coeficientes de correlação, análises de regressão etc.).

No que concerne ao procedimento de coleta de dados, este aconteceu por intermédio da aplicação de questionário específico nos meses de junho a novembro de 2015. Os referidos questionários foram preenchidos a partir das informações coletadas nas empresas por um grupo de alunos do curso de Administração de uma universidade sediada na área geográfica abrangida. A amostra utilizada envolveu 207 (duzentos e sete) empresas da microrregião da Amurel, cujo critério de seleção levou em conta dois aspectos: (*i*) estarem sediadas na área geográfica citada e (*ii*) a facilidade de acesso dos pesquisadores às

empresas participantes. Com base nesse número de participantes do estudo, pode-se dizer que os resultados aqui relatados expressam a realidade do contexto empresarial abrangido. Ou seja, assegurou-se a representatividade estatística acerca dos resultados apurados, visto que o erro amostral é de 6,8% ao nível de confiabilidade de 95%.

No que tange às características do questionário, este estava dividido em duas partes: a primeira visou conhecer algumas características das empresas participantes e dos respondentes, enquanto que a segunda investigou a frequência de uso e a importância atribuída pelos administradores destas companhias ao Balanço Patrimonial (BP) e à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e às informações destes oriundas. O referido instrumento de pesquisa continha questões abertas, questões de múltiplas escolhas e algumas perguntas que envolviam uma escala de importância que ia de "1" a "5", onde se considerava o nível "5" como extremamente importante e "1" como irrelevante. Ainda quanto às etapas de processamento e análise dos dados obtidos, estes foram tabulados em planilha *Excel*, utilizando-se apenas a estatística descritiva (frequência e número de respostas) para sintetizar os resultados e facilitar a interpretação dos achados do estudo.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Na sequência, são apresentados os dados da pesquisa de campo realizada com 207 empresas sediadas na microrregião da Amurel, seguidos de breve descrição a respeito.

4.1 Características das empresas pesquisadas

Inicialmente, o questionário utilizado contemplou perguntas que visavam revelar os principais aspectos relacionados aos empreendimentos estudados. Nesse sentido, quanto às características das empresas participantes do estudo, convém mencionar os seguintes pontos:

1. Setores econômicos: 46,38% dos respondentes são empresas comerciais; 29,59% são prestadoras de serviços; e 22,22% são indústrias.

2. Perfil dos respondentes: os questionários foram respondidos por proprietários (65,22%), funcionários da administração (18,36%) e gerentes (15,46%).
3. Tempo de existência: 45,89% das companhias participantes atuam há mais de 10 anos no mercado; 23,67% já funcionam entre 5 e 10 anos e 13,53% têm acima de 10 anos de existência.
4. Número de funcionários: 62,32% das empresas possuem até 10 funcionários; 21,74% mantêm entre 11 e 50 empregados; 4,35% empregavam entre 51 e 100 colaboradores, e 11,59% têm mais de uma centena de trabalhadores registrados.
5. Forma de tributação: 60,87% das participantes são optantes pelo "Simples", 8,21% são registradas como MEI e as demais companhias são optantes pelo regime do Lucro Real (20,77%) ou pelo Lucro Presumido (9,66%).

4.2 Utilização e relevância atribuída às demonstrações contábeis

Na segunda parte da pesquisa foram efetuados questionamentos sobre a percepção dos gestores acerca das duas principais demonstrações contábeis, como descrito a seguir.

4.2.1 Demonstração do resultado do exercício (DRE)

Nesta etapa do estudo, após um texto introdutório sobre o significado da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), onde era destacado que ela "evidencia o resultado mensal (lucro ou prejuízo) da empresa", foi indagado sobre a frequência de utilização do demonstrativo por parte dos gestores respondentes. Nesse rumo, a pesquisa identificou que a maior parte dos pesquisados (48,79%) utiliza a DRE com periodicidade "mensal". Além disso, 13,04% dos respondentes afirmaram que utilizam uma vez por ano; 4,83% utilizam esse demonstrativo ocasionalmente (duas ou três vezes por ano); 19,81% afirmaram que não utilizam, e 8,21% optaram por informar que não dispõem desse demonstrativo, mas que gostariam de utilizá-lo/analisá-lo.

Ao comparar os resultados entre os dois grupos priorizados, constatou-se que há pequenas divergências quanto à frequência de utilização da DRE. No geral, praticamente a metade das empresas (48,79%) usa o demonstrativo de resultado mensalmente, mas esse percentual é maior no âmbito fabril. Neste segmento, 55,56% das 45 indústrias afirmaram utilizá-la com frequência mensal, enquanto que nas empresas não fabris esse percentual foi de 46,91% (de um total de 162 respondentes deste grupo). No extremo oposto, das participantes do estudo que indicaram não utilizar essa peça contábil, no caso das indústrias, chegou a 8,89%, e nas empresas de comércio/serviços, o percentual atingiu 22,84%.

Ainda sobre a DRE, foi perguntado sobre a importância que os gestores participantes atribuem a esse demonstrativo. Os resultados da pesquisa indicam que a maior parte dos respondentes (80,68%) acredita ser este um instrumento muito importante para aprimorar o desempenho do empreendimento; enquanto que 9,18% consideram-no "um pouco importante para melhorar o desempenho da empresa" que dirigem. Por outro lado, 6,76% dos questionados mencionaram ser um demonstrativo desnecessário, visto que não utilizam e não sentem falta dele para gerenciar as atividades da companhia. Ainda, 1,93% entendem que a DRE é "importante exclusivamente para atendimento das obrigações contábeis", e 1,45% opinaram que este é "irrelevante para melhorar o desempenho da companhia".

No que concerne aos dois grupos de empresas enfocados, os níveis de importância atribuídos à DRE são praticamente idênticos. No âmbito das indústrias, as que consideram a DRE "muito importante" ou "um pouco importante" atingiram o patamar de 93,34% (86,67% + 6,67%); enquanto que nas demais empresas esse percentual chegou a 88,89% (79,01% + 9,88%). No que tange àquelas que entendem esse demonstrativo como "desnecessário", os resultados ficaram ainda mais próximos: nas industriais, foi de 6,67%, e nas de comércio/serviços 6,79%.

Os controles internos pesquisados têm a capacidade de gerar informações úteis aos administradores. Nessa direção, a pesquisa indagou sobre a importância que os respondentes atribuíram à utilização destes em relação a determinadas possibilidades informativas. No caso da DRE, inicialmente foi perguntado sobre a relevância

imputada para o conhecimento do valor (em R$) do resultado do período (lucro ou prejuízo), cujas respostas coletadas foram resumidas na Tabela 1.

Tabela 1 - Importância atribuída às informações da DRE

Itens	Peso 1 Irrelev.	Peso 2 Pouco imp.	Peso 3 Interm.	Peso 4 Muito imp.	Peso 5 Extr. Imp.
Medir o resultado do período-Total	20,29%	0,48%	2,90%	4,35%	71,98%
Medir o resultado do período-Ind.	8,89%	0,00%	0,00%	4,44%	86,67%
Medir o resultado do período-C/S	23,46%	0,62%	3,70%	4,32%	67,90%
Custos e despesas em % das vendas (AV)-Total	18,84%	1,93%	5,31%	10,63%	63,29%
Custos e despesas em % das vendas (AV)-Ind.	8,89%	0,00%	2,22%	11,11%	77,78%
Custos e despesas em % das vendas (AV)-C/S	21,60%	2,47%	6,17%	10,49%	59,26%
Evolução de vendas, custos e despesas (AH)-Total	19,32%	2,42%	3,38%	9,66%	65,22%
Evolução de vendas, custos e despesas (AH)-Ind.	8,89%	0,00%	4,44%	6,67%	80,00%
Evolução de vendas, custos e despesas (AH)-C/S	22,22%	3,09%	3,09%	10,49%	61,11%
Margens bruta, líquida e final das vendas-Total	21,26%	0,97%	5,31%	7,73%	64,73%
Margens bruta, líquida e final das vendas-Ind.	11,11%	0,00%	4,44%	4,44%	80,00%
Margens bruta, líquida e final das vendas-C/S	24,07%	1,23%	5,56%	8,64%	60,49%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao avaliar os resultados do conjunto pesquisado, verificou-se um aspecto surpreendente e, concomitantemente, preocupante: 20,29% dos pesquisados consideram irrelevante identificar o valor do lucro ou prejuízo na empresa (caberia incluir, também, os respondentes que atribuíram peso "2" para essa informação, o que totalizaria 20,77% dos participantes). Se não consideram relevante essa informação, provavelmente não têm noção sobre o resultado da

firma no período. Por outro ângulo, 76,33% (71,98% + 4,35%) entendem ser uma informação "extremamente importante" ou "muito importante" mensurar o desempenho da empresa em termos de seus resultados econômicos. Além disso, no confronto entre os segmentos fabril e comércio/serviços foram apuradas divergências a respeito. No caso do grupo de 162 empresas não fabris, 23,46% imputaram como "irrelevante" mensurar o resultado do período, enquanto que apenas 8,89% das 45 indústrias participantes opinaram de forma assemelhada. Por consequência, o percentual das companhias industriais que reputaram como "extremamente importante" supera de forma significativa aquele verificado no grupo "comércio/serviços": 86,67% contra 67,90% respectivamente.

A segunda informação questionada, cuja origem poderia ser a DRE, consistia no conhecimento dos percentuais de custos e despesas em relação ao faturamento da empresa, cujo procedimento analítico é mais conhecido nos livros de gestão financeira como "análise vertical". As respostas obtidas permitiram concluir que 63,29% dos respondentes consideram "extremamente importante" a informação relacionada ao conhecimento dos percentuais que os custos e despesas apresentam em relação às vendas do período, enquanto 10,63% escolheram o peso "4" (que representa "muito importante") para essa resposta. Por outro lado, destaca-se que 20,77% consideraram "irrelevante" (18,84%) ou "pouco importante" (1,93%) ter acesso à referida informação. Quanto aos dois segmentos empresariais em tela, à semelhança do parágrafo precedente, também foram identificadas discrepâncias nas respostas coligidas. A participação percentual dos custos e despesas nas vendas foi uma informação considerada "extremamente importante" por 77,78% das indústrias, mas somente 59,26% das empresas de comércio/serviços escolheram essa opção. No que tange àquelas que classificaram como "irrelevante" esse tipo de informe, cerca de 8,89% das companhias fabris apontaram esse grau de importância, enquanto que no outro grupo 21,60% dos respondentes qualificaram dessa forma.

No prosseguimento da pesquisa, foi averiguado sobre a relevância atribuída pelos respondentes à possibilidade de efetuar a análise horizontal (de um período para outro) da trajetória evolutiva dos valores de receitas, custos e despesas. Os respondentes evidenciaram que

em 65,22% das companhias em estudo essa informação foi considerada "extremamente importante", e 9,66% dos participantes atribuíram-lhe nível de importância igual a "4" (na escala de "1" a "5"). No extremo oposto, 21,74% optaram por qualificar essa informação com graus de importância menores: 19,32% atribuíram peso "1" (irrelevante) e 2,42% classificaram com peso "2" (pouco importante). Ao segregar por tipo de empresa, novamente foram identificadas respostas distintas entre os dois agrupamentos. No caso das indústrias, a maioria (80%) delas considerou "extremamente" relevante conhecer essa informação e apenas 8,89% atribuíram-lhe irrelevância. Por sua vez, no âmbito do grupo de comércio/serviços, um contingente maior (22,22% das 162 entidades) qualificou como irrelevante esse tipo de informe, e 61,11% selecionaram o peso "5" nas opções disponíveis, qualificando como "extremamente importante" o conhecimento da evolução horizontal das vendas, custos e despesas.

A quarta informação relacionada à DRE vinculava-se à possibilidade de medição dos percentuais de margens de lucro (bruta, líquida e final) da empresa a cada mês. No que concerne à mensuração das margens de lucratividade, os gestores asseveraram que esta seria uma informação extremamente relevante para 64,73% das empresas pesquisadas, e muito importante para 7,73%. Ou seja, 72,46% consideram-na muito útil para os administradores dessas companhias. Entretanto, parcela representativa da amostra pesquisada revelou que adjetiva esse informe como irrelevante (21,26%) ou pouco importante (0,97%). Quanto ao cenário associado às empresas fabris e não fabris, é pertinente ressaltar alguns aspectos. As respostas relativas às indústrias mostraram que 80% das respondentes qualificam como "extremamente" importante mensurar as margens (bruta, líquida e final) das vendas efetuadas e apenas 11,11% imputaram o adjetivo de "irrelevante" (peso "1", na escala de importância que ia até "5"). Nesses quesitos também foram identificados resultados díspares no grupo "comércio/serviços", visto que 60,49% destas firmas qualificaram tal informação como "extremamente" relevante e 24,07% entendem-na como pouco significativa (peso "1").

Destarte, a análise dos dois conjuntos de empresas mostrou que as indústrias pesquisadas imputam uma relevância maior para as principais informações extraíveis da DRE se comparadas com o

grupo formado por companhias que atuam no setor de comércio/serviços. Na média aritmética das quatro informações inquiridas, as indústrias classificaram estas como "extremamente" relevantes em 81,11% das respostas (contra 62,19% no caso do comércio/serviços) e apenas 9,44% entenderam como "irrelevante" (contra 22,84% no outro grupo de empresas).

4.2.2 Balanço Patrimonial (BP)

A parte do questionário que tratou do Balanço Patrimonial (BP) foi iniciada com uma definição a respeito, que orientou o respondente a entendê-lo como um demonstrativo que retrata a evolução dos ativos (bens, dinheiro, contas a receber etc.), dos passivos (dívidas da empresa com bancos, fornecedores, governo, funcionários etc.) e do patrimônio líquido (que seria o valor que restaria aos sócios após a liquidação de todas as dívidas da companhia).

Em seguida, foi indagado sobre a frequência de uso do Balanço Patrimonial por parte dos gestores das entidades pesquisadas. Os dados coligidos possibilitaram concluir que 56 dos 207 respondentes das empresas participantes (27,05%) utilizam o Balanço Patrimonial com frequência "anual", e 18 (8,70%) destes gestores utilizam-no "ocasionalmente (duas ou três vezes por ano)". Além disso, em 24 firmas (11,59% do total pesquisado) a utilização desse demonstrativo ocorria trimestralmente, e em 43 companhias (20,77%) esse instrumento era analisado com periodicidade mensal. Contudo, 17 participantes (8,21%) informaram que gostariam de utilizar/analisar, mas não dispunham desse demonstrativo na empresa, e 49 empresas (23,67%) mencionaram que esse demonstrativo não é utilizado como fonte de subsídios informativos para o gestor do empreendimento.

Na avaliação comparativa dos dois grupos de empresas, constatou-se que há diferenças e semelhanças quanto à frequência de uso do Balanço Patrimonial. O percentual dos que afirmaram utilizá-lo anualmente é assemelhado: 28,89% nas indústrias, e 26,54% no caso de comércio/serviços. O mesmo acontece em termos da utilização mensal: 22,22% nas fábricas, e 20,37% nas demais empresas. Contudo, no

contexto dos gestores que afirmaram não utilizar essa peça contábil ou que gostariam de utilizá-la mas não conseguem, nas indústrias, o percentual das respostas foi de 13,33% (11,11% + 2,22%), enquanto que nas empresas de comércio/serviços o percentual foi bastante superior, 37,04% (27,16% + 9,88%).

Na sequência, foi indagado sobre a opinião do gestor da empresa no que tange ao nível de importância que ele atribui à análise do Balanço Patrimonial. Com base nos resultados do estudo, dessume-se que 62,80% dos pesquisados compreendem que o Balanço Patrimonial é "muito importante para melhorar o desempenho do empreendimento", e 17,87% qualificaram-no como "um pouco importante para melhorar o desempenho da empresa". Em sentido oposto, 11,11% consideram que ele é "desnecessário, visto que não o utiliza e não sente falta desse demonstrativo para gerenciar as atividades da empresa", enquanto que 2,90% adjetivam-no como "irrelevante para melhorar o desempenho da companhia". Além disso, o uso contábil foi a opção escolhida por 5,31% dos respondentes.

No que tange aos dois grupos de empresas em tela, os níveis de importância atribuídos ao Balanço Patrimonial são praticamente idênticos. Nas indústrias, as que consideram o BP "muito importante" ou "um pouco importante" representam 84,44% (64,44% + 20,00%) das respostas; enquanto que no grupo do comércio/serviços esse patamar chegou a 79,63% (62,35% + 17,28%). Porém, no que se refere às empresas que classificaram esse demonstrativo como "desnecessário", os resultados foram díspares: nas industriais foi de 6,67%, e nas de comércio/serviços 12,35%.

Na pergunta seguinte foi inquirido sobre o nível de importância que os respondentes imputavam a determinadas informações que poderiam ser extraídas do Balanço Patrimonial, cujas respostas colhidas estão apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 - Importância atribuída às informações do Balanço Patrimonial

Itens	Peso 1 Irrelev.	Peso 2 Pouco imp.	Peso 3 Interm.	Peso 4 Muito imp.	Peso 5 Extr. Imp.
Evolução de Ativos, Passivos em PL (em R$)-Total	24,64%	2,42%	8,70%	16,43%	47,83%
Evolução de Ativos, Passivos em PL (em R$)-Ind.	17,78%	2,22%	6,67%	11,11%	62,22%
Evolução de Ativos, Passivos em PL (em R$)-C/S	26,54%	2,47%	9,26%	17,90%	43,83%
Participação no Ativo Total (AV)-Total	24,15%	1,45%	8,70%	17,39%	48,31%
Participação no Ativo Total (AV)-Ind.	11,11%	0,00%	11,11%	15,56%	55,56%
Participação no Ativo Total (AV)-C/S	27,78%	1,85%	8,02%	17,90%	46,30%
Participação no Passivo (AV)-Total	23,19%	2,42%	5,31%	16,43%	52,66%
Participação no Passivo (AV)-Ind.	17,78%	0,00%	4,44%	15,56%	62,22%
Participação no Passivo (AV)-C/S	24,69%	3,09%	5,56%	16,67%	50,00%
Evolução do Patr. Líquido-Total	24,15%	1,93%	6,76%	17,39%	49,76%
Evolução do Patr. Líquido-Ind.	17,78%	0,00%	13,33%	15,56%	53,33%
Evolução do Patr. Líquido-C/S	25,93%	2,47%	4,94%	17,90%	48,77%
Solvência, Rentabilidade, Lucratividade etc.-Total	23,67%	2,42%	7,25%	13,04%	53,62%
Solvência, Rentabilidade, Lucratividade etc.-Ind.	17,78%	2,22%	8,89%	11,11%	60,00%
Solvência, Rentabilidade, Lucratividade etc.-C/S	25,31%	2,47%	6,79%	13,58%	51,85%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Inicialmente foi questionado sobre o "peso" da importância atribuída à informação "conhecer a evolução dos ativos, passivos e patrimônio líquido (em R$) no mês". Como exposto na Tabela 2, cerca de 47,83% dos pesquisados asseguraram que atribuem a essa informação a característica de alta relevância (peso "5", "extremamente im-

portante") e 16,43% também a consideram muito importante (peso "4" na escala de "1" a "5" utilizada). Porém, um dado que chamou a atenção é que 24,64% dos pesquisados entendem que conhecer a evolução dos ativos, passivos e PL (em R$) no mês é "1 – Irrelevante", no que foram seguidos por 2,42% que qualificaram essa informação com nível de importância igual a "2" (equivalente a pouco importante). Ainda, quando se averiguou o comportamento dos dois conjuntos de empresas, a maior oscilação ocorreu quanto à relevância imputada à informação acerca da "Evolução de Ativos, Passivos e PL (em R$)". Nas 45 indústrias abrangidas, 62,22% dos respondentes consideraram-na "extremamente importante", enquanto que 43,83% do grupo do comércio/serviços também avaliaram com esse peso (ou seja, 18,39 pontos percentuais de diferença). No quadrante das que classificaram como "irrelevante", a diferença entre os dois segmentos foi de 8,76 pontos percentuais: 17,78% das fábricas e 26,54% no comércio/serviços.

A segunda informação oriunda do Balanço Patrimonial incluída no questionário versava sobre o conhecimento da "participação percentual (%) do estoque, das contas a receber e de outros ativos em relação ao ativo total do período". Nessa direção, as respostas obtidas por intermédio do instrumento de pesquisa utilizado dão conta que a mensuração do percentual de participação de estoques e contas a receber no ativo total é considerada extremamente relevante (peso "5") para 48,31% das empresas abrangidas. Além disso, 17,39% também consideram esse informe muito importante, visto que atribuíram peso "4" para essa alternativa. No que tange aos participantes que não consideram importante essa informação, apurou-se que essa parcela compreende os 24,15% que indicaram o menor nível de importância ("1 – Irrelevante") e os 1,45% que atribuíram peso "2" para tal possibilidade informativa. Quando a avaliação se refere aos dois grupos, há uma variação maior nas respostas que imputaram peso "1" (irrelevante) a essa informação, pois 11,11% das empresas fabris e 27,78% das outras companhias escolheram essa alternativa. Por outro lado, nas que optaram por classificar como "extremamente importante" se constatou uma diferença de 9,26 pontos percentuais (55,56% das fabris contra 46,30% das demais).

A indagação seguinte referia-se ao grau de importância atribuído à evolução do percentual das dívidas com fornecedores, bancos e im-

postos em relação ao passivo total (participação do capital de terceiros no total das origens de recursos). As respostas dos gestores evidenciaram que a mencionada informação é extremamente importante para 52,66% destes, e muito importante para 16,43%. Além disso, 23,19% dos respondentes afirmaram considerá-la "1 – Irrelevante", e 2,42% atribuíram-lhe peso "2" para o grau de importância a respeito. Ao dividir a amostra pesquisada em indústrias e comércio/serviços, percebeu-se diferença mais relevante nas respostas que apontaram como "extremamente importante", visto que 62,22% das fábricas e 50% das demais optaram por essa alternativa no questionário aplicado.

A quarta possível informação proveniente do Balanço Patrimonial que foi abordada no questionário referia-se à possibilidade de identificação da ocorrência de aumento no patrimônio líquido no período. Geralmente esse tipo de evolução advém da obtenção de lucro e, *a priori*, deveria ser algo a ser valorizado pelos gestores. Na pesquisa foi identificado que 49,76% dos respondentes acreditam que é extremamente importante (peso "5") identificar se houve aumento do Patrimônio Líquido, e 17,39% atribuíram peso "4". Parcela expressiva das empresas pesquisadas, contudo, considerou essa informação "1 – Irrelevante" (24,15%) ou class ficaram-na com peso "2" (1,93%). No que tange à divisão entre empresas fabris e não fabris, no caso dessa informação, as variações entre as respostas dos dois grupos foram menores que aquelas mencionadas nos parágrafos precedentes. A maior divergência ocorreu nas respostas que qualificaram como "irrelevante" esse tipo de informe: 25,93% no comércio/serviços e 17,78% nas indústrias (8,15 pontos percentuais de divergência).

A última informação inquirida relacionava-se com a mensuração do desempenho da empresa por meio de indicadores de solvência, lucratividade, rentabilidade, imobilização, prazos médios etc. Ou seja, os tradicionais indicadores da análise de balanços preconizados pela literatura respectiva. Nesse caso, os resultados da pesquisa efetuada induzem à conclusão de que mais de 2/3 dos respondentes consideram essa informação extremamente importante (53,62%) ou muito importante (13,04%). Entretanto, no âmbito dos que a qualificaram como menos relevante, verificou-se que 23,67% atribuem-lhe peso "1 – Irrelevante" e 2,42% escolheram o nível "2" na escala de importância apresentada. Quando investigado sobre a importância

atribuída pelos dois grupos em tela, constatou-se que a discrepância entre eles foi de 8,15 pontos percentuais no caso das que reputaram tal informação como "extremamente importante" (60% das indústrias e 51,85% das demais), e de 7,53 pontos percentuais quando referia-se àquelas que a consideraram irrelevante (25,31% no comércio/serviços contra 17,78% nas fábricas).

Finalmente, quando apurada a média aritmética das respostas sintetizadas na Tabela 2, verificou-se que nas indústrias há maior atribuição de relevância para esse conjunto de cinco informações priorizadas, pois 58,67% das empresas fabris apontaram-nas como "extremamente relevante", enquanto que essa foi a resposta de menos da metade (48,15%) no caso das firmas de comércio/serviços. Esse comportamento se refletiu de forma contrária no contingente das que opinaram como irrelevantes esses informes: 26,05% das companhias não fabris contra 16,44% das industriais.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico são elencados os principais achados do estudo, conforme exposto na sequência.

Sobre a utilização e a importância atribuída à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), vale a pena destacar os seguintes aspectos:

a) As respostas evidenciaram que 13,04% das empresas fazem uso da DRE uma vez por ano, e 4,83% utilizam-na duas ou três vezes por ano. Ainda, em 5,31% das companhias o uso ocorre trimestralmente, e 48,79% das participantes do estudo utilizam-na mensalmente. O ponto que mais chamou atenção é que 28,02% dos respondentes não utilizam a DRE (19,81%) e/ou gostariam de utilizá-la, mas não dispõem desse informativo de desempenho (8,21%). O percentual dos que não fazem uso por um desses dois motivos é maior no grupo de comércio/serviços (31,48%) se comparado com as indústrias (15,56%).

b) Quanto à importância atribuída à DRE, a maioria dos pesquisados (167 empresas ou 80,68% da amostra) considera muito importante para melhorar o desempenho do empreendimento, sendo que nas fabris esse índice é de 86,67% e nas demais companhias é de 79,01%.

c) Acerca das informações oriundas da DRE, a qualificação como "extremamente importante" foi atribuída por 71,98% dos respondentes à possibilidade de conhecer o valor do lucro ou prejuízo da companhia e por 63,29% para o conhecimento dos percentuais de custos e despesas em relação às vendas do período. Esse mesmo nível de importância (peso "5") foi imputado para a análise evolutiva de um mês para outro dos integrantes da DRE (receitas, custos e despesas) por 65,22% dos participantes, enquanto que 64,73% dos gestores acreditam que a mensuração das margens de lucro obtidas pela firma também é uma informação extremamente importante.

d) Portanto, mesmo considerando-a um demonstrativo relevante para melhorar o desempenho da empresa e fornecer informações pertinentes, ainda há um contingente expressivo de gestores que pouco (ou nem) utilizam a DRE como ferramenta de gestão e na tomada de decisão no âmbito das companhias pesquisadas.

e) Ainda, a análise dos dois conjuntos de empresas também revelou que as indústrias pesquisadas davam mais importância para as principais informações oriundas da DRE se comparado com as de comércio/serviços. Isso pode ser confirmado com base na média aritmética das respostas dadas sobre as quatro informações inquiridas, onde as fabris classificaram-nas como "extremamente" relevantes em 81,11% das respostas (contra 62,19% do grupo do comércio/serviços), e apenas 9,44% opinaram como "irrelevante" (contra 22,84% das não fabris).

No que tange ao Balanço Patrimonial (BP), é pertinente salientar os pontos descritos a seguir:

1. Quanto ao nível de utilização desse demonstrativo, uma parte das empresas (27,05% das participantes) informou utilizar o BP uma vez por ano, enquanto que 20,77% utilizam-no todos os meses. Além disso, constatou-se que 8,70% fazem uso ocasionalmente, e 11,59% analisam o BP trimestralmente. Contudo, em torno de 31,88% das firmas abrangidas não utilizam (23,67%) e/ou gostariam de utilizar, mas não dispõem desse demonstrativo (8,21%). Portanto, concluiu-se que uma parcela significativa (quase um terço) dos administradores das firmas participantes não utiliza o BP na gestão dos negócios (por não achar relevante ou por não dispor dele).
2. No que concerne ao nível de relevância das informações provenientes do BP, apurou-se que 62,80% dos pesquisados compreendem que o Balanço Patrimonial é "muito importante para melhorar o desempenho do empreendimento", e 17,87% qualificaram-no como "um pouco importante para melhorar o desempenho da empresa". Em sentido oposto, 11,11% consideram que ele é "desnecessário, visto que não o utiliza e não sente falta desse demonstrativo para gerenciar as atividades da empresa", enquanto que 2,90% adjetivam-no como "irrelevante para melhorar o desempenho da companhia". Ainda, a utilidade estritamente contábil foi a opção escolhida por 5,31% dos respondentes. Sobre esse contexto é válido conjecturar que essas concepções equivocadas sobre o Balanço Patrimonial explicam, em parte, o elevado número de empresários que não o utilizam como suporte à avaliação de desempenho das companhias que dirigem.
3. A respeito das informações mais comumente obtidas nesse demonstrativo, a evolução dos ativos, passivos e patrimônio líquido (em R$) foi classificada como extremamente importante por 47,83% das empresas. Por sua vez, a análise vertical do ativo recebeu a qualificação de maior relevância de 48,31% dos participantes, enquanto que essa forma de avaliação foi considerada com o mesmo grau de importância por 52,66% dos respondentes no âmbito do passivo. Por último, a mensuração dos indicadores de solvência, rentabilidade, lucratividade etc. foi considerada como extremamente im-

portante para 53,62% dos que responderam o questionário *online* encaminhado.

4. Adicionalmente, ao se calcular a média aritmética das respostas sobre as informações extraíveis do BP, concluiu-se que os gestores industriais dão mais importância para esse conjunto de informes. Nas empresas fabris a média das que apontaram tais informações como "extremamente" importantes chegou a 58,67%, mas foi de 48,15% nas companhias de comércio/serviços. Esse comportamento se refletiu de forma contrária no contingente das que opinaram como irrelevantes esses informes: 26,05% das companhias não fabris contra 16,44% das industriais.

Para concluir, é interessante comentar que, numa avaliação mais ampla, os achados desta pesquisa corroboram ou refutam/contradizem alguns estudos anteriores, como explicitado na sequência.

Destarte, de forma resumida, a partir das informações advindas da pesquisa, foi possível concluir que os respondentes não utilizam frequentemente a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e o Balanço Patrimonial (BP). Observou-se que tais instrumentos, mesmo considerados muito importantes pela maior parte dos gestores pesquisados, ainda são pouco empregados como fonte de subsídios à tomada de decisão ou para avaliação de *performance* das empresas. Além disso, as empresas respondentes indicaram haver dificuldade para medir e utilizar indicadores econômico-financeiros a serem obtidos a partir de demonstrativos contábeis (como solvência, lucratividade etc.).

Esses achados divergem parcialmente do artigo de Santos, Dorow e Beuren (2016), que também enfocou as práticas gerenciais no contexto das micro e pequenas empresas e constatou que apenas 39,02% (de 41 empresas) responderam que utilizam Balanço Patrimonial e DRE na tomada de decisões, enquanto 36,59% disseram que não usam e cerca de 24,39% afirmaram que tais demonstrações são desconhecidas do gestor. Como visto, na realidade das 207 empresas da microrregião da Amurel, o percentual das que não usam a DRE foi de 28,02% e de 31,88% para as que não usam o Balanço Patrimonial. Portanto, em média 71,98% e 68,12% afirmaram utilizar, mesmo que ocasio-

nalmente, o Demonstrativo de Resultado e o Balanço Patrimonial (respectivamente). Destarte, os resultados do trabalho ora relatado foram percentualmente superiores aos observados por Silva et al. (2010), que constataram que 36 empresas entre 55 pesquisadas (65,4%) utilizavam a Demonstração do Resultado e o Balanço Patrimonial.

Da mesma forma, assemelham-se ao estudo realizado por Faria, Azevedo e Oliveira (2012), onde foi identificado que há uma subutilização dos instrumentos contábeis nas empresas abrangidas naquela pesquisa, em decorrência de seus gestores desconhecerem ou não estarem convencidos da utilidade da contabilidade no processo de gestão. Resultado parecido também foi encontrado por Hall et al. (2012) no que concerne à utilização das informações contábeis para apuração de índices para análises econômico-financeiras, onde foi constatado que o grupo de lojas pesquisadas em Dourados (MS) ainda encontrava dificuldades em apurar esses resultados.

Esse baixo nível de uso pode estar vinculado ao desconhecimento do potencial informativo destes ou a dificuldades com os termos contábeis e com as demonstrações citadas, como observado na pesquisa de Kos et al. (2011). No referido estudo, a maioria dos gestores das micros e pequenas empresas abrangidas naquele estudo não compreendiam a informação contábil fornecida pelos contadores por não conhecerem o significado de termos usados nesses relatórios, como, por exemplo, lucro contábil, receita e despesa contábil e até mesmo Balanço Patrimonial. No mesmo rumo, Defaveri e Baldissera (2016) também identificaram a dificuldade dos gestores entrevistados no que diz respeito à utilização de relatórios contábeis, que indicaram que não utilizam os relatórios contábeis como mecanismo de gestão. Citam que perceberam que há obstáculos para entender e analisar todos os dados constantes nesses demonstrativos, bem como apresentar modos de aplicação prática dessas informações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o estudo permitiu alcançar o objetivo inicialmente proposto, ou seja, conhecer o nível de utilização e importância atribuída aos principais demonstrativos contábeis pelos gestores das empresas estabelecidas na microrregião geográfica analisada. Com tal

propósito, a pesquisa retratou a realidade vigente nas empresas da microrregião da Amurel com representatividade estatística (em termos de confiabilidade amostral). Assim, entende-se que a principal contribuição deste trabalho é no sentido de facultar o conhecimento das limitações e pontos positivos dessas entidades quanto ao uso desses relatórios contábeis nos aspectos priorizados.

Por outro lado, no que tange aos resultados oriundos da pesquisa, os dados coligidos apontaram que:

a) A DRE não é utilizada por 28,02% das empresas pesquisadas, mas 80,68% destas consideram-na importante para melhorar o desempenho do empreendimento.
b) O uso da DRE é menos intenso nas empresas industriais do que nas de comércio/serviços, visto que 31,48% destas não a utilizam, contra 15,56% das fabris.
c) Sobre as informações provenientes da DRE, a mais valorizada foi o conhecimento do valor do lucro/prejuízo do período, seguida da evolução das receitas, custos e despesas de um período para outro. Ainda, o conjunto de informações obtidas da DRE foi considerado mais importante para as companhias fabris do que paras as de comércio/serviços.
d) O BP não é utilizado por 31,88% das pesquisadas, mas 62,80% considerem-no importante para otimizar a performance da empresa.
e) A utilização do BP é menor no grupo de empresas de comércio/serviços, onde 37,04% afirmaram que não o utilizam, contra 13,33% nas indústrias.
f) Do rol de informações a extrair do BP, a mais valorizada pelas empresas foi a mensuração de indicadores (solvência, rentabilidade, lucratividade etc.).

O principal resultado do estudo vincula-se, entretanto, à aparente contradição entre o nível de uso e o grau de importância atribuído aos demonstrativos priorizados no estudo (DRE e BP). Embora sejam, em geral, pouco utilizados no âmbito das empresas pesquisadas, foi evidenciado que há uma percepção da maioria os gestores

pesquisados de que as mencionadas demonstrações contábeis e as informações delas provenientes são importantes para aprimorar a administração das empresas.

Por outro lado, a pesquisa apresenta como principal limitação a subjetividade da percepção dos respondentes quanto aos conceitos indagados. Mesmo que tenha se tentado reduzir esse problema com a inserção de um texto introdutório descrevendo os relatórios contábeis incluídos no questionário, provavelmente alguma dificuldade de compreensão pode ter se mantido e, eventualmente, prejudicado a veracidade dos dados coletados. Adicionalmente, partiu-se da premissa de que as respostas obtidas são verdadeiras; entretanto, não há comprovação documental da utilização desses instrumentos financeiros pelas empresas pesquisadas, como informado pelos respondentes.

Como sugestão para trabalhos futuros propõe-se, então, incluir na coleta de dados (questionário) os tipos de sistemas/critérios utilizados para a obtenção das informações nos controles internos utilizados nessas empresas. Isso diminuiria as incertezas quanto à comprovação da efetiva utilização dos referidos demonstrativos pelas firmas participantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. F. de; MARTINS, E. A. Demonstrações contábeis. In: ALMEIDA, J. E. F. de et al. *Contabilidade das pequenas e médias empresas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ANDRADE, M. M. de. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação*: noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

AZOULAY, P.; SHANE, S. Entrepreneurs, contracts, and the failure of young firms. *Management Science*, v. 47, n. 3, p. 337-358, 2001.

BRAGA, D. P. G.; BRAGA, A. X. V.; SOUZA, M. A. Gestão de custos, preços e resultados: um estudo em indústrias conserveiras do Rio Grande do Sul. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 13, n. 2, p. 20-35, maio/ago. 2010.

CARVALHO, J. R. M.; LIMA, M. D. Práticas gerenciais em MPEs do comércio de confecções da cidade de Sousa/PB. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPEC)*, v. 5, n. 3, p. 39-65, 2011.

CLEVERLY, W. O. Who is responsible for business failures? *Healthcare Financial Management Review*, Westchester, v. 56, n. 10, p. 45-51, Oct. 2002.

D'AMATO, C. L.; GALVÃO, M.; VILLAÇA, N. A. G.; JORGE, R. K.; TAVARES, Z. *Curso básico de finanças*: entendendo finanças de maneira prática e objetiva. São Paulo: Atlas, 2012.

DEFAVERI, I. R.; BALDISSERA, J. F. A influência dos sistemas de controle gerencial na tomada de decisão dos gestores de MPEs. In: Congresso ANPCONT,10, 2016. *Anais*... Ribeirão Preto, 2016.

FARIA, J. A.; AZEVEDO, T. C.; OLIVEIRA, M. S. A utilização da contabilidade como ferramenta de apoio à gestão nas micro e pequenas empresas do ramo de comércio de material de construção de Feira de Santana/BA. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, Campo Limpo Paulista, v. 6, n. 2, p. 89-106, 2012.

GARCIA, O. P. G.; KINZLER, L.; ROJO, C. A. Análise dos sistemas de controle interno em empresas de pequeno porte. *Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas*, n. 2, p. 133-153, jul./dez. 2014.

HALL, R. J.; COSTA, V. C. da; KREUZBERG, F.; MOURA, G. D.; HEIN, N. Contabilidade como uma ferramenta da gestão: um estudo em micro e pequenas empresas do ramo de comércio de Dourados-MS. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, Campo Limpo Paulista, v. 6, n. 3, p. 4-17, set./dez. 2012.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos. *Manual de contabilidade societária*. São Paulo: Atlas, 2010.

JESUS, E. R.; CITTADIN, A.; GUIMARÃES, M. L. F.; GUIMARÃES FILHO, L. P.; GIASSI, D.; MENEGALI, M. V. As características da gestão de custos nas organizações do extremo sul catarinense. In: Congresso Brasileiro de Custos – CBC, 22, 2015, Foz do Iguaçu (PR). *Anais*... São Leopoldo: ABCustos, 2015.

KOS, S. R.; ANJOS, R. P.; ESPEJO, M. M. S. B.; RAIFUR, L. Compreensão e utilização da informação contábil pelos micro e pequenos empreendedores em seus processos de gestão. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. *Anais*... São Paulo, 2011. CD-ROM

LIU, J. Business failures and macroeconomic factors in the UK. *Bulletin of Economic Research*, n. 61, v. 1, 2009.

LOHR, M. Specificities of managerial accounting at SMEs: case studies from the German industrial sector. *Journal of Small Business & Entrepreneurship*, v. 25, n. 1, p. 35-55, 2012.

MAHAMID, I. Factors affecting contractor's business failure: contractors' perspective. *Engineering, Construction and Architectural Management*, v. 19, n. 3, p. 269-285, 2012.

NASCIMENTO, M.; LIMA, C. R. M. de; LIMA, M. A. de; ENSSLIN, E. R. Fatores determinantes da mortalidade de micros e pequenas empresas da região metropolitana de Florianópolis sob a ótica do contador. *Revista Eletrônica Estratégia e Negócio*, v. 6, n. 2, p. 244-283, maio/ago. 2013.

RAUEN, F. *Roteiros de iniciação científica*: os primeiros passos da pesquisa científica desde a concepção até a produção e a apresentação. Palhoça: Unisul, 2015.

RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa social*: métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

ROLDÃO, T. Indicador positivo. *Jornal Diário Catarinense*, p. 19, 14/08/2013.

SALES, R. L.; BARROS, A. A.; ARAÚJO, C. M. M. F. Fatores condicionantes da mortalidade dos pequenos negócios em um típico município interiorano brasileiro. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, v. 2, n. 2, p. 38-55, 2011.

SANTINI, S.; FAVARIN, E. de V.; NOGUEIRA, M. A.; OLIVEIRA, M. L. de.; RUPPENTHAL, J. E. Fatores de mortalidade em micro e pequenas empresas: um estudo na região central do Rio Grande do Sul. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p.145-169, jan./abr. 2015.

SANTOS, G. P.; ALVES, D. F.; BARRETO, M. O. R. A utilização da contabilidade de custos como ferramenta para o fortalecimento de uma microempresa do segmento de confecção em Fortaleza. *Revista Razão Contábil & Finanças*, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2012.

SANTOS, V.; DOROW, D. R.; BEUREN, I. M. Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, UFRN, v. 8, n. 1, p. 153-186, jan./jun. 2016.

SILVA, D. J. C.; MIRANDA, L. C.; FREIRE, D. R.; ANJOS, L. C. M. Para que serve a informação contábil nas micro e pequenas empresas? *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 7, n. 13, p. 89-106, 2010.

SILVA FILHO, L. L.; LAGIOIA, U. C. T.; ARAÚJO, J. G. N. de; ARAÚJO, J. G.; CARLOS FILHO, F. de A. Gestão de custos e formação de preço de venda, gestão de caixa e gestão de riscos: um estudo exploratório no arranjo produtivo local gesseiro do estado de Pernambuco. *ABCustos*, São Leopoldo, Associação Brasileira de Custos, v. 10, n. 3, p. 107-142, set./dez. 2015.

SOUSA, M. A. B. de; FELIX, C. F.; BEZERRA, R. P. P.; RIBEIRO, S. P. Qualidade da informação contábil: uma análise de suas características com base na percepção do usuário externo. *Iberoamerican Journal of Industrial Engineering*, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 208-227, 2016.

SVAROVÁ, M.; VRCHOTA, J. Strategic management in micro, small and medium-sized businesses in relation to financial success of the enterprise. *Acta Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis*, v. 61, n. 7, p. 2859-2866, 2013.

VOGEL, J.; WOOD JUNIOR, T. Práticas gerenciais de pequenas empresas industriais do Estado de São Paulo: um estudo exploratório. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, v. 1, n. 2, 2012.

CUSTO EFETIVO DA MÃO DE OBRA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA DE COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

Cleber Marcos Rodniski
Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos;
Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó;
cleber.rodniski@unoesc.edu.br

Daliane Pavão Elsner
Graduada do Curso de Ciências Contábeis na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; analista de faturamento na empresa Energytek;
daliane.elsner@gmail.com

Gabriela De Mello Cesar
Graduada do Curso de Ciências Contábeis na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; auxiliar contábil, na empresa ContaMais;
gabriela.mello1992@gmail.com

Sabrina do Nascimento
Doutora em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí, Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina;
sabrina.nascimento@unoesc.edu.br

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi apresentar o custo efetivo da mão de obra em uma empresa de comércio e instalações elétricas, contabilizando todos os gastos obtidos pela contratação, manutenção e desligamento de funcionários no ano de 2014. A pesquisa caracterizou-se como descritiva com abordagem quantitativa e qualitativa, realizada por meio de estudo documental, entrevistas e observações. Como metodologia, adotou-se o estudo de caso de uma pequena empresa. As informações para cálculo foram obtidas por meio de relatório de folha de pagamento, cartão ponto de funcionários e relatórios de controle de despesas. Os resultados indicaram que o custo com encargos, benefícios e outros custos foram de 120,4% sobre as horas trabalhadas, com destaque para os encargos trabalhistas que representaram 102,3% do total de horas trabalhadas pelos funcionários, demonstrando que existe um peso importante da legislação trabalhista sobre os custos com mão de obra brasileira. Observa-se também que os percentuais de encargos sobre as horas trabalhadas são diferentes entre as cidades que a empresa mantém quadro de funcionários, sendo Rondonópolis com 105,6%, Lucas do Rio Verde 102,9% e Chapecó 99% sobre as horas trabalhadas.

Palavras-chave: Custo da mão de obra. Encargos. Custo efetivo.

INTRODUÇÃO

Com as mudanças na economia brasileira e a competitividade no mercado, as organizações brasileiras buscam definir estratégias para se manterem ativas e com resultados satisfatórios. Entre essas estratégias está o cálculo do custo da mão de obra que vem crescendo no decorrer dos últimos anos, sendo um tema de discussões e estudos há algum tempo, pois ainda existem dúvidas de quanto custa contratar, manter e desligar um funcionário, principalmente pelo fato de o Brasil possuir uma legislação trabalhista complexa, com altos impostos e obrigações pagas por empresas e empregados.

O custo da mão de obra é um dos mais significativos custos de produção, pois, além dos valores pagos aos funcionários, a empresa precisa arcar com outros custos relacionados a encargos e benefícios dos empregados que não são representados na folha de pagamento. Estudos recentes da revista *Contas* (2015) demonstram que o custo com mão de obra no Brasil é cerca de 102% a mais em relação ao salário do trabalhador, e grande parte desse aumento se deve ao alto peso da legislação. Outra grande dificuldade das empresas brasileiras são a alta rotatividade e a falta de mão de obra qualificada.

Assim, é necessário que os administradores busquem analisar todos os custos que envolvem a operação da empresa e transformá-los em informações concretas, que contribuam para a tomada de decisões mais acertadas, ou seja, que gerem maior resultado. Neste contexto, este estudo propõe-se a responder ao seguinte questionamento: *Qual o custo efetivo da mão de obra de uma empresa de Comércio e Instalações Elétricas?* Para responder a esta pergunta, definiu-se como objetivo a análise do custo efetivo da mão de obra de uma empresa situada na cidade de Chapecó-SC.

A análise por parte dos empregadores quanto às consequências da rotatividade pode auxiliá-los na gestão eficaz da organização e no aprimoramento de mecanismo de mensuração dos recursos humanos para que esses reflexos possam ser conhecidos pela contabilidade (MOBLEY, 1992). As pesquisas realizadas por Avazzadethfath e Raiashekar (2011) e Sarame e Naghsbandi (2011) analisaram o estudo da contabilidade de recursos humanos e o seu papel decisório nas organizações, e Patias et al. (2015) buscaram compreender os custos de rotatividade de pessoal no setor supermercadista.

Este estudo denota sua relevância, pois busca compreender o custo efetivo da mão de obra em uma empresa de pequeno porte, o que permite aos gestores identificar e analisar a composição dos custos, os quais podem ser interpretados para auxiliar de forma segura o planejamento, o controle, a tomada de decisões, e ainda serve como ferramenta para garantir sua sobrevivência das atividades da empresa. Destaca-se que investigações com este foco se encontram em estágio incipiente no âmbito das empresas de pequeno porte no Brasil.

1 METODOLOGIAS DE CÁLCULO DO CUSTO DE MÃO DE OBRA NO BRASIL

As discussões e os estudos do custo da mão de obra no Brasil são antigos, o que propiciou o desenvolvimento de várias metodologias diferenciadas de cálculo. Alguns autores, como Pastore (1996), defendem que os encargos trabalhistas brasileiros estão entre os mais altos do mundo. Pochmann (1995) argumenta que este custo não é tão alto, e que os encargos representam apenas um quarto da remuneração do trabalhador.

Pastore (1996) defende que o salário é o valor recebido pelo empregado em troca do trabalho efetivamente realizado e não é imposto pela legislação trabalhista. Assim, o 13º salário constitui-se como encargo social sobre o salário. Para Pochmann (1994), o salário é tudo que é recebido diretamente pelo empregado. Assim, o 13º engloba-se como um componente de salário e não como encargo social. Por esse entendimento, o peso dos encargos sociais seria menor.

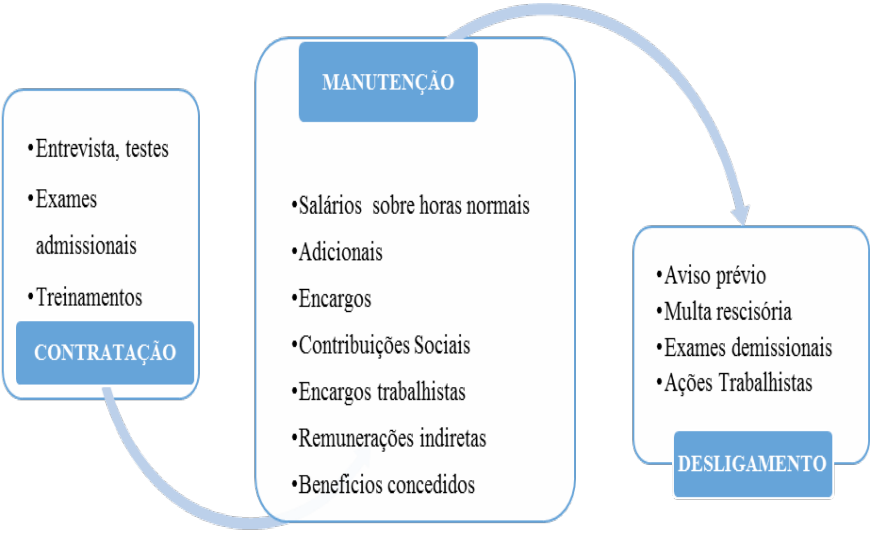
Souza et al. (2012) compreendem que, para medir os custos da legislação trabalhista no Brasil, deve-se analisar o custo total que as empresas têm para contratar e manter um funcionário de acordo com a legislação trabalhista. Assim, necessário se faz somar ao salário base, o pagamento de horas extras, bônus, adicionais, PLR, 13ª salário, adicional de férias e vale alimentação e transporte, a compensação dos empregados (FGTS, INSS, assistência médica, auxílio farmácia, auxílio creche e demais benefícios, custos rescisórios), sendo que ao custo total do trabalho devem ainda ser acrescidos os custos de treinamentos e capacitações, e outros custos (vestuário de trabalho, recrutamento transporte dos trabalhadores, salário educação).

1.1 COMPONENTES DOS CUSTOS DE MÃO DE OBRA

Os custos relacionados com a mão de obra e seus respectivos encargos representam um dos fatores mais importantes na formação do custo nas empresas. Para Bruni e Famá (2009, p. 73), "É comum dizer que no Brasil o trabalhador ganha muito pouco, porém custa muito caro". Além disso, as empresas ainda sofrem com a falta de mão de obra qualificada e com a alta rotatividade de funcionários.

O custo da mão de obra consiste no custo para a contratação, manutenção e dispensa do empregado (ROCHA, 1992). Na Figura 1 estão apresentados os principais custos que envolvem o ciclo do empregado nas empresas.

Figura 1- Custos da mão de obra



Fonte: Adaptado de Rocha (1992).

Conforme a Figura 1, durante a etapa da contratação, os custos iniciam-se com entrevistas, testes e exames admissionais necessários à função. Para a manutenção dos funcionários, incluem-se, além do salário, os adicionais (periculosidade e insalubridade que incidem sobre o salário base para as funções com atividades perigosas ou insalubres), encargos (13º salário e férias), contribuições sociais, encargos trabalhistas, remunerações indiretas e benefícios concedidos. E, para

o desligamento, o aviso prévio, multa rescisória, os exames demissionais necessários, e às vezes ainda o pagamento de ações trabalhistas movidas pelo funcionário desligado.

1.2 Remunerações diretas

A remuneração direta compreende o conjunto dos recursos monetários que o empregado recebe em contrapartida do tempo disponibilizado ao empregador para executar um trabalho, seja em horário diurno ou noturno, em jornada normal ou extra, em condições insalubres ou perigosas e premiações pelo desempenho nas tarefas. Estas remunerações podem ser classificadas por salários, comissões, gratificações, adicionais de periculosidade, insalubridade, noturno, hora extra e outros abonos (DUTRA, 2010).

Como salário, considera-se o valor contratual registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social, sem adicionar as comissões, percentagens, gratificações, abonos e os adicionais previstos em lei. O pagamento pode ser mensal, quinzenal, ou semanal, não deve ultrapassar o quinto dia útil do mês subsequente, conforme legislação trabalhista (OLIVEIRA, 2008).

A comissão é uma forma de remuneração variável, utilizada geralmente para o pessoal de vendas. O percentual varia conforme a empresa e normalmente é calculada sobre as vendas efetivadas (PONTES, 2013).

Os adicionais constituem valores somados a outra remuneração. O adicional de periculosidade corresponde a 30% sobre o salário do período que o funcionário permanece exposto a condições perigosas. A insalubridade é devida à atividades que expõe o empregado a condições insalubres e pode variar entre 10%, 20% e 40%, calculados sobre o salário mínimo. O adicional noturno corresponde a 20% de acréscimo sobre o valor do salário-hora normal para a jornada que coincida entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte, além de cada hora corresponder a 52,5 minutos trabalhados. O adicional da hora extra corresponde ao acréscimo de no mínimo 50% sobre o valor do salário-hora normal, para o tempo que exceder a jornada diária normal (DUTRA, 2010).

1.3 Contribuições sociais

Outro componente do custo da mão de obra são os encargos sociais, que incidem sobre a remuneração, são pagos pela empresa e não geram benefício de forma direta ao empregado. Theiss e Krieck (2009) afirmam que os encargos sociais que incidem sobre a folha no Brasil são assustadores, os percentuais variam de acordo com cada empresa, e podem aumentar se forem considerados horas extras e comissões.

De acordo com a legislação brasileira, as contribuições sociais podem totalizar em 34,8%, 35,8% ou 36,8% sobre a remuneração, dependendo o grau de riscos e acidentes, com exceção de algumas empresas enquadradas no regime Simples Nacional (DUTRA, 2010). Para as demais se aplicam as contribuições:

a) *Contribuição para a Previdência Social* – corresponde ao INSS patronal com o percentual de 20% incidente sobre a remuneração total da folha (SANTOS, 2011). Esta contribuição é destinada ao custeio das necessidades sociais e assistenciais dos segurados e de seus dependentes, tais como aposentadoria, auxílio-maternidade, auxílio-doença, salário-família, pensão, assistência médica, entre outras (DUTRA, 2010).

Outra forma de cálculo da contribuição à previdência social é o da desoneração da folha de pagamento, que consiste na substituição da incidência da contribuição social sobre o valor da folha de pagamento por uma incidência sobre a receita bruta. A desoneração não é obrigatória. A alíquota paga é de 2,5% ou 4,5%, cujo percentual depende da atividade, setor econômico e produto fabricado (FOLHA, 2015).

b) *Seguro de acidente de trabalho* – sua taxa de contribuição varia de acordo com o risco na execução do trabalho pelo empregado, sendo de 1% para risco leve, de 2% para o trabalho de risco médio e de 3% para o de risco alto, calculados sobre o total das remunerações pagas (SANTOS, 2011). Os valores arrecadados destinam-se a custear o tratamento, indenização, auxílio-acidente e a aposentadoria especial, resultantes das condições insalubres do trabalho (DUTRA, 2010).

c) *Salário educação* – sua contribuição se destina ao financiamento de programas e projetos do ensino fundamental. Corresponde a um percentual de 2,5%, sendo 1/3 para universalização do nível de ensino e 2/3 para programas e projetos do mesmo nível de ensino, calculados sobre o total das remunerações pagas (DUTRA, 2010).

d) *Sesi/Senai; Sesc/Senac; Sest/Senat* – corresponde a um percentual de 2,5%, calculados sobre o total das remunerações pagas, e distribui-se 1,5% para os programas de desenvolvimento social e 1,0% para aprendizagem profissional dos empregados ligados a cada um dos setores de atividade, indústria, comércio, transporte e cooperativismo, e dos seus dependentes. Para as empresas industriais com mais de 500 funcionários incide um adicional de 20% sobre a taxa básica de 1% para o SENAI (DUTRA, 2010).

e) *Incra (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária)* – esta contribuição se destina ao custeio para promover a ocupação do campo, promover a reforma agrária, socializando a distribuição de terras e o assentamento das famílias no campo. Corresponde ao percentual de 0,2%, calculado sobre o total das remunerações pagas (DUTRA, 2010).

f) *Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Microempresa)* – compõe uma percentagem de 0,6%, que serve para custear programas de desenvolvimento gerencial nas pequenas e microempresas, calculada sobre o total das remunerações pagas (DUTRA, 2010).

g) *Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)* foi criado para beneficiar o empregado em casos de demissão sem justa causa pelo empregador, além de poder ser utilizado o saldo para a compra da casa própria. Todos os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), trabalhadores rurais, temporários, avulsos, safreiros e atletas profissionais possuem direito ao FGTS desde 05 de outubro de 1988 (FGTS..., 2014).

É obrigação do empregador o depósito do FGTS mensalmente na conta do FGTS dos empregados. A alíquota correspondente é de 8% sobre a remuneração dos contratos regidos pela CLT; para os aprendizes, o percentual é 2% (FGTS..., 2014).

1.4 Encargos trabalhistas

Para o cálculo do custo da mão de obra, faz-se necessário o cálculo dos encargos trabalhistas sobre o salário. Segundo Dutra (2010), os encargos trabalhistas são importâncias devidas pelas empresas aos seus empregados em virtude do trabalho prestado. Nesse grupo são

considerados como encargos trabalhistas o décimo terceiro salário, as férias e o adicional de férias.

O décimo terceiro salário é uma gratificação natalina, devida a todos os empregados no mês de dezembro, pagos proporcionalmente ao tempo de serviços prestados na empresa (MANUS, 2003). Essa gratificação também poderá ocorrer quando houver rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho, ocasião em que o empregado receberá o valor proporcional aos meses trabalhados, calculado sobre a remuneração do mês da rescisão.

As férias representam o descanso anual remunerado que é devido a todos os empregados após 12 meses de trabalho. Esse descanso será considerado como dias trabalhados e o empregado recebe a remuneração devida a esse mês.

De acordo com o artigo 134 da CLT, após o empregado adquirir o direito a férias, nos 11 meses seguintes o empregador deve, obrigatoriamente, conceder trinta dias de folga remunerada. Caso as férias sejam gozadas após esse prazo, o empregador deverá pagá-las em dobro.

Além do mês de descanso remunerado, o empregado receberá um adicional de 1/3 sobre seu salário (ZAINAGHI, 2003). Esse adicional é a garantia de lazer ao empregado que estiver no gozo de férias.

1.5 A remuneração indireta

A remuneração indireta é constituída de valores devidos pelas empresas a seus empregados, resultantes da Constituição Federal, da legislação trabalhista e previdenciária, acordo, dissídio ou convenção coletiva. Essa remuneração não influencia diretamente na produção de bens e serviços; é um complemento que o trabalhador recebe em contrapartida de seu trabalho.

De acordo com Dutra (2010), esta forma de remuneração pode ser dividida em dois grupos: a) Remunerações com incidência das contribuições sociais; b) Remunerações sem incidência das contribuições.

Quadro 1 - Remunerações com incidência de contribuições sociais

Remunerações com incidência das contribuições sociais		
Remuneração	**Quantidade**	**Motivo**
Licença paternidade	5 dias úteis	Nascimento de filho
Licença médica	15 dias	Doença ou acidente de trabalho
Licença nojo	2 dias úteis	Falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou dependente
Licença gala	3 dias úteis	Casamento
Feriados		Feriados nacionais e municipais
Licença para o serviço militar	1 dia	Alistamento militar; apresentação anual à circunscrição do serviço militar durante os cinco anos seguintes ao desligamento
Aviso prévio trabalhado	2 horas de redução da jornada diária durante o período do aviso	Demissão pelo empregador, sem justa causa
Repouso semanal remunerado	8 horas semanais, preferencialmente aos domingos	A cada 44 horas trabalhadas

Fonte: Adaptado da CLT.

As remunerações com incidência das contribuições sociais são constituídas por afastamentos legais e remunerados, conforme Quadro 1. A licença paternidade é apropriada ao pai quando ocorre o nascimento de um filho, que o autoriza a ausentar-se do serviço durante cinco dias úteis sem prejuízos no salário e na contribuição. A licença médica é paga ao colaborador, na proporção de seu salário, quando ele necessita ausentar-se do trabalho por até 15 dias, por motivo de doença ou acidente de trabalho. A licença nojo de dois dias é um direito do colaborador quando ocorre o falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou dependente. A licença gala corresponde ao colaborador quando ocorre o seu casamento, permitindo ausentar-se do serviço por três dias úteis. Para os feriados nacionais e municipais, os colaboradores também possuem o direito do descanso, sem prejuízo no salário. Quando o funcionário necessitar afastar-se do serviço para alistamento militar, terá direto a um dia de afastamento. Durante o aviso prévio trabalhado, o colaborador tem direito de reduzir a jor-

nada de trabalho em duas horas diárias, sem quaisquer prejuízos na remuneração. O repouso semanal remunerado também é um direito do colaborador, que deve receber a folga de 8 horas semanais a cada 44 horas trabalhadas.

Quadro 2 - Remunerações sem incidência de contribuições sociais

Remunerações sem incidência das contribuições sociais		
Remuneração	**Motivo**	**Contribuição**
Aviso prévio indenizado	Demissão pelo empregador sem justa causa	Somente incide FGTS
Adicional na rescisão sem justa causa	40% sobre o saldo do FGTS do empregado dispensado sem justa causa	Não incide
Contribuição social na rescisão sem justa causa	10% sobre o saldo do FGTS do empregado dispensado sem justa causa, sendo que o empregado não se beneficia desta remuneração	Não incide
Indenização adicional na rescisão	Quando ocorrer a dispensa sem justa causa pelo empregador em prazo menor que 30 dias da data-base para reajuste dos salários da categoria	Não incide

Fonte: Adaptado de Dutra (2010).

As remunerações sem incidência das contribuições sociais também se referem a afastamentos legais e remunerados, porém não incidem contribuição social sobre elas, com exceção do aviso prévio indenizado, que recolhe o FGTS. O adicional na rescisão sem justa causa corresponde ao valor de 40% sobre o saldo do FGTS do empregado dispensado. Os 10% recolhidos sobre o saldo do FGTS como contribuição social na rescisão sem justa causa não resultam em benefício para o colaborador, mas sim para o INSS. A indenização adicional corresponde a um salário do colaborador, e é cobrada na rescisão quando for por iniciativa do empregador em prazo menor que 30 dias da data-base para ajuste dos salários da categoria (DUTRA, 2010).

1.6 Benefícios concedidos

Os benefícios concedidos aos empregados servem, em alguns casos, para suprir algumas deficiências do serviço público; outros resultam de cumprimento de dispositivos legais por meio de acordos, dis-

sídios e convenções coletivas de trabalho, ou ainda servem para complemento salarial. Os percentuais podem variar de acordo com cada empresa, pois cada uma delas possui suas particularidades, assim a estrutura dos custos deve ser montada de modo a atender cada uma. Os benefícios podem ser: vale transporte, vale refeição, assistência à saúde, assistências, ajudas e abonos diversos (DUTRA, 2010).

O vale transporte é um auxílio imposto por lei que determina que a empresa auxilie o empregado a se locomover da residência para o trabalho e vice-versa, por meio de transporte público. De acordo com Santos (2011), a empresa pode descontar do salário do funcionário o valor de 6% do total equivalente ao valor do vale transporte concedido.

A assistência à saúde é outro benefício que as empresas fornecem aos seus colaboradores, espontaneamente ou por negociação sindical. Algumas empresas fornecem-na aos seus colaboradores e dependentes, outras, somente para os colaboradores, sendo facultativo à empresa se ressarcir de uma parte desse custo, descontando-a do salário do funcionário. Esse desconto não deve ser considerado no momento do cálculo das verbas rescisórias (DUTRA, 2010).

Segundo Dutra (2010), outro benefício concedido pelas empresas é o vale-refeição fornecido para o colaborador, integral, ou com o desconto de uma percentagem que não comprometa o salário do funcionário. Também são benefícios as assistências, ajudas e abonos diversos, como, por exemplo, assistência dentária e farmacêutica, seguro de vida, auxílio moradia, gratificações de retorno de férias, prêmios por tempo de serviço, participação nos lucros, entre outros, dos quais a empresa pode descontar um percentual, desde que não comprometa o salário integral do funcionário.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, buscando transmitir as características de uma determinada população ou fenômeno e estabelecer relações entre as variáveis (SILVA, 2006).

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa pode ser classificada como estudo de caso, por se tratar de um estudo específico de uma empresa, cujas características se pretende conhecer. O estudo de caso ca-

racteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, que possa permitir o seu conhecimento amplo e detalhado (GIL, 2008, p. 57).

Desse modo, o presente estudo foi desenvolvido em uma empresa de instalações e manutenções elétricas, localizada no bairro Alvorada, município de Chapecó – Santa Catarina. Na coleta de dados utilizou-se a pesquisa documental, realizada por meio de documentos disponibilizados pela empresa. Foram coletados todos os custos por meio do relatório da folha de pagamento, relatório de despesas e cartão ponto dos funcionários do período de janeiro a dezembro de 2014.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, consistentes em questionamentos básicos de interesses da pesquisa e que adicionam interrogativas surgidas no decorrer da entrevista (TRIVIÑOS, 1987, *apud* BEUREN et al., 2006). A entrevista foi desenvolvida com gestores e colaboradores dos departamentos administrativo, financeiro e recursos humanos. Foi confeccionado um roteiro com perguntas abertas, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.

Para complementar a coleta de dados, foi necessário utilizar-se da observação por meio da visita técnica, que não consiste em apenas ver ou ouvir, mas em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar, utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade (MARCONI; LAKATOS, 2011). As observações nos possibilitam colher impressões e registros pelo contato direto com as pessoas envolvidas.

Para aumentar a confiabilidade desta pesquisa, foi utilizado o protocolo de estudo de caso, que, segundo Yin (2010), é destinado a orientar o investigador na realização da coleta dos dados, contendo uma visão geral do projeto do estudo de caso, procedimentos de campo, questões de estudo de caso e guia para o relatório do estudo de caso.

Com base nas entrevistas, visitas, análise de documentos e observações na empresa, o levantamento de dados e a apuração dos custos foram tabulados em planilha do Microsoft Excel para facilitar a análise. Realizaram-se os cálculos do custo com horas trabalhadas, encargos trabalhistas, benefícios concedidos e outros custos com a mão de obra, distribuídos em três cidades onde a empresa mantém quadro de funcionários. Para classificar os custos que envolvem as atividades da empresa, foi seguida a metodologia proposta por Souza et

al. (2012), que defende que os custos com pessoal são todos aqueles gastos para contratar, manter e desligar um funcionário.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Neste tópico, serão apresentados os resultados da pesquisa e a análise dos dados. Primeiramente, faz-se uma apresentação da empresa objeto de estudo, com o intuito de demonstrar suas características. Em seguida, faz-se a apuração dos custos efetivos com a mão de obra no ano de 2014, e, por fim, a análise dos dados.

3.1 Apresentação da empresa

A empresa estudada está localizada no município de Chapecó, Santa Catarina, classificada como de pequeno porte, optante pelo regime de tributação Simples Nacional. Foi fundada em 16 de fevereiro de 2009; é gerida por três sócios e atua no ramo de instalações e manutenções elétricas, com execução de serviços em obras residenciais, comerciais e industriais.

Atualmente, a empresa conta um quadro de 53 funcionários, entre eles, engenheiro, projetista, supervisor de obras, eletrotécnico, eletricista montador, auxiliar de eletricista e ajudantes que se fazem necessários para o bom andamento das obras, além do suporte administrativo. A empresa possui uma carteira de aproximadamente 20 clientes fixos, abrangendo todas as regiões do Brasil, bem como possui uma equipe de funcionários em três cidades – Lucas do Rio Verde-MT, Rondonópolis-MT e Chapecó-SC.

Nas próximas seções serão analisados os custos efetivo total e de cada uma das sedes relativos à mão de obra no ano de 2014.

3.2 Análise do custo da mão de obra

Para analisar o custo efetivo da mão de obra da empresa em estudo, foram utilizados todos os custos necessários para a realização dos serviços prestados por ela. Foram analisados os cartões ponto dos colaboradores, relatório de cálculo da folha de pagamento e relatório de des-

pesas do ano de 2014 nas cidades em que a empresa mantém o quadro de funcionários: Chapecó-SC, Rondonópolis-MT e Lucas do Rio Verde-MT. Destaca-se que todas as informações foram fornecidas pela empresa.

A seguir, serão apresentados os resultados encontrados em grupos: custos de horas trabalhadas, encargos, benefícios concedidos e outros custos com mão de obra.

3.2.1 Descrição do custo de mão de obra sobre as horas trabalhadas

A contratação da mão de obra é realizada por meio de obras fechadas ou por hora-homem trabalhada (normalmente contrato de um ano, prorrogável). A Tabela 1 apresenta o resumo dos custos sobre a mão de obra efetivamente trabalhada no período de janeiro a dezembro de 2014.

Tabela 1 - Custo de mão de obra sobre as horas trabalhadas

Horas trabalhadas	Chapecó	Lucas do Rio Verde	Rondonópolis	Total	%
Horas normais trabalhadas	247.628,23	117.265,41	190.089,36	554.983,00	91,6%
Horas extras com 100%	4.415,49	11.042,32	9.262,88	24.720,69	4,1%
Horas extras com 60%	-	1.514,91	19.136,62	18.715,55	3,1%
Horas extras com 50%	2.909,78	2.643,63	-	7.489,39	1,2%
Total	**254.953,50**	**132.466,27**	**218.488,86**	**605.908,63**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa.

As horas normais trabalhadas foram calculadas de acordo com o salário base de cada colaborador, deduzindo as horas faltas e o descanso semanal remunerado (DSR), bem como os feriados e atestados.

As horas extras foram calculadas de acordo com as convenções de cada cidade (Chapecó, Lucas do Rio Verde e Rondonópolis). Na cidade de Chapecó, a convenção estipula que a hora extra deve ser paga com um adicional de 50%, no mínimo; já a convenção coletiva de Rondonópolis é

de no mínimo 60%. Em Lucas do Rio Verde, até outubro, os colaboradores estavam vinculados ao Sindicato de Chapecó, porém, a partir dessa data, o adicional passou a ser 60% também, pois a filiação do sindicato passou a ser outra. O maior custo de horas normais está na cidade de Chapecó, seguida de Rondonópolis e Lucas do Rio Verde. A diferença se deve ao fato de nesse ano a maior concentração de mão de obra estar em Chapecó, e inclui o pessoal do setor administrativo. As horas extras se concentram em maior quantidade em Rondonópolis e Lucas do Rio Verde, por atenderem indústrias que exigem que os trabalhos sejam realizados nos finais de semana ou turnos sem expedientes.

3.2.2 Encargos sobre a mão de obra

Os encargos com a mão de obra representam os valores pagos correspondentes às obrigações impostas pela legislação trabalhista brasileira e calculados sobre o salário do empregado.

Tabela 2 - Encargos sobre a mão de obra

Encargos	Chapecó	Lucas do Rio Verde	Rondonópolis	Total	%
Periculosidade	70.328,91	40.694,31	67.437,27	178.460,48	28,8
Descanso semanal remunerado	51.161,54	26.673,07	44.301,63	122.136,24	19,7
Férias	46.021,99	22.178,28	39.361,37	107.561,64	17,4
FGTS	36.994,81	19.717,51	32.648,89	89.361,21	14,4
13 salário	32.927,85	17.299,59	29.186,72	79.414,16	12,8
Multa FGTS	7.847,04	2.130,78	8.135,05	18.112,87	2,9
Aviso prévio indenizado	2.979,50	3.443,93	5.216,90	11.640,33	1,9
Gratificação de função	2.229,33	3.200,00	-	5.429,33	0,9
Horas atestado	1.832,74	160,00	2.093,42	4.086,17	0,7
Adicional noturno	-	11,96	2.025,01	2.036,97	0,3
Fim contrato antecipado/empr.	156,00	515,67	411,67	1.083,34	0,2
Insalubridade	-	341,73	-	341,73	0,1
Total	**252.479,71**	**136.366,82**	**230.817,94**	**619.664,47**	**100**

Fonte: Dados da pesquisa.

O adicional de periculosidade representa R$ 178.460,48, ou seja, 28,8% dos custos com encargos, e é o maior custo da Tabela 2, pois a maioria dos colaboradores trabalha em condições perigosas, com exceção dos técnicos de segurança do trabalho e setor administrativo, os quais não recebem o adicional. O adicional por insalubridade foi pago somente na cidade de Lucas de Rio Verde para uma colaboradora que efetuava limpeza do ambiente e lavagem de roupas, e representa o valor mais baixo, apenas R$ 341,73, ou seja, 0,1% do total com encargos. O adicional noturno foi pago somente na cidade de Lucas e Rondonópolis, pois apenas nessas cidades os funcionários trabalharam em horário diferenciado.

Os valores de descanso semanal remunerado e horas atestado apresentados na Tabela 2 representam as horas não trabalhadas pelos funcionários, mas que, em função de um direito regido pela legislação trabalhista, gera desembolso à empresa. No descanso semanal remunerado estão calculados os domingos e feriados dos períodos que os colaboradores trabalharam no ano de 2014, e representa 19,7% do custo total com encargos. As horas de atestado foram calculadas de acordo com o cartão ponto de cada funcionário.

O valor de FGTS representa um gasto de R$ 18.112,87, representando 14,4% do total de encargos sobre a mão de obra. Neste valor, estão inclusos o FGTS sobre salários, adicionais, horas extras, descanso semanal remunerado, horas atestado, décimo terceiro, férias e sobre o aviso prévio indenizado.

O décimo terceiro salário e as férias foram provisionados mensalmente, e neles estão inclusos os valores de adicionais de insalubridade e periculosidade. Para o cálculo das férias, foram utilizados apenas o ano de 2014, não estando incluídos os valores gastos com pagamento de férias de períodos anteriores.

O custo com aviso prévio indenizado e fim de contrato antecipado são custos que a empresa desembolsa pela demissão imediata do colaborador sem justa causa, assim como as multas rescisórias de 50% do saldo do FGTS dos funcionários demitidos. Os gastos com rescisão representam valor considerável no custo total de encargos da empresa, cerca de 5%. A gratificação é paga somente para os cargos de coordenadores de obras, por manterem responsabilidades superiores e sem horário fixo de trabalho.

De forma geral, observa-se que a empresa pagou o montante de R$ 619.664,47 em encargos. A periculosidade foi o valor mais significativo, representando 28,8% do valor dos encargos pagos. As três cidades apresentaram valores relevantes de custos com encargos, com destaque para a cidade de Chapecó, que apresentou o maior valor R$ 252.479,71, em seguida Rondonópolis, R$ 230.817,94, e Lucas do Rio Verde, com R$ 136.366,82.

Em linhas gerais, verifica-se que a remuneração direta, conforme Dutra (2010), compreende os recursos monetários que o empregador arca de acordo com a quantidade de tempo que o empregado utiliza para executar suas atividades, seja em pela sua jornada de trabalho normal ou extra, em condições insalubres ou perigosas, premiações pelo desempenho das tarefas. Essas remunerações diretas podem ser classificadas por salários, comissões, gratificações, adicionais de periculosidade, insalubridade e outros abonos.

3.2.3 Benefícios concedidos

Benefícios concedidos são os valores que a empresa oferece de forma não monetária aos seus colaboradores. O valor de cada benefício possui variação em cada cidade em função da convenção coletiva de trabalho dos sindicatos ou dos preços competitivos de cada cidade. Para Dutra (2010), os benefícios compreendem o vale transporte, vale refeição, assistência à saúde, assistências, ajudas e abonos diversos.

A Tabela 3 demonstra os benefícios concedidos pela empresa analisada, pagos aos seus empregados.

Tabela 3 - Benefícios concedidos

Benefícios Concedidos	Chapecó	Lucas do Rio Verde	Rondonópolis	Total	%
Vale alimentação		22.675,75	24.780,16	47.455,91	74,2%
Assistência odontológica	3.761,88	2.139,91	2.957,71	8.859,50	13,9%
Seguro de vida				6.919,09	10,8%
Vale transporte	221,98		466,04	688,02	1,1%
Total	**3.983,86**	**24.815,66**	**28.203,91**	**63.922,52**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa.

O vale alimentação é um dos benefícios mais elevados, e alcançou o valor total de R$ 47.455,91, entre as cidades de Lucas do Rio Verde e Rondonópolis, representando 74,2% em relação ao custo total com benefícios. Este benefício não tem custo para o funcionário. Ele é fornecido integralmente em Rondonópolis e Lucas do Rio Verde pelo fato de os funcionários terem apenas uma hora de intervalo e a empresa possuir refeitórios internos terceirizados.

A assistência odontológica é um benefício sem qualquer custo para o colaborador. No período analisado, a empresa desembolsou o valor de R$ 8.859,50 com este benefício, o que representou 13,9% do total de benefícios concedidos.

O benefício do seguro de vida da empresa é o seguro de vida em grupo, ou seja, não possui um valor unitário por funcionário, assim, quando ocorre um sinistro, o cálculo é efetuado pelo número de funcionários contidos na GFIP do mês. Seu custo no ano de 2014 foi de R$ 6.919,09, e representou 10,8% sobre os benefícios concedidos aos colaboradores.

O vale transporte é um benefício pago pela empresa, mas que a lei faculta descontar do salário do funcionário o equivalente a 6%. Para o cálculo, foram somados os valores pagos no ano de 2014 a título de vale transporte e deduzido o valor descontado do funcionário. Com isso o valor de vale transporte representou apenas 1,1% dos custos totais com benefícios.

De forma geral, observa-se que a empresa pagou o montante de R$ 63.922,52 em benefícios, com destaque para o vale alimentação R$ 47.455,91, seguido da assistência odontológica no valor de R$ 8.859,50, e R$ 6.919,09 com seguro de vida. O menor gasto com benefícios da empresa foi o custo com vale transporte, R$ 688,02, desembolsado apenas em duas cidades.

3.2.4 Outros custos com mão de obra

Além dos valores descritos, a empresa tem outros custos relacionados à mão de obra, a exemplo de uniformes, exames ocupacionais, EPIs (Equipamentos de Proteção Individual e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva), os quais são necessários para a prestação de serviços, compostos conforme demonstra a Tabela 4.

Tabela 4 - Outros custos com mão de obra

Outros custos	Chapecó	Lucas do Rio Verde	Rondonópolis	Total	%
Uniformes	6.670,00	7.600,11	10.504,61	24.774,72	53,6%
Exames ocupacionais	2.403,02	1.440,00	6.051,60	9.894,62	21,4%
EPIs	4.135,40	2.352,38	3.251,38	9.739,17	21,1%
EPCs	604,00	604,00	604,00	1.812,00	3,9%
Total	**13.812,42**	**11.996,49**	**20.411,59**	**46.220,50**	**100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa.

Uniformes foi o item de maior custo, R$ 24.774,52, representando 53,6% do total dos custos extras. O desembolso maior foi em Rondonópolis e Lucas do Rio Verde, pois nestes dois locais os uniformes são antichama, fornecidos a todos os funcionários da produção, e por possuírem valor de compra alto, geram um custo anual elevado.

Os gastos com exames ocupacionais são realizados na admissão e demissão de colaboradores, incluídos também os periódicos realizados anualmente. Esses exames representaram 21,4% dos outros custos da empresa, e relativamente alto devido ao problema de alta rotatividade de funcionários enfrentado pela empresa.

Os equipamentos de proteção individual são entregues na contratação dos funcionários. Representaram 21,1% dos custos adicionais da empresa no período analisado. Os equipamentos de proteção coletiva têm custo menor, 3,9%, pois é disponibilizado um kit para cada cidade, para uso das equipes.

3.3 Análise do custo de efetivo da mão de obra

Os custos efetivos da mão de obra empregada na empresa foram calculados a partir dos dados das seções anteriores, e estão representados na Tabela 5, comparando os resultados em relação às horas efetivamente trabalhadas.

Tabela 5 - Custos totais da mão de obra em relação às horas efetivamente trabalhadas

ITEM ANALISADO	Chapecó		Lucas do Rio Verde		Rondonópolis		GERAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Valor das horas trabalhadas	**254.953,50**	**100**	**132.466,30**	**100**	**218.488,90**	**100**	**605.908,6**	**100**
Encargos								
Periculosidade	70.328,90	27,6	40.694,30	30,7	67.437,30	30,9	178.460,50	29,5
DSR	51.161,50	20,1	26.673,10	20,1	44.301,60	20,3	122.136,20	20,2
Férias	46.022,00	18,1	22.178,30	16,7	39.361,40	18,0	107.561,60	17,8
FGTS	36.994,80	14,5	19.717,50	14,9	32.648,90	14,9	89.361,20	14,7
13 salário	32.927,90	12,9	17.299,60	13,1	29.186,70	13,4	79.414,20	13,1
FGTS Multa	7.847,00	3,1	2.130,80	1,6	8.135,10	3,7	18.112,90	3,0
Aviso prévio indenizado	2.979,50	1,2	3.443,90	2,6	5.216,90	2,4	11.640,30	1,9
Gratificação de função	2.229,30	0,9	3.200,00	2,4	-	0,0	5.429,30	0,9
Horas atestado	1.832,70	0,7	160,00	0,1	2.093,40	1,0	4.086,20	0,7
Adicional noturno	-	0,0	12,00	0,0	2.025,00	0,9	2.037,00	0,3
Fim cont. antecipado/empr.	156,00	0,1	515,70	0,4	411,70	0,2	1.083,30	0,2
Insalubridade	-	0,0	341,70	0,3	-	0,0	341,70	0,1
Total dos encargos	**252.479,70**	**99,0**	**136.366,80**	**102,9**	**230.817,90**	**105,6**	**619.664,50**	**102,3**
Benefícios Concedidos								
Vale alimentação	-	0,0	22.675,80	17,1	24.780,20	11,3	47.455,990	7,8
Assistência odontológica	3.761,90	1,5	2.139,90	1,6	2.957,70	1,4	8.859,50	1,5
Seguro de vida		0,0		0,0		0,0	6.919,10	1,1
Vale transporte	222,00	0,1	-	0,0	466,00	0,2	688,00	0,1
Total dos benefícios	**3.983,90**	**1,6**	**24.815,70**	**18,7**	**28.203,90**	**12,9**	**63.922,50**	**10,5**
Outros custos								
Uniformes	6.670,00	2,6	7.600,10	5,7	10.504,60	4,8	24.774,70	4,1
Exames ocupacionais	2.403,00	0,9	1.440,00	1,1	6.051,60	2,8	9.894,60	1,6

EPIs	4.135,40	1,6	2.352,40	1,8	3.251,40	1,5	9.739,20	1,6
EPCs	604,00	0,2	604,00	0,5	604,00	0,3	1.812,00	0,3
Total dos outros custos	**13.812,40**	**5,4**	**11.996,50**	**9,1**	**20.411,60**	**9,3**	**46.220,50**	**7,6**
Total dos enc./ benef./out. custos s/MO	**270.276,00**	**106,0**	**173.179,00**	**130,7**	**279.433,4**	**127,9**	**729.807,50**	**120,4**
CUSTO TOTAL	**525.229,50**		**305.645,30**		**497.922,3**		**1.335.716,30**	

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os custos apresentados, o que representou o maior valor foram os encargos, totalizando R$ 619.664,47 dos custos com pessoal no ano de 2014. No estudo de Souza (2012), o custo da legislação trabalhista representou de 21% a 93% dos custos apurados das empresas analisadas. No presente estudo esse número foi ainda maior, 102,3% sobre as horas efetivamente trabalhadas. Em geral, o maior valor concentra-se em Chapecó, alcançando o valor de R$ 252.479,70 no ano de 2014. Em segundo, Rondonópolis com R$ 230.817,90, e em terceiro, Lucas do Rio Verde, com R$ 136.366,80. Em comparação de encargos com horas trabalhadas, a que apresentou o maior percentual foi Rondonópolis, 105,60% a mais do valor pago por hora trabalhada, cujo motivo se deve por ser o local que concentra o maior número de horas extras, e consequentemente os encargos aumentam, pois são calculados com base na remuneração. Lucas do Rio Verde apresentou um valor 102,30% e Chapecó 99%, representando o menor valor na comparação entre as cidades.

Ainda em relação aos encargos, a periculosidade e o DSR contribuem consideravelmente para a formação do total dos encargos. Observa-se que em Chapecó se concentra o custo mais alto em valores, R$ 70.328,90 de periculosidade, porém, em relação às horas trabalhadas na cidade, alcança o menor percentual, 27,6% pelo motivo de nesta cidade se localizar o setor administrativo, o qual, não possui periculosidade. O DSR possui uma pequena diferença em percentual em relação às horas trabalhadas de cada cidade, 20,3% em Rondonópolis e 20,1% em Chapecó e Lucas do Rio Verde.

Os benefícios são oferecidos aos colaboradores como forma de incentivo pelo trabalho prestado. É uma maneira de a empresa se mos-

trar mais atraente para os funcionários perante as demais empresas do mercado, além de ser também uma política necessária para a diminuição da rotatividade, absenteísmo e desmotivação. Esses benefícios representam 10,5% do total de horas efetivamente trabalhadas no ano, valor considerado alto para a empresa, uma vez que não há obrigatoriedade prevista em lei para essas concessões, à exceção do vale transporte. No ano de 2014, destacam-se com maiores custos de benefícios as cidades de Rondonópolis, com R$ 28.203,90, e Lucas do Rio Verde, com R$ 24.815,70; a alimentação foi o mais significativo no montante gasto com benefício nestas cidades.

Observa-se que os outros custos, no ano de 2014, foram de R$ 46.220,50, e representaram 7,6% sobre as horas efetivamente trabalhadas, e aumentam consideravelmente pela rotatividade de funcionários. Cabe ressaltar que os componentes dos outros custos e benefícios são características particulares de cada empresa e não podem ser estendidos como padrão para todas. Para o correto cálculo de custo, é necessária a análise detalhada da organização, pois cada perfil de empresa terá um resultado diferente. Neste quesito, Rondonópolis representou o maior custo no ano, com R$ 20.416,60, devido aos gastos com uniformes e equipamentos de proteção individual em função da rotatividade enfrentada no ano de 2014, representando assim 9,3% sobre as horas trabalhadas. Em segundo, Chapecó com R$ 13.812,40, 5,4% sobre as horas efetivamente trabalhadas, e, por fim Lucas do Rio Verde R$ 11.996,50, com 9,1% sobre as horas trabalhadas na cidade.

Pela análise do custo da mão de obra realizada nesta seção, verifica-se que a empresa possui um alto custo com mão de obra, pois, além do valor das horas efetivamente trabalhadas, apresentou um custo de R$ 729.807,50 entre encargos, benefícios e outros custos com mão de obra no ano de 2014, equivalendo a 120,4% no ano a mais sobre as horas efetivamente trabalhadas. Ressalta-se ainda que a empresa é optante pelo Simples Nacional e não tem custo com INSS patronal e outras entidades, caso contrário, esse custo aumentaria. Os dados aqui apresentados fazem valer as discussões existentes sobre os custos que envolvem a mão obra, pois, além das horas efetivamente pagas pelo trabalho realizado, a empresa tem uma série de outras obrigações impostas por lei, que lhe gera um alto valor além dos custos com a folha de pagamentos.

4 CONCLUSÃO

O principal objetivo deste estudo analisar o custo efetivo da mão de obra em uma empresa de comércio e instalações elétricas no ano de 2014, considerando todos os gastos necessários para manter o setor pessoal nas três cidades em que mantém seu quadro de funcionários.

Por meio dos dados analisados, foi possível uma visão ampla do custo efetivo da mão de obra na empresa pesquisada. Assim, observa-se que o custo total da mão de obra é muito superior ao que está representado na folha de pagamento. E se o custo real com a contratação de pessoal não for levado em conta pela empresa, as decisões relacionadas ao seu planejamento podem resultar em equívocos difíceis de serem superados.

Entre os custos analisados, o que representou maior valor foram os com encargos trabalhistas, que alcançaram R$ 619.664,50, que representam 102,3% em relação às horas efetivamente trabalhas, com destaque para o adicional de periculosidade e o descanso semanal remunerado, que contribuíram significativamente para a formação desse percentual, com R$ 29,5% e 20,2%, respectivamente.

Além dos encargos, ainda foram analisados os custos com benefícios e outros custos necessários para a contratação, manutenção e desligamento dos funcionários, os quais representaram 18,1% sobre as horas efetivamente trabalhadas, valor significativo, já que a maioria desses custos são incentivos que a empresa oferece para seus colaboradores sem que a lei a obrigue, porém são fundamentais para a diminuição de despesas com rescisão e processos trabalhistas futuros.

Ao comparar as cidades analisadas, constatou-se que Chapecó obteve o maior custo total com a mão de obra no ano de 2014 de R$ 525.229,5; seguida de Rondonópolis, com R$ 497.922,3, e Lucas do Rio Verde com R$ 305.645,3, ambas com destaque aos encargos que em geral ficaram entre 99% e 105,6% sobre as horas efetivamente trabalhadas em cada cidade. Assim, como resultado, a empresa desembolsou R$ 1.335.716,3 no ano de 2014, somente com custos de mão de obra.

Por fim, verificou-se que a análise do custo da mão de obra para a empresa fornece um aporte para suas decisões no momento de transmitir o valor correto do custo para os serviços realizados. Também

auxilia no detalhamento dos custos, a fim de estudar quais se tornam relevantes quando comparados às receitas e o lucro da empresa.

Sugere-se à empresa um controle amplo e detalhado dos custos de mão de obra para facilitar o controle e a tomada de decisões para contratação e desligamentos de funcionários, bem como para a realização de orçamentos de vendas da mão de obra. Também sugerem-se novos estudos com a receita obtida em cada cidade, para comparar e analisar o resultado líquido e os reflexos da mão de obra sobre a receita e o resultado.

REFERÊNCIAS

AVAZZADEHFATH, F.; RAIASHEKAR, H. Decision-making based on human resource accounting information and its evaluation method. *Asian Journal of Finance & Accounting*, v.3, n.1, p.1-14, 2011.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; SOUZA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimere Alves de Bona. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*: Teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. *CLT Saraiva acadêmica e Constituição Federal*: obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Lívia Céspedes. 8. ed. atual. e aum. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. *Gestão de custos e formação de preços*: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CARNEIRO, Luciane. *Custo do trabalho no Brasil*: salário é baixo, produtividade também. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/o-custo-do-trabalho-no-brasil-salario-baixo-produtividade-tambem-8246478:>. Acesso em: 15 maio 2015.

DUTRA, Rene Gomes. *Custos*: Uma abordagem prática. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ELIAS, Juliana. *O custo da mão de obra chinesa sobe e indica mudanças*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1148319-custo--de-mao-de-obra-chinesa-sobe-e-indica-mudancas.html>. Acesso em: 04 abr. 2015.

FGTS. 2014. Disponível em: <http://www.fgts.gov.br. Acesso em: 01 set. 2014.

FOLHA, São Paulo. *Governo reduz benefício fiscal sobre folha de pagamento*: veja por setores. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/02/1595661-governo-aumenta-impostos-sobre-a-folha-de-pagamentos.html>. Acesso em: 10 maio 2015.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. *Direito do trabalho*. 8 ed. São Paulo Atlas: 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. *Auxílio doença e pensão por morte*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/03/entram-em-vigor-as-novas-regras-para-o-auxilio-doenca>. Acesso em: 30 maio 2015.

MOBLEY, W. H. *Turnover*: causas, consequências e controle. Porto Alegre: Ortiz, 1992.

OLIVEIRA, Aristeu de. *Manual de descrição de cargos e salários*. 2. ed. 2 reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

PATIAS, Tiago Zardin et al. Custos da rotatividade de pessoal: evidências no setor de supermercados. *RACE*, Joçaba, v.14, n.1, p. 143-170, jan./abr. 2015.

PONTES, Benedito Rodrigues. *Administração de cargos e salários*: carreiras e remuneração. 16. ed. São Paulo: LTr, 2013.

ROCHA, Wellington. Custo de mão-de-obra e encargos sociais. *Caderno de Estudos,* São Paulo, Fipecafi, nº 06, out. 1992.

SANTOS, Joel José. *Contabilidade e análise de custos*: modelo contábil, métodos de depreciação, ABC – Custeio Baseado em Atividades, análise atualizada de encargos sociais sobre salários, custos de tributos sobre compras e vendas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SARAMI, H.; NAGHASBANDI, N. Impact of human resource accounting information on human resource investment in Iranian enterprises. *Lachoo Management Journal*, v. 2, n. 1, p. 9-22, jan./jun. 2011.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. *Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade*: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, André Portela; FIRPO, Sérgio P.; PONCZEK, Vladimir P.; ZYLBERSTAJN, Eduardo; RIBEIRO, Felipe Garcia. *Custo do trabalho no Brasil*: proposta de uma nova metodologia de mensuração. São Paulo: Centro de Microeconomia Aplicada, FGV, 2012.

THEISS, José Reinaldo; KRIECK, Manfredo. *Custos e preços sugeridos de venda: cálculos e enfoques práticos*: serviços, comércio e indústria. 3. ed. rev. e ampl. Blumenau: Odorizzi, 2009.

VIANA, Cassiano. O Brasil tem um dos maiores custos de trabalho do mundo. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/2013-06-11/brasil-tem-um-dos--maiores-custos-de-trabalho-no-mundo.html>. Acesso em: 05 maio 2015.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. *Curso de legislação Social*: direito do trabalho. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

YIN, Robert K. *Estudo de caso*: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PERSPECTIVAS PARA A ABERTURA DE CAPITAL DE UMA SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO: UMA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Fernando Locks Machado
Graduando em Administração, UNESC.
Contato: locksmachado.fernando@gmail.com

Cleber Pacheco Bombazar
Especialista em Gestão Empresarial, UNESC.
Contato: cleber@unesc.net

Julio Cesar Zilli
Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico, UNESC.
Contato: zilli42@hotmail.com

RESUMO

Uma empresa pode alavancar seu crescimento com a abertura de seu capital. Mas, ainda que exista tal possibilidade, muitas empresas mantêm-se sob a denominação de sociedade anônima, sem, contudo, abrirem seu capital a investidores externos. Diante disso, objetivou-se determinar e analisar os indicadores econômico-financeiros que apontam para a *IPO* de uma sociedade anônima de capital fechado. Metodologicamente, caracterizou-se como uma pesquisa descritiva e aplicada, quanto aos fins de investigação, e, bibliográfica, documental e um estudo de caso, quanto aos meios de investigação. O objeto de estudo foi a empresa Setep S.A., a qual fora comparada às 24 empresas do mesmo segmento, listadas na Bovespa. Foram alcançados dois resultados: a verificação dos parâmetros empregados nas equiparações entre a Setep S.A. e as demais empresas do mesmo segmento, oferecendo a resposta ao objetivo geral da pesquisa; e a possibilidade de tecer um parecer sobre a viabilidade econômico-financeira da abertura de capital para a empresa Setep S.A. Com um parecer desfavorável, corrobora-se tal resultado por meio dos pareceres desfavoráveis oferecidos pelos quatro grupos de índices medidos. Conclui-se que, embora parte das sociedades anônimas de capital fechado opte por manter tal conformação, a abertura de capital representa uma fase do desenvolvimento da empresa que não pode ser ignorada. Os indicadores econômico-financeiros providos pela pesquisa poderão compor as análises de gestores financeiros, oferecendo resultados semelhantes aos de sua aplicação, auxiliando no processo de abertura de capital dentro das organizações.

Palavras-chave: Abertura de capital. *IPO*. Demonstrações econômico-financeiras.

1 INTRODUÇÃO

Desde sua origem, toda empresa terá sempre duas opções para seu desenvolvimento: crescer ou declinar. Em um mercado repleto de concorrentes – ou até mesmo naqueles em que haja o pioneirismo – não existe estagnação. As empresas vivem em meio às oscilações oriundas de diversos setores, e é por conta dessa dinamicidade que elas buscam, constantemente, novas formas de se desenvolver e avançar, ou, do contrário, estariam todas fadadas a fechar suas portas.

Sousa (2007) relata que, no âmbito empresarial, mudanças significativas vêm ocorrendo, especificamente no que tange às preocupações dos executivos em relação à área financeira. Segundo o autor, algumas mudanças são mais perceptíveis e estão contribuindo para que a área das finanças ocupe posições mais estratégicas e de orientação dentro das corporações.

Durante boa parte de sua história, uma empresa se desenvolve por meio de recursos próprios, que foram gerados a partir da integralização do capital inicial de um ou mais sócios. Contudo, o empreendimento cresce e, com grandes proporções, impera a necessidade de cada vez mais recursos serem injetados. De imediato, grande parte dos empreendedores busca pelo capital proveniente de empréstimos, mas nem sempre optar por essa solução é a decisão mais acertada. Para as sociedades limitadas, são poucas as alternativas, mas para as empresas que atingem o patamar de sociedades anônimas, existe uma forma diferente de lidar com a captação de recursos: a abertura de capital na bolsa de valores (SOUSA, 2007).

Segundo Casagrande Neto (2000), abrir capital em bolsa significa possibilitar que investidores possam dividir os riscos com os atuais sócios, fornecendo, em contrapartida, fundos para o desenvolvimento da empresa, ampliando, dessa forma, o leque de opções de obtenção de divisas a serem utilizadas. Todavia, a abertura de capital ainda é uma alternativa pouco explorada pelas corporações brasileiras.

Levando-se em conta as proporções do território brasileiro, pode-se especular a vastidão de empreendimentos em plena ascensão espalhados pelo país. Entretanto, conforme dados da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (2015), das inúmeras companhias existentes, até o ano de 2015, em torno de 600 apenas possuem ações – papéis que equivalem a uma parcela da empresa – negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

Algumas são as justificativas para que as empresas evitem a abertura de capital, acarretando em tal defasagem quanto à sua participação no mercado de capitais brasileiro, como os custos e obrigações inerentes aos direitos dos acionistas, a estrutura empresarial brasileira, a falta de necessidade imediata de recursos, a fixação do preço de emissão e o desconhecimento do mercado.

Neste sentido, o estudo tem por objetivo determinar e analisar os indicadores econômico-financeiros que apontam para a Oferta Pública Inicial (*IPO)* de uma sociedade anônima de capital fechado.

O artigo foi estruturado em cinco seções. A primeira, a introdução, apresenta o contexto no qual o estudo está situado. Na segunda seção, destaca-se o marco teórico e sem seguida, os procedimentos metodológicos que ampararam o desenvolvimento da pesquisa. Na quarta seção tem-se a apresentação e a discussão dos resultados, bem como as considerações finais, e, por fim, as referências.

2 MARCO TEÓRICO

Esta seção apresenta a contextualização para o estudo, com destaque para a administração financeira, abertura de capital, demonstrações e instrumentos de análise econômico-financeira.

2.1 Administração financeira

Para Morante e Jorge (2007), a gestão dos recursos movimentados por todos os setores da empresa é tarefa essencial da administração financeira. Deve compreender, por um lado, os meios de obtenção dos recursos necessários ao desenvolvimento da empresa e, por outro, a participação na formulação das estratégias que otimizem a aplicação desses recursos.

Hoji (2014, p. 3) entende que, "para a administração financeira, o objetivo econômico das empresas é a maximização de seu valor de mercado, pois dessa forma estará sendo aumentada a riqueza de seus proprietários". Para o autor, os proprietários esperam que seu investimento conceda um retorno proporcional ao risco que assumiram ao aplicar seu capital, por meio da geração de resultados econômicos e financeiros positivos. Desse modo, nota-se que o viés que norteia os

estudos do campo da administração financeira diz respeito, mais precisamente, às análises pertinentes ao maior potencial gerador de lucro em projetos e investimentos escolhidos pela empresa e seus diretores.

O papel de administrar financeiramente uma empresa está comumente vinculado a altos executivos que compõem o organograma da corporação, ou, certas vezes, aos postos do nível tático. Assim, podem ser diretores ou vice-presidentes financeiros, ou ainda, gerentes e *controllers*. A esses postos pode-se atrelar a denominação de administrador financeiro (ROSS, 2000).

Tal tarefa consiste, principalmente, em analisar, planejar e controlar as finanças da empresa, bem como tomar decisões pertinentes aos investimentos e financiamentos da companhia (HOJI, 2014). Não obstante, Ross (1995, p. 28) considera que "a tarefa mais importante de um administrador financeiro seja criar valor a partir das atividades de orçamento de capital, financiamento e liquidez da empresa".

Ainda, Groppelli e Nikbakht (2002) afirmam que a meta do administrador financeiro deve ser a obtenção do mais alto valor possível para cada ação distribuída entre os investidores da empresa. Conquanto, os autores ressaltam que não há regras padronizadas que indiquem o rumo a ser seguido pelos administradores. Conhecer os investidores e saber como eles avaliam os atos da administração da corporação deve ser o ponto de partida para a obtenção de valor.

2.2 Abertura de capital

Para Lagioia (2011), a empresa que abre seu capital adquire vantagens sobre a concorrência, principalmente se for levada em conta a adversidade do cenário econômico brasileiro, cuja instabilidade causa a variação constante do custo do capital emprestado por bancos. O autor acrescenta que, observando-se o passado do Brasil, fica evidente que a abertura de capital de muitas empresas nacionais representou a alavanca fundamental para o seu desenvolvimento.

Casagrande Neto (2000) afirma que, para grandes companhias, em determinado momento de sua história, a autossuficiência financeira torna-se atributo difícil de ser mantido. As proporções dos investimentos se tornam cada vez maiores e a busca por aportes financeiros deve acompanhar essa marcha, evitando o descompasso entre investimentos e disponibilidades.

Brealey, Myers e Allen (2013) afirmam que, a abertura de capital pode ocorrer para permitir que o lucro dos acionistas seja ainda maior. Entretanto, existem outros benefícios inerentes à abertura de capital, como a utilização do preço das ações como referência para o desempenho da empresa, além do fato de a abertura de capital exigir maior publicidade das informações financeiras da corporação, ampliando as opções e oportunidades de financiamento e obtenção de crédito junto a fornecedores.

Partindo dos pressupostos elencados acima, a decisão de abertura de capital, segundo Casagrande Neto (2000), envolverá dois aspectos: técnico e subjetivo. O aspecto técnico deve levar em consideração, para Casagrande Neto (2000, p. 40), "os cálculos de viabilidade de projetos, as taxas de retorno, fontes de financiamento, custos, disponibilidade de recursos, preço de emissão [...]". Os aspectos subjetivos estão relacionados aos assuntos pertinentes à cultura da empresa, ou ainda a disposição dos sócios em assumir os riscos inerentes ao processo, mesmo que a abertura de capital possa pulverizar os riscos entre os futuros acionistas. Não obstante, para o autor, cabe também a administração da companhia fornecer informações ao público, como a apresentação de balanços e demonstrativos financeiros.

2.3 Demonstrações econômico-financeiras

Segundo Matarazzo (2010), as demonstrações econômico-financeiras são responsáveis por fornecer dados financeiros e contábeis sobre a empresa, a partir dos quais o gestor financeiro poderá utilizar métodos de análise para transformar dados em informações úteis à tomada de decisão.

Brealey, Myers e Allen (2013) ressaltam que administradores financeiros competentes devem elaborar planos de atuação com vistas ao futuro e à saúde da empresa. Para os autores, os gestores de finanças devem conferir a disponibilidade de fundos para liquidação de encargos fiscais ou dividendos, bem como avaliar a capacidade de investimentos, os quais a empresa poderá realizar ao longo dos anos. Com base nisso, afirmam que por meio das demonstrações financeiras se pode entender a situação atual da empresa e estimar o seu futuro, auxiliando assim no planejamento tanto de curto, quanto de longo prazo, elaborado pelos gestores.

Blatt (2001) também reconhece a importância do planejamento financeiro e reforça que as demonstrações financeiras são as responsáveis por fornecer os dados de evolução – ou involução – da empresa, derivados do estudo de seu balanço patrimonial, balancetes e outros demonstrativos utilizados para o levantamento desses dados.

2.4 Instrumentos de análise econômico-financeiros

Os instrumentos de análise econômico-financeiros, ou índices financeiros, são relações estabelecidas entre dados apurados em certo período, facilitando o trabalho do analista, uma vez que permitem comparações período a período, e da empresa em relação a outras de sua área de atuação (BLATT, 2001). O autor ainda complementa alegando que a aplicação dos índices derivados do balanço e das demonstrações dependerá dos interesses do usuário. Bancos, por exemplo, buscam por índices que evidenciam a capacidade de liquidar as exigibilidades da empresa em determinado período. Acionistas, por sua vez, procuram por dados que ressaltem os ganhos e a estruturação do capital da empresa, bem como a eficiência na aplicação dos recursos gerados.

Sobre o exposto, Groppelli e Nikbakht (2002, p. 356) ilustram a aplicação de tais ferramentas da seguinte forma:

> A administração responsável de uma empresa exige o constante acompanhamento de operações. Por exemplo, os executivos financeiros precisam saber se suas empresas possuem ou não suficiente liquidez; isto é, eles devem assegurar-se de que fundos suficientes estão disponíveis para pagar as dívidas pontualmente. [...] Consequentemente, os dirigentes preocupam-se com os graus de eficiência e lucratividade de suas empresas. Uma forma de mensurar a liquidez, o grau de endividamento e a lucratividade de uma empresa é realizar uma análise dos índices financeiros. Essa análise serve como base para o planejamento financeiro e fornece um instrumento para monitorar o desempenho.

Helfert (2000) revela que qualquer índice ou instrumento de análise financeira somente será útil se for baseado em três elementos: o ponto de vista adotado, os objetivos da análise e os padrões potenciais de comparação. Não obstante, segundo o autor, os índices não revelam

resultados absolutos, melhor utilizados quando aplicados em combinação com outros índices, auxiliando na ilustração de tendências futuras.

Neste sentido, o Quadro 1 apresenta as principais características para os índices de liquidez, estrutura ou endividamento, resultado e prazos médios.

Quadro 1 - Índices e características

ÍNDICES	CARACTERÍSTICAS
Índices de liquidez	Por meio de um comparativo entre os realizáveis e as exigibilidades – ativo e passivo – os índices de liquidez oferecem indicadores da capacidade de liquidação das dívidas da empresa. Em grande parte dos casos, a liquidez é proveniente da lucratividade da empresa, da forma como é administrada e do seu ciclo financeiro, compreendendo as estratégias de investimento e financiamento planejadas pelos gestores (SILVA, 2007). Matarazzo (2010) explica que é comum que se confunda liquidez com a capacidade de pagamento. Segundo o autor, os índices de liquidez não são baseados no fluxo de caixa, comparando entradas com saídas de dinheiro. Tais índices são resultado da comparação entre ativos em relação às dívidas, medindo quão sólida é a base financeira da empresa. Desse modo, uma empresa que apresenta bons índices de liquidez revela sua capacidade de pagar dívidas, ainda que os pagamentos não sejam realizados dentro dos prazos.
Índices de estrutura ou endividamento	Para Silva (p. 287, 2007) "a estrutura de capitais de uma empresa envolve a composição de suas fontes de financiamento". Essas fontes são, basicamente, os proprietários e terceiros, onde ambos esperam remuneração condizente para com a quantia fornecida como forma de financiamento das aplicações da empresa. Assim sendo, os índices que analisam a estrutura ou o endividamento da empresa permitem aos investidores que se verifique o impacto da dívida sobre o seu retorno. Conforme Hoji (2014), os índices de estrutura de capital indicam a proporção das aplicações do capital de longo prazo, a relação das fontes de capitais entre si e os ativos de natureza permanente, além de ilustrarem o grau de dependência da empresa sobre o capital de terceiros.
Índices de resultado	Helfert (2000) afirma que, os analistas financeiros utilizam-se das medidas resultantes desses para que possam avaliar a participação do capital dos proprietários em relação ao desempenho da empresa em determinado exercício. As análises tomam por base o retorno sobre o patrimônio líquido e, também, sobre o capital próprio, além da rentabilidade do investimento total dos proprietários. Para o autor, o interesse primordial dos investidores é a rentabilidade de sua aplicação, portanto, os índices de resultado representam, percentualmente, a proporção dos lucros obtidos em relação ao capital investido. Em concordância ao exposto acima, Hoji (2014) ressalta que os índices de resultado são indicadores de grande relevância, em termos de sucesso empresarial, pois evidenciam se o futuro da empresa é promissor ou não. Por meio da análise das informações decorrentes de tais índices, gestores e investidores podem ter uma visão mais clara sobre as projeções de crescimento do capital.
Índices de prazos médios	Conforme Matarazzo (2010), os índices de prazos médios permitem a análise dos ciclos operacional e de caixa, os quais o autor considera essenciais para a determinação das estratégias econômico-financeiras e operacionais da empresa.

Fonte: Elaboração própria a partir dos autores acima referenciados.

A partir de tais índices, inclusive, se pode construir modelos de análise do capital de giro e do fluxo de caixa.

Quanto aos cálculos que dizem respeito aos indicadores citados anteriormente, eles podem ser visualizados no Quadro 2.

Quadro 2 - Fórmulas para cálculo dos indicadores

ÍNDICE	FÓRMULA	DESCRIÇÃO
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo circulante	Indica a capacidade de liquidar as dívidas de curto prazo utilizando os recursos disponíveis em caixa e seus equivalentes.
Liquidez Seca	Ativo circulante - Estoques / Passivo circulante	Indica a proporção do ativo circulante para cada $ 1,00 da dívida de curto prazo, desconsiderando os estoques da empresa.
Liquidez Corrente	Ativo circulante / Passivo circulante	Indica a proporção do ativo circulante para cada $ 1,00 da dívida de curto prazo.
Liquidez Geral	Ativo circulante + Realizável a longo prazo / Passivo circulante + Passivo não circulante	Indica qual a proporção do ativo circulante + realizável a longo prazo para cada $ 1,00 da dívida total da empresa.
Participação do capital de terceiros	Capital de terceiros / Passivo total	Indica a proporção de capital de terceiros para cada $ 100 de capital próprio.
Garantia do capital próprio s/ o capital de terceiros	Patrimônio líquido / Capital de terceiros	Indica a proporção de recursos próprios da empresa em relação à dívida total.
Grau de endividamento	Capital de terceiros / Patrimônio líquido	Indica a proporção da parcela de bens e direitos da empresa financiada por capital de terceiros.
Qualidade da dívida	Passivo circulante / Capital de terceiros	Indica a proporção das obrigações de curto prazo em relação à dívida total.
Endividamento financeiro	Emprést. e financ. de curto e longo prazo / Patrimônio líquido	Indica a proporção da dívida com empréstimos e financiamentos totais, em relação ao patrimônio líquido.
Imobilização do capital próprio	Imobilizado	Indica a porção do patrimônio líquido que foi destinada à imobili-zação.

	Patrimônio líquido	
Taxa de retorno s/ investimento	Lucro líquido do exercício / Ativo total	Indica quanto a empresa tem de retorno para cada $ 100 investidos em bens e direitos (ativo).
Rentabilidade	Lucro líquido do exercício / Patrimônio líquido	Indica quanto renderam os investimentos efetuados pela empresa, em relação ao capital investido.
Margem líquida	Lucro líquido do exercício / Faturamento bruto do exercício	Indica a margem de retorno líquida em relação ao faturamento bruto do exercício.
Margem bruta	Lucro bruto do exercício / Faturamento bruto do exercício	Indica a margem de retorno bruta em relação ao faturamento bruto do exercício.
Prazo médio de pagamento	Contas a pagar / Faturamento bruto anual x360	Indica quantos dias a empresa leva para pagar seus fornecedores.
Prazo médio de recebimento	Contas a receber / Faturamento bruto anual x360	Indica quantos dias a empresa leva para receber de seus clientes.
Tempo de retorno s/ investimento	Patrimônio líquido / Lucro líquido do exercício	Indica quantos anos a empresa leva para retornar o valor do capital próprio investido.

Fonte: Elaboração própria a partir dos conceitos de Helfert (2000), Silva (2007), Matarazzo (2010) e Hoji (2014).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Vianna (2001), é por meio do delineamento da pesquisa que se caracteriza o estudo quanto aos fins e aos meios de investigação. Neste sentido, o presente estudo se caracteriza, quanto aos fins, como uma pesquisa descritiva e aplicada.

A pesquisa descritiva se caracteriza pelo estudo de forma detalhada das variáveis determinadas, sem a influência do investigador no resultado (VIANNA, 2001), neste caso, avaliando a viabilidade econômico-financeira da abertura de capital para uma sociedade anônima de capital fechado. Em contrapartida, Gerhardt e Silveira (2009, p. 35) afirmam que a pesquisa aplicada "objetiva gerar conhecimentos

para a aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais".

Quanto aos meios de investigação, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e um estudo de caso.

A partir de Andrade (2001) e Santos (2004), a pesquisa bibliográfica foi estruturada para fornecer sustentação teórica para o estudo e estabelecer conexões entre as temáticas já consolidadas no universo no trabalho. No âmbito documental, os dados coletados foram extraídos das demonstrações econômico-financeiras da empresa objeto do estudo, apuradas em 2015. Compõem as demonstrações coletadas: o balanço patrimonial, demonstração de resultados do exercício, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e demonstração das mutações do patrimônio líquido. E quanto ao estudo de caso (VERGARA, 2006), adotou-se a empresa Setep Construções S.A. como base para coleta de dados, análise e apuração dos resultados.

A Setep Construções S.A., sediada na cidade de Criciúma, Santa Catarina, é uma sociedade anônima de capital fechado voltada à prestação de serviços nos segmentos de construção rodoviária, engenharia civil, engenharia de agrimensura, além da produção e comercialização de massa asfáltica em geral.

A pesquisa aqui apresentada pode ser classificada como quantitativa e qualitativa (ANDRADE, 2001). Para tal, é oportuno destacar que o estudo da viabilidade da abertura de capital derivou de dados analisados e, inclusive, quantificados – seja por percentuais ou índices financeiros – mas que tiveram como objetivo expressar resultados de ordem qualitativa, tendo em vista a viabilidade ou não da *IPO*.

Para a composição da síntese sobre a viabilidade da *IPO*, foi utilizado um algoritmo construído especificamente para tal fim. Esse instrumento de pesquisa toma por base os dados econômico-financeiros e os índices e, a partir disso, utiliza médias aritmética, geométrica e harmônica, fornecendo uma proporção aos pareceres individuais. Os conceitos que sustentam cada uma das médias utilizadas e suas respectivas fórmulas podem ser observados no Quadro 3.

Quadro 3 - Médias para composição do algoritmo

MÉTODO	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
Média Aritmética	Indica a tendência à posição central de um conjunto. É obtida pela soma de todos os valores de um conjunto, divididos pelo número de termos que o compõem (TIBONI, 2010).	$\frac{x1 + x2... + xn}{n}$
Média Geométrica	É o centro de um conjunto de dados que pode ser sintetizado em uma progressão geométrica. É a mais apropriada para descrever crescimentos proporcionais (MILONE, 2006).	$\sqrt[n]{a_1 a_2 \cdots a_n}.$
Média Harmônica	A média harmônica é definida como o inverso da média aritmética, sendo aplicável, principalmente, a fenômenos caracterizados por variáveis inversamente proporcionais, como, por exemplo, custo de produtos (MILONE, 2006).	$\frac{n}{\frac{1}{x_1} + \frac{1}{x_2} + \cdots + \frac{1}{x_n}}$

Fonte: Elaboração própria a partir dos autores acima referenciados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Quadro 4 apresenta os dados segmentados, acompanhados dos valores dispostos nas demonstrações econômico-financeiras da Setep S.A.

Quadro 4 - Dados econômico-financeiros da Setep S.A. (2015)

DESCRIÇÃO	VALOR (R$)
Ativo Total	187.646.324,00
Ativo Circulante	113.851.519,06
Caixa e Equivalentes	37.179.345,31
Contas a Receber	72.971.255,38
Estoques	2.592.540,11
Realizável de Longo Prazo	31.627.370,71
Ativo Permanente	42.167.434,23
Passivo Total	187.646.324,00

Passivo Circulante	21.818.737,96
Contas a Pagar	7.944.248,53
Exigível de Longo Prazo	33.384.320,75
Empréstimos e Financiamentos (Curto e Longo Prazo)	5.817.679,41
Capital de Terceiros	55.203.058,71
Patrimônio Líquido	132.443.265,29
Receita Anual	244.920.095,47
Despesas com Vendas	706.520,77
Despesas Administrativas	12.339.683,98
Lucro Bruto	47.898.911,22
Lucro Líquido	26.349.540,63

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Foram selecionados dados que compõem os cálculos dos índices utilizados na composição do parecer da viabilidade da IPO. Esses dados, elencados estrategicamente para atender aos cálculos dos índices econômico-financeiros, não apresentam, *a priori*, informações que permitam uma avaliação prévia da condição financeira da empresa para a abertura de capital. Entretanto, sua relevância será atestada nos tópicos adiante, cuja utilização de tais valores será corroborada pela composição dos índices econômico-financeiros.

4.1 Composição dos indicadores da viabilidade

Para que se pudesse atestar a viabilidade, ou não, da abertura de capital da companhia examinada, fez-se necessária a composição de indicadores que resultassem em valores de referência. A partir desses valores, foi possível a comparação dos dados da empresa que é objeto de estudo em relação aos índices de referência.

Os valores para a composição dos índices de referência foram obtidos por meio das demonstrações econômico-financeiras de todas as sociedades anônimas de capital aberto, de mesmo segmento da empresa em estudo, listadas na Bovespa até o ano de 2015, totalizando vinte e quatro corporações. As vinte e quatro empresas e os seus respectivos exercícios tomados como base são destacados no Quadro 5.

Quadro 5 - Empresas e seus respectivos exercícios analisados

EMPRESA	ANO	EMPRESA	ANO
AZEVEDO	2007	JOAO FORTES	2006
BROOKFIELD	2005	LIX DA CUNHA	2005
CONST A LIND	2006	MENDES JR	2005
CONST BETER	2006	MRV	2005
CR2	2005	PDG REALT	2007
CYRELA REALT	2007	RODOBENSIMOB	2005
DIRECIONAL	2006	ROSSI RESID	2006
EVEN	2006	SULTEPA	2006
EZTEC	2005	TECNISA	2005
GAFISA	2007	TGLT	2006
HELBOR	2005	TRISUL	2006
JHSF PART	2006	VIVER	2005

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Haja vista a escassez de critérios básicos, que permitam avaliar as demonstrações econômico-financeiras quanto à viabilidade da abertura de capital, estabeleceram-se como referência os dados das companhias já citadas, apurados no exercício em que realizaram sua abertura de capital. Desse modo, foram selecionados, das demonstrações dessas corporações, os dados indispensáveis à composição de seus índices econômico-financeiros, levando-se em consideração o ano em que se tornaram sociedades anônimas de capital aberto. De posse desses dados, foi possível proceder ao cálculo dos índices econômico-financeiros de referência. Tais índices foram comparados com aqueles procedentes das demonstrações da Setep S.A., listados no Quadro 3.

Comparando-se os índices da Setep S.A. em relação aos valores de referência, percebe-se a disparidade entre os resultados, dificultando uma leitura mais clara sobre a viabilidade da *IPO*. Haja vista a necessidade, então, de se equalizar os valores de referência, foram empregadas a média aritmética simples e a mediana dos índices das vinte e quatro corporações que serviram de referência.

Como resultado da média simples e da mediana, obtiveram-se índices que puderam ser comparados aos índices da empresa em estu-

do, permitindo uma avaliação do desempenho econômico-financeiro da companhia em relação às concorrentes, quando a época de sua *IPO*. Entretanto, os intervalos de alguns indicadores apresentaram-se demasiado amplos, tolhendo a capacidade de se obter um parecer mais preciso. Para tal, buscou-se por uma maneira de tornar os valores de referência ainda mais equilibrados.

A solução, então, foi estipular as médias geométrica e harmônica da média simples e da mediana, a fim de se precisar com maior efetividade os referenciais para composição do parecer, conforme o Quadro 6.

Quadro 6 - Comparativo entre índices: média geométrica e harmônica

ÍNDICES / EMPRESAS	SETEP S.A.	MÉDIA GEOMÉTRICA	MÉDIA HARMÔNICA
Liquidez Imediata	1,70	0,25	0,20
Liquidez Seca	5,10	1,17	1,16
Liquidez Corrente	5,22	2,12	2,12
Liquidez Geral	2,64	1,54	1,54
Participação do Capital de Terceiros	29,4%	63,4%	63,4%
Garantia do Capital Próprio	239,9%	61,7%	60,3%
Grau de Endividamento	41,7%	227,3%	220,3%
Qualidade da Dívida	39,5%	56,8%	56,8%
Endividamento Financeiro	4,4%	63,5%	60,0%
Imobilização do Capital Próprio	31,8%	5,4%	3,7%
Taxa de Retorno s/ Investimento	14,0%	0,5%	0,5%
Rentabilidade	19,9%	2,7%	2,6%
Margem Líquida	10,8%	8,4%	7,9%
Margem Bruta	19,6%	13,5%	12,9%
Tempo de Retorno s/ Investimento	60	304	285
Prazo Médio de Recebimento	4	92	36
Prazo Médio de Pagamento	0	10	3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A obtenção das médias geométrica e harmônica permitiu uma avaliação mais refinada sobre o momento mais favorável, em termos econômico-financeiros, à abertura de capital. Novamente, os intervalos obtidos entre parte dos indicadores destacaram uma amplitude elevada, dificultando uma avaliação mais precisa sobre o parecer final quanto à *IPO*.

4.2 Viabilidade econômico-financeira da abertura de capital

Conforme Casagrande Neto (2000), decidir pela abertura de capital envolve dois aspectos básicos: o técnico e o subjetivo. O primeiro deve levar em consideração os aspectos econômico-financeiros da empresa, verificando-se as disponibilidades de capital, os projetos de expansão em curto prazo, entre outros. O segundo está ligado à cultura da empresa, ou ainda, à disposição dos sócios em assumir os riscos inerentes ao processo, mesmo que a abertura de capital possa pulverizar os riscos entre os futuros acionistas. Assim sendo, o parecer fornecido com base nas análises dos índices obtidos indicou a viabilidade, ou não, da abertura de capital com base apenas nos aspectos técnicos.

Por meio das análises peculiares aos grupos de índices calculados, tornou-se possível a composição de uma síntese do parecer – um resumo – que contivesse um apanhado geral sobre as avaliações e a qual pôde, então, fornecer o parecer final sobre a viabilidade econômico-financeira da abertura de capital.

Para a composição da síntese foi utilizado um algoritmo construído especificamente para tal fim. Esse instrumento de pesquisa toma por base os dados econômico-financeiros, índices e médias já citados anteriormente, aprovisionando um parecer para cada índice e, ao final, a proporção dos pareceres individuais. O percentual dos pareceres proveu com base na maioria simples – cinquenta por cento, mais um – a resposta quanto à viabilidade ou não da abertura de capital. O algoritmo em questão pode ser observado por meio no Quadro 7.

Quadro 7 - Composição do parecer final

	SETEP S.A.	PARÂMETROS MAX	INTERVALO	MIN	PARECER
Liquidez Imediata	1,70	0,25	0,05	0,20	DESFAVORÁVEL
Liquidez Seca	5,10	1,17	0,02	1,16	DESFAVORÁVEL
Liquidez Corrente	5,22	2,12	0,01	2,12	DESFAVORÁVEL
Liquidez Geral	2,64	1,54	0,00	1,54	DESFAVORÁVEL
Participação do Capital de Terceiros	29,4%	63,4%	0,00	63,4%	DESFAVORÁVEL
Garantia do Capital Próprio	239,9%	61,7%	0,01	60,3%	DESFAVORÁVEL
Grau de Endividamento	41,7%	227,3%	0,07	220,3%	DESFAVORÁVEL
Qualidade da Dívida	39,5%	56,8%	0,00	56,8%	DESFAVORÁVEL
Endividamento Financeiro	4,4%	63,5%	0,04	60,0%	DESFAVORÁVEL
Imobilização do Capital Próprio	31,8%	5,4%	0,02	3,7%	FAVORÁVEL
Taxa de Retorno s/ Investimento	14,0%	0,5%	0,00	0,5%	DESFAVORÁVEL
rentabilidade	19,9%	2,7%	0,00	2,6%	DESFAVORÁVEL
Margem Líquida	10,8%	8,4%	0,00	7,9%	DESFAVORÁVEL
Margem Bruta	19,6%	13,5%	0,01	12,9%	DESFAVORÁVEL
Tempo de Retorno s/ Investimento	60	304	19	285	DESFAVORÁVEL
Prazo Médio de Recebimento	4	92	56	36	DESFAVORÁVEL
Prazo Médio de Pagamento	0	10	6	3	FAVORÁVEL
SÍNTESE DO PARECER:				FAVORÁVEL	12%
				DESFAVORÁVEL	88%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A composição do algoritmo é feita com base nos indicadores econômico-financeiros, obtidos sobre os dados coletados da empresa que é objeto de estudo e, então, confrontam-se tais dados com os parâmetros criados a partir das informações retiradas dos demonstrativos das 24 empresas de mesmo segmento. Com o cálculo da média geométrica e da média harmônica, foram obtidos valores máximos e mínimos, determinando um intervalor, em alguns casos. Os indicadores da empresa que se encontram entre os intervalos, assinalam um momento favorável à abertura de capital. Valores acima ou abaixo das referências poderão indicar um momento desfavorável ou crucial para a abertura de capital, dependendo da relação entre os conceitos de cada indicador e os resultados obtidos.

No grupo dos índices de liquidez, constatou-se variação a maior em relação aos valores de referência, em todos os indicadores. Considerando que uma empresa que apresenta altos índices de liquidez revela sua capacidade de pagar dívidas, para o referido grupo, o parecer parcial é **desfavorável**, por unanimidade, entendendo que não há necessidade de captação de novos recursos para liquidação de dívidas.

Os índices de estrutura da empresa avaliada destoaram dos referenciais, tanto para mais, quanto para menos. Essas variações, entretanto, revelaram uma situação estrutural e de endividamento que desfavorece a *IPO*, ainda que, dentre os seis índices considerados, a imobilização do capital próprio tenha retornado valores favoráveis ao processo. Com 88% dos resultados desaconselhando a abertura de capital, o parecer parcial desse grupo é **desfavorável**.

O grupo de índices de resultado apresentou valores que excederam o valor máximo, em todos os índices considerados. Sabendo que os índices de resultado representam, percentualmente, a proporção dos lucros obtidos em relação ao capital investido, não há necessidade de distribuição de papéis buscando por mais recursos. A rentabilidade da empresa é suficiente para cobrir os interesses dos sócios. O parecer parcial, portanto, é **desfavorável**, por unanimidade.

Para o último grupo, dos três índices avaliados, dois apresentam-se contrários à *IPO*. Atesta-se que, em relação ao tempo de retorno sobre o investimento e o prazo médio de pagamento, a abertura de capital deve ser desconsiderada, levando-se em consideração que, os meses para a equivalência do investimento inicial, assim como para o recebimento de clientes, desabona a captação de recursos externos. Com dois terços dos índices tendendo à permanência da posição atual quanto à abertura de capital, o parecer parcial do grupo é **desfavorável**.

Embasando-se nos dados acima, portanto, atestou-se a **inviabilidade** econômico-financeira da abertura de capital para a empresa Setep S.A., levando em conta que os quatro grupos de índices medidos retornaram pareceres desfavoráveis, e que fora respeitada a maioria simples para composição dessa síntese. Apenas dois foram os casos em que a abertura de capital poderia ser considerada, todavia, representaram apenas 12% do total de índices.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo que a procura por aplicações rentáveis aos investidores é uma oportunidade de captar mais recursos para seu desenvolvimento, uma empresa poderá considerar a possibilidade de alavancar seu crescimento por meio da abertura de seu capital, ou seja, realizan-

do a Oferta Pública Inicial (*IPO*). Contudo, muitas são as sociedades anônimas de capital fechado que persistem nessa condição.

Neste contexto, o estudo objetivou determinar e analisar os indicadores econômico-financeiros que apontam para a Oferta Pública Inicial (*IPO)* de uma sociedade anônima de capital fechado.

Pode-se afirmar que a presente pesquisa alcançou dois resultados. O primeiro deles foi verificar que os parâmetros empregados nas equiparações entre a Setep S.A. e demais empresas do mesmo segmento oferecem uma resposta ao objetivo geral da pesquisa. Em outras palavras, são esses parâmetros os indicadores da viabilidade econômico-financeira da *IPO*, visados pelos autores deste trabalho.

O segundo resultado diz respeito à possibilidade de tecer um parecer sobre a viabilidade econômico-financeira da abertura de capital para a empresa Setep S.A. Com um parecer desfavorável, corrobora-se tal resultado por meio dos pareceres desfavoráveis oferecidos pelos quatro grupos de índices medidos. Apenas dois foram os casos em que a abertura de capital poderia ser considerada, todavia, representaram apenas 12% do total de índices.

Ainda assim, alguns incrementos poderiam ser considerados, na tentativa de oferecer indicadores mais sólidos, que possam determinar com mais segurança os parâmetros econômico-financeiros para a *IPO*. Uma das possíveis melhorias é a utilização de índices que possam projetar um cenário posterior à abertura de capital, considerando os resultados obtidos pela negociação das ações na Bovespa, por exemplo. A projeção desse cenário pode estimar os ganhos provenientes da *IPO*, permitindo uma análise sobre se os montantes arrecadados atenderão às demandas da empresa.

É oportuno considerar ainda que a abertura de capital, do ponto de vista subjetivo, como define Casagrande Neto (2000), considera pontos como a cultura organizacional, a visão dos sócios sobre o processo de abertura de capital, ou ainda a valorização da marca ou nome da empresa. Como o viés dessa pesquisa foi orientado pelo parecer técnico, apresentou-se um resultado parcialmente completo, pois desconsiderou aspectos subjetivos, como a viabilidade da abertura de capital como forma de consolidar o nome da empresa para além do seu mercado atual – o estado de Santa Catarina. Assim, novos estudos podem ampliar

os horizontes da pesquisa, seja determinando índices de referência com maior solidez, ou ainda abarcando os aspectos subjetivos que influenciam na tomada de decisão do processo de abertura de capital.

A conclusão à qual se chega, portanto, reforça que, embora boa parte das sociedades anônimas de capital fechado opte por manter tal conformação, a abertura de capital representa uma fase do desenvolvimento da empresa que não pode ser ignorada. Tendo em vista a escassez de referências que auxiliem nessa etapa do crescimento corporativo, os indicadores econômico-financeiros providos pela pesquisa poderão compor as análises de gestores financeiros, oferecendo resultados semelhantes aos atingidos com a aplicação dos instrumentos de avaliação, balizadores do presente estudo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BLATT, A. *Análise de balanços*: estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis. São Paulo: Makron Books, 2001.

BOVESPA. Bolsa de Valores de São Paulo. Ser companhia aberta é poder contar com o mercado de capitais para crescer. São Paulo: Bovespa, 2015. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes--para-empresas/abertura-de-capital/como-abrir-o-capital.aspx?Idioma=pt--br>. Acesso em: 12 out. 2015.

BREALEY, R.A.; MYERS, S. C.; ALLEN, F. *Princípios de finanças corporativas*. Tradução de Celso Roberto Paschoa. Porto Alegre: AMGH, 2013.

CASAGRANDE NETO, H.; SOUZA, L. A.; ROSSI, M. C. *Abertura de capital de empresas no Brasil*: um enfoque prático. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2000.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. *Sobre a CVM*. São Paulo: CVM, 2015. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/menu/acesso_informacao/institucional/sobre/cvm.html>. Acesso em: 12 out. 2015.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, E. *Administração financeira*. Tradução de Célio Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

HELFERT, E. A. *Técnicas de análise financeira*: um guia prático para medir o desempenho dos negócios. Tradução de André Castro. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

HOJI, M. *Administração financeira e orçamentária*: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LAGIOIA, U. C. T. *Fundamentos do mercado de capitais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATARAZZO, D. C. *Análise financeira de balanços*: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORANTE, A. S.; JORGE, F. T. *Administração financeira*: decisões de curto prazo, decisões de longo prazo, indicadores de desempenho. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSS, S. A. *Administração financeira*. Tradução de Antonio Zorato Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. *Princípios da administração financeira*. Tradução de Andrea Maria Accioly. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, A. R. *Metodologia científica*: a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

SETEP. Setep Construções S.A. *Histórico*. Disponível em: <http://setep.com.br/historico.php>. Acesso em: 30 abr. 2016.

SOUSA, A. F. de. *Avaliação de investimento*: uma abordagem prática. São Paulo: Saraiva, 2007.

VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIANNA, I. O. A. *Metodologia do trabalho científico*: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001.

SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS (E-SOCIAL): OS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ROTINAS DIANTE DA GESTÃO ORGANIZACIONAL

Melissa Chanazis Valentini
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), Unesc. Contato: mcvjuridico@gmail.com

Adriana Carvalho Pinto Vieira
Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), Unesc. Contato: dricpvieira@gmail.com

Cristina Keiko Yamaguchi
Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), Uniarp. Contato: criskyamaguchi@gmail.com

RESUMO

O acesso às informações relevantes dentro das organizações é assunto corrente, principalmente em um mundo baseado em sistemas da informação. Por consequência, as inovações nos sistemas da informação são presentes também nos procedimentos realizados pela Fazenda Pública, portanto, o presente estudo tem como objetivo apresentar como as empresas estão praticando a gestão e compartilhamento do conhecimento para se adequarem ao projeto eSocial - Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas.

Palavras-chave: Gestão da informação. Compartilhamento da informação. Relações de trabalho. SPED Folha.

1 INTRODUÇÃO

Tempos atrás, a contratação de um empregado em uma empresa era validada apenas com o registro da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social e o pagamento do salário ajustado. As organizações foram se adequando, organizando-se por departamentos, além da es-

crita contábil, surgindo setores importantes como os Departamentos Pessoal e Recursos Humanos.

As obrigações aos órgãos governamentais ainda são impostas de forma descentralizada, sem integração aos órgãos competentes, gerando, por consequência, duplicidade de informações e demanda excessiva das obrigações impostas às organizações.

Por meio do Decreto 6.022, de 22 de janeiro de 2007, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi implementado, constituindo-se como um grande avanço na informatização da relação entre o Fisco e os contribuintes.

O eSocial terá o desafio de criar a folha de pagamento digital padronizada que substituirá a obrigatoriedade da folha de pagamento impressa, enviando as informações a um ambiente nacional compartilhado.

Nesse contexto de informatização e simplificação tributária, as organizações e os órgãos federais estão tratando o presente projeto como o maior desafio enfrentado, pois há que se estruturar dentro das empresas a gestão e o compartilhamento das informações que devem ser informadas ao governo, gestão que envolverá setores como, departamento pessoal, recursos humanos, contábil, jurídico e segurança e medicina do trabalho.

Nesse sentido, cria-se a discussão das dificuldades enfrentadas nas organizações para compilar todos os dados necessários para o envio ao eSocial, em especial quanto à gestão e ao compartilhamento das informações entre os setores das empresas.

O objetivo primordial desta pesquisa foi investigar a gestão do conhecimento nas organizações, por meio do subsídio da tecnologia da informação, veiculada pelo Sped denominado eSocial.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, e o procedimento de coleta de dados foi feito por meio de roteiro de pesquisa, instrumentalizado pelo aplicativo Google-docs, contendo 18 questões abertas e fechadas, envolvendo um público-alvo de 70 empresas localizadas no sul do estado de Santa Catarina.

Trata-se também de pesquisa bibliográfica, com estudo por meio do Manual do eSocial, livros e artigos relacionados à gestão do conhecimento para dar sustentação teórica ao tema abordado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Modelo atual do cumprimento das obrigações perante a legislação trabalhista e previdenciária

Todas as organizações, sejam elas representadas por empresas privadas e/ou entidades públicas, estão sujeitas às regras trabalhistas, previdenciárias e fiscais. As empresas privadas que mantêm empregados contratados devem seguir o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instrumento que consolidou as leis trabalhistas vigentes no Brasil, e o os Planos de Benefícios da Previdência Social, estabelecidos na lei ordinária 8.213/1991, além de outras leis e normas correlatas.

Atualmente, os registros trabalhistas, previdenciários e fiscais são gerados de forma descentralizada, por meio de PGD – Programas Geradores de Documentos, ou seja, cada empresa possui base de dados intermediários para manutenção de suas obrigações mensais e anuais aos órgãos competentes.

A falta de centralização dos arquivos digitais, muitas vezes, reflete a descentralização das informações nos próprios departamentos. Cita-se, por exemplo, que muitas empresas, de pequeno ou grande porte, diante de uma gestão de dados descentralizada, contratam funcionários, realizam os procedimentos de registro da CTPS e geram a folha de pagamento por meio de um sistema de folha particular, e por livre-arbítrio, esquecimento ou erro dos seus operadores, podem ou não declarar os dados empregados aos órgãos competentes, de forma divergente para cada PGD, por meio dos programas gerenciais como SEFIP, GFIP, CAGED, RAIS, DIRF.

No modelo atual, o País enfrenta leis arcaicas, procedimentos morosos e obrigações com informações duplicadas e desinformadas, que dificultam tanto a organização interna das empresas quanto a gestão pelos próprios órgãos fiscalizadores.

3.2 Modelo regulamentado pelo Fisco - Sistema Público de Escrituração Digital - SPED

O SPED foi regulado pela Decreto nº 6.022/07, e é atrelado à Receita Federal do Brasil. O objetivo principal é aprimorar e proporcionar maior eficiência e efetividade na administração tributária brasileira, por meio da integração, racionalização de esforços e recursos, atendendo ao mesmo tempo às necessidades dos contribuintes.

Por meio do SPED é possível garantir a padronização e o compartilhamento das informações contábeis e fiscais. Na prática, as informações sobre a gestão de financeira e tributária, por exemplo, migraram do suporte físico, do papel para o digital, por meio de documentos e livros fiscais eletrônicos.

3.3 Escrituração Fiscal Digital Social – EFD-Social

A Escrituração Fiscal Digital das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias foi instituída pelo Decreto 8.373/14, compondo um projeto do Governo Federal, Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Ministério da Previdência (MPS), visando à entrega pela empresa de todas as declarações, resumos para recolhimento de tributos oriundos da relação trabalhista e previdenciária, bem como informações relevantes ao contrato de trabalho em arquivo digital único.

Conforme Manual do eSocial, são objetivos do eSocial: viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas aos trabalhadores, simplificar o cumprimento de obrigações e aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e fiscais.

É um projeto inovador que visa unificar dados, informações e procedimentos, viabilizando a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas. As informações encaminhadas ao eSocial deverão ser prestadas por meio de grupos de eventos, como iniciais, de tabelas, não periódicos e periódicos, cada evento correspondente a um *layout* específico, elencados no Anexo I, do MOS 2.2.

O eSocial pode ser considerado como a escrituração digital com maior volume de informações, pois, em princípio, é composto de mais de 30 arquivos, com mais de 200 campos.

Os arquivos digitais serão gerados a cada evento relacionado para cada contratação de serviço, seja por trabalhador celetista, autônomo, avulso e cessão de mão de obra, além de eventos relacionados a fatos geradores de INSS e IRRF, tais como aquisição de produção de produtor rural, envio de capital ao exterior, entre outros.

Os eventos que compõem o eSocial deverão ser transmitidos mediante autenticação e assinatura digital, utilizando-se certificado digital válido no âmbito da infraestrutura de chaves.

O primeiro *layout* foi disponibilizado na versão 1.0, no qual o governo federal estipulou prazo de início da obrigatoriedade, que posteriormente foi prorrogado, adequando o *layout* para a versão 2.2, ainda em tramitação.

Portanto, o eSocial estabelece a forma como passam a ser prestadas as informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas à contratação e utilização de mão de obra onerosa, com ou sem vínculo empregatício, e de produção rural, por intermédio da plataforma XML, simplificando o cumprimento das obrigações, e fazendo isso de modo centralizado.

Sem dúvida, é um projeto que compilará várias informações com a integração dos dados armazenados em vários departamentos da empresa, por isso, se a organização não mantém pessoas e sistemas integrados entre setores, será necessário o desenvolvimento de integração dos setores, trabalho que mudará a cultura da empresa e a revisão dos procedimentos adotados, para que fiquem em consonância com a legislação vigente.

Conforme Fontani (2015), as empresas deverão revisar todos os seus procedimentos, adequando suas rotinas e informações para alimentar todos os arquivos que compõem o eSocial, em especial as "Tabelas de Rubricas", "Tabela de Lotações Previdenciárias", "Cadastramento Inicial do Vínculo e Admissão de Trabalhador", "Monitoramento da Saúde do Trabalhador", "Condições Ambientais do Trabalho", "Insalubridade, Periculosidade e Aposentadoria Especial" e "Remuneração do Trabalhador".

Dentre as maneiras de analisar a composição da gestão do eSocial, de acordo com a proposta deste estudo, percebe-se que as organizações deverão integrar todos os departamentos envolvidos para o envio das informações, avaliando as tabelas e os *layout*.

Conforme a Resolução nº 2, que estabelece o prazo para implementação do eSocial a partir de janeiro de 2018, ele será obrigatório para as empresas com faturamento anual acima de 78 milhões, e em junho de 2018 para todas as outras.

As empresas já podem ter acesso à página do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas antes mesmo do início da vigência do eSocial, acessível no sítio do próprio programa, por intermédio do Módulo Consulta Qualificação Cadastral *online*, instrumento que já pode ser utilizado para regularização do cadastro dos empregados.

Acredita-se que a ferramenta da consulta qualificação cadastral será o ponto inicial para integração das informações que deverão ser encaminhadas pelas organizações, pois a consulta verificará se há inconsistência nos dados cadastrais das bases de registro do Número de Identificação Social (NIS) e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do trabalhador. A prévia validação dará segurança aos dados corretos, validando se o empregado se encontra apto a ser cadastrado no eSocial por seu empregador.

3.4 Gestão e compartilhamento do conhecimento

O objetivo do presente artigo é abordar o tema gestão e o compartilhamento do conhecimento frente à era eSocial, tendo como referencial teórico o modelo de conversão do conhecimento (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

A gestão do conhecimento é fundamentada pela lógica do compartilhamento, contudo, muitas organizações possuem apenas a finalidade de atrair e reter os bons funcionários, sem, entretanto, avaliar o seu planejamento estratégico, táticas e demais procedimentos para que todos esses conhecimentos consigam, em conjunto, fortalecer o negócio desenvolvido.

A administração do conhecimento é importante para alcançar resultados e, de acordo com Terra (*online*, [s.d.]), a gestão do conhecimento tem como papel organizar as principais políticas, processos e ferramentais gerenciais e tecnológicas à luz de uma melhor compreensão dos processos de geração, identificação, validação, disseminação, compartilhamento, proteção e uso dos conhecimentos estratégicos para gerar resultados (econômicos) para a empresa, e benefícios para os colaboradores internos e externos (*stakeholders*).

Conforme Nonaka e Takeuchi (1997), o compartilhamento do conhecimento numa organização é o processo de socialização; a criação do conhecimento organizacional é um processo em forma de espiral, que inicia no nível individual, vai se ampliando e interagindo entre os setores na organização e com o ambiente externo.

Segundo os autores, existem quatro modos de converter o conhecimento: a socialização, a internalização, e externalização e a combinação.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta pesquisa foi realizada por meio de questionário aberto, abordando 70 empresas situadas na região sul de Santa Catarina, obtendo resposta de apenas 19 empresas, resultando uma representatividade de 27,14% do total de empresas da região objeto de estudo.

A pesquisa segue os conteúdos explanados na espiral do conhecimento.

4.1 Porte dos entrevistados

A pesquisa foi elaborada disponibilizando a identificação aos entrevistados referente ao seu porte, entre pequeno porte, médio porte e grande porte.

O percentual analisado resulta em 39% dos entrevistados enquadrados em médio porte, mantendo em seus quadros funcionais de 11 até 100 empregados; 36% em pequeno porte, com registro de até 10 empregados; e 25% em grande porte, com mais de 100 empregados.

4.2 Departamentos investigados

A pesquisa buscou os dados dos entrevistados para avaliar se as organizações possuem departamentos que integrem os dados aos EFD-Social, e se esses departamentos se localizam de forma interna ou externa (terceirizada).

Os resultados foram avaliados por porte dos entrevistados, na seguinte ordem:

Tabela 1 - Avaliação dos departamentos

Departamentos	Pequeno Porte	Médio Porte	Grande Porte
Dep. Recursos Humanos	20% Interna	85% Interna	100% Interna
Dep. Pessoal	100% Interna	100% interna	100% interna
Dep. Contábil	70% Interna	100% Interna	100% Interna
Dep. Jurídico	20% Externo	80% Interna	100% Interna
Dep. de Segurança e Saúde do Trabalho	0% Não Possui	80% Externo	100% Interno

Fonte: Dados da pesquisa realizada.

Os resultados obtidos demonstram que os entrevistados possuem os principais departamentos que compartilharão as informações a serem encaminhadas ao EFD-Social, e somente as empresas de pequeno porte não possuem departamentos jurídicos e SST – Segurança e Saúde do Trabalhador.

4.3 Pessoas responsáveis pelo EFD-Social

Foi investigado se as empresas possuem pessoas responsáveis para dar andamento ao projeto EFD-Social, e 80% transmitiram que já possuem pessoas envolvidas no assunto, demonstrando, inclusive, que empresas de grande porte possuem comitês específicos para tal.

4.4 Reuniões realizadas para expor informações sobre o EFD-Social

Os entrevistados responderam sobre a quantidade de reuniões já realizadas para exposição de seus conhecimentos sobre o EFD-Social, e 84% firmaram que realizaram apenas uma reunião, sendo que destes, 70% alegaram que as reuniões foram pouco produtivas, com a permanência de dúvidas.

Embora a sociabilidade esteja presente nas empresas pesquisadas, percebe-se que 65% delas não conseguem transmitir corretamente suas experiências, pois, conforme averiguado, muitas não disponibilizam tempo hábil para interação, por meio de reuniões entre os departamentos envolvidos, não conseguindo a conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito, pois, para que a sociabilização seja inteiramente satisfatória, é necessária a interação entre indivíduos estimulados a compartilhar seus conhecimentos, suas habilidades, ideias e experiências.

4.5 Compartilhamento das informações entre departamentos

Os entrevistados responderam que 75% compartilham as informações entre os departamentos estudados, diante dos sistemas disponibilizados:

Tabela 2 – Compartilhamento das informações entre departamentos

Instrumento	Pequeno Porte	Médio Porte	Grande Porte
Sistema integrado	-	-	100%
Corresp. eletrônica	-	80%	20%
Papel	80%	20%	-

Fonte: Dados da pesquisa realizada.

Observa-se nos resultados que os departamentos têm a prática de compartilhar os conhecimentos, mas, na maioria dos casos, os dados pertinentes a cada setor não estão sendo compartilhados de forma tácita ou explícita, de maneira integrada.

Caso a empresa possua processo administrativo ou judicial, por exemplo, com decisão/sentença favorável, suspendendo a incidência

tributária sobre determinada rubrica, o jurídico deverá informar o departamento responsável pela folha para o lançamento dos códigos de incidência suspensa "codIncCP", "codIncIRRF" e "codIncFGTS". O evento S-1070 – Tabela de Processos Administrativos/Judiciais deve ser enviado antes desse evento.

Por consequência, as empresas envolvidas não conseguiram externalizar o conteúdo, pois 100% delas não converteram o conhecimento tácito em conhecimento explícito. Não há sequer registro das poucas reuniões realizadas, apenas cinco encontros em média, e 90% relataram que não foram encontros satisfatórios para o aprimoramento e execução do projeto EFD-Social.

A maioria das empresas (85%) possui departamentos internos, como o contábil, fiscal, departamento de pessoal, recursos humanos e jurídico internos, com sistemas próprios, contudo, muitos departamentos não integram suas informações adequadamente, resultando no que demonstra esta pesquisa, ou seja, que a combinação da espiral não está convertendo o conhecimento explícito em conhecimento explícito. Não se constata a conversão dos conhecimentos explícitos elencados nos sistemas existentes em teste ao novo *layout* do EFD-Social, faltando o refinamento dos conhecimentos existentes, exemplos práticos, laboratórios de gestão e análise das rubricas constantes na Tabela 3 do eSocial.

Outro exemplo é o registro dos empregados, que deve ser realizado imediatamente antes de se iniciar o trabalho.

Atualmente, essa informação é transmitida para o Ministério do Trabalho través do Caged, entregue até o dia sete do mês seguinte. Com a implantação da eSocial, essa informação deverá ser gerada imediatamente, ou no prazo máximo de 48 horas. Constata-se que muitas empresas não conseguem uniformizar seus procedimentos para que o registro se concretize em tempo hábil, adequado ao EFD-Social.

4.6 Capacitação dos responsáveis pelo EFD-Social

Dos entrevistados, 65% dos responsáveis pela transmissão das informações aos EFD-Social não possuem conhecimento suficiente para a devida transmissão de dados, e somente 45% tiveram acesso a cursos e atualizações sobre o assunto.

4.7 Problemas encontrados para validação do EFD-Social

Foram apresentados aos entrevistados quatro problemas para validação do EFD-Social, sendo que 90% afirmaram que o maior problema enfrentado são as contratações sem vínculo empregatício, por meio de autônomos e terceirizados, contratados sem o repasse das informações ao RH e Departamento Pessoal; 85% mencionaram que encontram problemas com o encaminhamento ao RH e Departamento Pessoal da CTPS – Carteira de Trabalho e Emprego para o registro da admissão, após o início da jornada de trabalho do empregado; 80% dispuseram que encontram problemas pertinentes às informações relativas aos processos judiciais que não são repassadas ao RH e Departamento Pessoal. Ex: Informações referente à recuperação de créditos previdenciários, com diminuição de encargos na folha de pagamento; e 70% afirmaram que não são repassadas todas as informações dos pagamentos efetuados aos empregados ao RH e Departamento Pessoal. Ex: Informações referentes ao pagamento de aluguel, bolsa de estudos, empréstimos, ajudas de custo, diárias para viagem, etc.

Evidencia-se, portanto, que em muitos casos as dificuldades são provenientes de procedimentos que burlam a legislação, afetando sobremaneira o desenvolvimento dos departamentos que encaminharão as informações ao EFD-Social.

O maior desafio encontrado, portanto, é a estruturação cultural das organizações. Para Chiavenato (2010), a cultura organizacional representa as percepções dos dirigentes e colaboradores da organização e reflete a mentalidade que predomina na organização.

4.8 Estratégias para a estruturação do EFD-Social

Os entrevistados foram questionados sobre as medidas estratégicas para a estruturação do EFD-Social, compondo os resultados:

Tabela 3 - Medidas estratégicas para a estruturação do EFD-Social

Estratégias	Pequeno Porte	Médio Porte	Grande Porte
Mudanças Culturais	45%	85%	100%
Mapeamento - Possíveis Falhas	30%	70%	85%
Planejamento de Ações e Revisão	30%	67%	85%
Integração de Softwares	25%	80%	100%
Outros[1]	-	-	50%

Fonte: Dados da pesquisa realizada.

Chega-se à conclusão que 85% dos entrevistados enquadrados como empresa de pequeno porte não possuem o processo de internalização, que é a conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito, pois demonstraram não ter conhecimento suficiente do Manual do eSocial e obrigações impostas, previstas no projeto EFD-Social.

Nonaka e Takeuchi (1997) afirmam que é da interação entre o conhecimento explícito e o conhecimento tácito que surge a inovação. É necessário, portanto, que as empresas criem condições que permitam desenvolver o aprimoramento do conhecimento organizacional.

Os resultados obtidos dos entrevistados de empresas de médio e grande porte demonstram que, embora haja a integração de informações, mesmo em percentuais razoáveis, acredita-se que as informações referentes ao EFD-Social devam ser estudadas e analisadas com maior profundidade, pois, em sua grande maioria, percebem-se fragilidades estruturais quanto às estratégias adotadas.

Notou-se, que os serviços contábeis nas empresas de pequeno porte são terceirizados, e que há uma crença equivocada de que somente as empresas contábeis têm o dever do cumprimento das obrigações acessórias.

A Escrituração Fiscal Digital eSocial certamente tem uma estrutura complexa, porém, o conhecimento das informações que serão exigidas para o seu atendimento é dever de todas as organizações, para uma boa gestão, independentemente de seu porte.

---

[1] 50% dos entrevistados enquadrados como empresa de grande porte já possuem comitês formados para discussão do EFD-Social.

O relacionamento com empresas terceirizadas foi mencionado como um dos maiores problemas para validação do EFD-Social. Neste caso específico, o repasse das informações pertinentes dessas empresas aos departamentos internos da contratante é de fundamental importância, pois, do contrário, elas poderão chegar em datas atrasadas e/ou com conteúdo incorreto.

Pelo resultado deste estudo, as empresas pesquisadas ainda precisam percorrer um longo caminho no sentido de implementarem as medidas estratégicas para a estruturação do EFD-Social, alinhando adequadamente os departamentos, independentemente se as informações estiverem alocadas interna e externamente, pois, frisa-se as obrigações recairão diretamente às organizações envolvidas.

4.9 Importância da contratação de profissionais habilitados

Ao perguntar sobre como o entrevistado considera a importância de contratar profissionais capacitados na área de recursos humanos e setor pessoal para aturem na escrituração do eSocial, 89% afirmaram ser muito importante; 11% reputam ser apenas importante; e 10% acreditam que a matéria não tem relevância.

4.10 Prazo para adaptação

Dos entrevistados, 85% acreditam ser preciso mais de 1 ano e meio, e 25% de 7 meses a 1 ano para adequação de todos os departamentos da organização que sofrerão algum tipo de impacto com a implantação do eSocial.

Os resultados obtidos demonstram que a maioria dos entrevistados atualmente não está preparada e que necessita de período superior a um ano para as devidas estruturações ao eSocial.

4.11 Questão aberta para demais contribuições

Por meio do campo deixado à disposição dos entrevistados, apenas um contribuiu além dos questionamentos expostos, dispondo sobre a sua percepção sobre o assunto: "*Percebo que falta maior*

comunicação entre a nossa empresa e terceirizado. Gestores da empresa muito ocupados com operacional, sobrando pouco tempo para cobrar questões como eSocial dos terceirizados. Esperamos que venha pronto."

O entrevistado é de empresa de médio porte, que possui entre 11 e 50 empregados, e departamento contábil terceirizado, opinião que coaduna com a pesquisa realizada, pois os resultados comprovam que empresas de médio porte transferem as responsabilidades do EFD – Social aos escritórios contábeis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e em especial a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) revolucionam as obrigações tributárias das empresas diante do cruzamento de dados, simplificando a apuração dos impostos em curto espaço de tempo. Portanto, a tendência é que o Fisco também não medirá esforços para que o eSocial tenha as mesmas expectativas, sobre as obrigações trabalhistas e previdenciárias e fiscais.

Os resultados desta pesquisa demonstram que a maioria das empresas entrevistadas não está preparada totalmente para planejar as mudanças necessárias. O entrave inicial inicia-se com o sistema cultural já impregnado nas organizações e no todo corpo funcional, e evidentemente, entre os maiores desafios que compõem a adequação ao eSocial encontra-se dificuldade na integração das informações necessárias entre os departamentos.

A partir dos resultados obtidos, é patente o consenso sobre a importância de se conhecer e se evolver com novo sistema de registro, elaborado pelo Governo Federal, para facilitar a administração de informações relativas aos trabalhadores trazidas pelo eSocial, o instrumento de unificação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, que, conforme dispôs o Comitê Diretivo do eSocial por meio da Resolução nº 2, publicada no DOU do dia 31 de agosto de 2016, será obrigatório, a partir de janeiro de 2018, para empresas com faturamento anual, apurado em 2016, superior a 78 milhões de reais, e a partir de julho

de 2018 a obrigatoriedade se estenderá a todas as demais empresas, independentemente do valor de faturamento anual. Contudo, muitos entrevistados representando empresas de pequeno porte não demonstraram preocupação sobre o assunto por acreditarem ser esta uma função de exclusiva responsabilidade dos escritórios contábeis.

Percebe-se também, de forma unânime, que as empresas têm ciência de que seus operadores necessitam de maior capacitação e maior prazo para adaptação, com média estimada em de mais 12 meses para melhor gestão dos conhecimentos existentes e integração dos dados ao projeto eSocial.

Não restam dúvidas de que a maioria dos entrevistados entendem que, com a implantação do eSocial, o fluxo das informações resultará em significativa melhoria nas rotinas internas das organizações. Portanto, conclui-se que as organizações já possuem conhecimento do projeto eSocial, mas necessitam de adequação, adotando medidas de saneamento cadastral, base de dados e principalmente que haja governança na gestão dos departamentos, a fim de que todas as informações necessárias sejam compartilhadas de forma adequada e aprazada.

Em nada adiantará a empresa dominar o planejamento da gestão do seu TI, mas não conseguir a integração de todas as informações necessárias que deverão ser encaminhadas ao eSocial, sendo urgente, portanto, mapear seus procedimentos, identificar os setores envolvidos, evitar duplicidade de informações e capacitar pessoas para que mantenham o conhecimento necessário das legislações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

A verdade é que o eSocial ainda é um desafio aos entrevistados e a todas as organizações envolvidas, principalmente aos desenvolvedores quanto à conclusão do programa, pois os grandes entraves refletem na definição e na composição das informações que serão coletadas nos *layouts* desenvolvidos.

É conveniente a continuidade da presente pesquisa, após a vigência do e Social, para avaliação da evolução do compartilhamento das informações e quais eventuais dificuldades enfrentadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007*. Decreto do Presidente da República, o qual institui o sistema público de escrituração digital. Brasília, jan. 2007;186º da independência e 119º da república. Disponível em: <http://www.receita.gov.br>. Acesso em: 1º mar. 2015.

BRASIL. *Lei nº 8.213/91*. Presidência da República. Casa Civil. 1991b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 13 nov. 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas*: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed., 6. imp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm BRASIL. Acesso em: 1º mar. 2015.

FANTONI, O. R. *eSocial Fácil*: implantação consciente. 2. ed. São Paulo: LTr; 2015.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO eSocial - versão. 2.1. Disponível em: <http://www.esocial.gov.br/doc/Manual%20de%20Orientacao%20do%20eSocial%20_%20versao%201.0.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2015.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *The knowledge-creating company*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

SOUZA, Daniela Borges Lima de. Gestão do conhecimento nas organizações: desafios e oportunidades. *Estação Científica*, Juiz de Fora, n. 3, out. 2006.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. Criação e dialética do conhecimento. In: _____; _____. *Gestão do conhecimento*. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TERRA, J. C. C. *Definindo Gestão do Conhecimento no Brasil*: cenário atual e perspectivas futuras. Disponível em: <www.terraforum.com.br>. Acesso em: 5 jul. 2011.

_____. *Gestão do conhecimento*: o grande desafio empresarial. 3. ed. São Paulo: Negócio, 2001.

RELEVÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PERANTE AS PRINCIPAIS RECEITAS TRIBUTÁRIAS E O PIB DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES ENTRE 2010 E 2013

Rodney Wernke
Contador, Doutor em Engenharia de Produção/UFSC, Professor no Curso de Administração/Unisul e no PPGCCA/Unochapecó.
Contato: rodney.wernke@unisul.br

Ivone Junges
Economista, Doutora em Engenharia de Produção/UFSC, Professora no Curso de Administração/Unisul. Contato: ivone.junges@unisul.br

Marluce Lembeck
Contadora, MBA Gestão Empresarial/FGV, Professora no Curso de Ciências Contábeis/Unisul. Contato: marluce.lembeck@unisul.br

Gilvane Scheren
Contador, Mestrando no PPGCCA/Unochapecó,
Contato: gilvane.scheren@unochapeco.edu.br

RESUMO

A partir de dados da contabilidade pública, esta pesquisa confronta os valores repassados pelo Programa Bolsa Família (PBF) ao PIB e às receitas tributárias dos municípios das mesorregiões de Santa Catarina no período entre 2010 e 2013. Procurou resposta sobre o nível de relevância dos recursos destinados pelo PBF perante o PIB e as fontes de receitas municipais mais representativas, a partir de dados da contabilidade pública das prefeituras catarinenses. Objetivou mensurar a proporção (em termos percentuais) dos valores destinados pelo PBF em relação às receitas tributárias e ao PIB das cidades abrangidas. A metodologia de pesquisa foi do tipo descritiva, de corte seccional e com abordagem quantitativa. Concluiu-se que o PBF teve percentual de participação médio no PIB catarinense inferior à participação deste no PIB nacional no quadriênio estudado; que há distintos níveis de importância deste programa entre as seis mesorregiões e que o montante do PBF chega a superar valores arrecadados com IPTU e IPVA em alguns casos. Ainda, são destacadas as limitações do estudo e feitas recomendações para trabalhos futuros.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Receita tributária municipal. Mesorregiões catarinenses.

1 INTRODUÇÃO

Para a iniciativa de transferência/distribuição de renda do governo federal brasileiro denominado Programa Bolsa Família (PBF), são atribuídas na imprensa nacional e nas redes sociais diversas críticas ou comentários depreciativos. Em geral, essas menções atribuem-lhe caráter meramente assistencialista, eleitoreiro ou que desestimularia os beneficiários a ingressarem-se no mercado de trabalho por serem "sustentados" pelo Estado.

Em sentido oposto, na sua primeira edição de 2016, a revista americana *Foreign Affairs* (uma das mais respeitadas publicações sobre relações internacionais) publicou matéria enaltecendo esse programa assistencial. No texto, o periódico norte-americano definiu-o como "um esforço de combate à pobreza revolucionário em seu tamanho, ambição e desenho", além de afirmar que a iniciativa é um exemplo a ser seguido por outros países. "Há não muito tempo, a ideia de que o Brasil pudesse ter algo a ensinar ao mundo sobre redução da desigualdade poderia soar como uma piada", asseverou o editor da revista Jonathan Tepperman. A reportagem destacou o impacto da transferência de renda em momentos de crise, afirmando que o Bolsa Família também provou ser "um importante colchão de garantia de direitos quando o crescimento do país desacelerou nos últimos anos. A economia do país pode estar sofrendo hoje, mas graças à proteção garantida pelo Bolsa Família, a população não sofre da mesma forma que sofreu em crises anteriores" (TEPPERMAN, 2016). Além disso, ressaltou que a melhor prova do sucesso do programa é o fato de que, desde sua criação, delegações de 63 nações já vieram ao país para conhecê-lo, bem como o fato de ter recebido elogios de organismos como Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial (BIRD).

No mesmo rumo, estudos sobre os efeitos práticos do PBF têm sido divulgados com ênfase nos benefícios econômicos e/ou sociais para o país como um todo (JANNUZZI; PINTO, 2013), para determinadas classes sociais (SOUZA; OSÓRIO, 2013) ou para estados/regiões do país menos desenvolvidos economicamente (SILVEIRA NETO; AZZONI, 2013), mas não se discorreu sobre o Bolsa Família com enfoque mais relacionado à contabilidade pública dos municípios ou mesorregiões. A partir desse raciocínio, os aspectos positivos desse programa talvez possam ser identificados com base em dados contábeis também nos

municípios catarinenses, mesmo que Santa Catarina tenha mesorregiões formadas por cidades com peculiaridades bastante heterogêneas em termos de densidade populacional, relevo, etnias predominantes, atividades econômicas, extensão territorial, localização geográfica etc.

Do referido contexto emerge, então, a pergunta de pesquisa que se pretende responder neste estudo: *qual o nível de relevância dos recursos destinados pelo Programa Bolsa Família aos beneficiários residentes nos municípios integrantes das mesorregiões catarinenses perante as principais receitas tributárias municipais e o PIB dessas cidades?* A referida questão está alicerçada em dois pressupostos: (*i*) como fonte de renda para dinamizar a economia das mesorregiões de Santa Catarina, o Bolsa Família pode superar tradicionais fontes de receitas tributárias municipais (como IPTU, IPVA-Cota Parte e ICMS-Cota Parte); e (*ii*) o volume de recursos deste programa social está distribuído de forma heterogênea entre as mesorregiões e, por isso, tende a ter níveis de relevância díspares nessas áreas geográficas.

A partir dessas suposições, foi estabelecido como objetivo do estudo comparar os valores destinados pelo PBF em relação às principais receitas tributárias e ao PIB dos municípios que integram as seis mesorregiões catarinenses.

Quanto à justificativa para pesquisa com esse enfoque, cabe ressaltar que a maioria dos artigos que versam sobre o Bolsa Família possuem abordagem que prioriza aspectos sociais e econômicos. Destarte, na seara contábil não foram encontradas publicações versando sobre o tema, o que constitui uma lacuna de pesquisa que merece ser melhor explorada. Por outro lado, estudos sobre o assunto contribuem para um maior esclarecimento acerca dos impactos que esse tipo de programa social acarreta, o que pode auxiliar na formação de opiniões mais bem fundamentadas e abrir a possibilidade de novas pesquisas no âmbito da contabilidade pública.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A adequada compreensão do estudo requer o entendimento dos termos relacionados, cujos principais aspectos são comentados nas próximas seções.

2.1 Receitas tributárias municipais

Desde o advento da Constituição Federal do Brasil de 1988, aos municípios foram atribuídas mais competências tributárias próprias, além de terem sido ampliadas as participações destes entes federativos no montante arrecadado de impostos das esferas federal e estadual. Nesse sentido, a receita municipal é formada pela arrecadação tributária própria e transferências intergovernamentais (REIS; COSTA; SILVEIRA, 2013).

Quanto às receitas tributárias próprias dos municípios, para Kohama (2012), estas envolvem a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), das contribuições de melhorias e das taxas que possam vir a ser cobradas pela administração pública municipal.

Acerca das transferências governamentais, conforme Andrade (2010), estas se referem às cotas-partes do ICMS e do IPVA, ao Fundo de Participação dos municípios (FPM), ao Fundo do IPI-Exportação (FPEEX), ao Imposto Territorial Rural (ITR) e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), entre outras possibilidades. Destes recursos transferidos, Gouvêa, Varela e Farina (2010) afirmam que as fontes de recursos mais significativas tendem a ser o Fundo de Participação Municipal (FPM), que é uma transferência da União às prefeituras, e a cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), proveniente do governo estadual.

Entretanto, nesta pesquisa, foram priorizadas as receitas tributárias próprias dos municípios, o IPTU e as cotas-parte de IPVA e ICMS. Andrade (2002) cita que as receitas tributárias municipais são aquelas derivadas de tributos como impostos, taxas e contribuições de melhoria. No caso em tela, “Impostos” (conta 1110.00.00) envolve o valor arrecadado com IPTU, ITBI, Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e Impostos sobre a Produção e a Circulação; enquanto que “Taxas” (conta 1120.00.00) equivale àqueles tributos cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis. As “Contribuições de Melhoria” (conta 1130.00.00) referem-se ao valor total da arrecadação dos proprietários de imóveis beneficiados por obras públicas

Quanto ao IPTU, sua constitucionalidade está prevista no artigo 156 da Carta Magna de 1988, mas o Código Tributário Nacional (CTN), instituído pela Lei 5.172/1966, já havia regulamentado tal imposto nos seus artigos 32, 33 e 34. Destarte, esse tributo tem a sua arrecadação a cargo dos municípios e seu fato gerador ocorre pela propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do município. O contribuinte pode ser o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título, sendo que a base de cálculo é dada pelo valor venal (valor de venda) dos imóveis e sua alíquota varia de um município para outro, sendo admissível sua progressividade após a edição da Emenda Constitucional 29/2000. O IPTU, no entender de Avila e Conceição (2015), responde por 1,4% da arrecadação tributária total do Brasil e costuma ser importante fonte de receita para as prefeituras do país.

No âmbito do IPVA, em Santa Catarina foi a Lei 7.543/88 que disciplinou esse tributo incidente sobre o valor de veículo automotor sujeito a licenciamento pelos órgãos competentes. Ainda, no artigo 11 dessa mesma lei, foi estabelecido que do produto da arrecadação deste imposto 50% (cinquenta por cento) serão destinados ao município em que estiver registrado, matriculado ou licenciado o veículo. O referido tributo, segundo Avila e Conceição (2015), responde por 1,7% da arrecadação total do país.

No que concerne ao ICMS, Reis, Costa e Silveira (2013) mencionam que a legislação prevê que 25% do total arrecadado com esse imposto pelo Estado seja repassado aos municípios a partir de critérios que levam em conta, entre outros, principalmente a movimentação econômica das cidades em termos de valor adicionado. Matias e Campello (2000) destacam que o fator "valor adicionado" pode ser considerado o mais importante por duas razões: (*i*) por determinação constitucional, o valor adicionado deve responder por dois terços do índice a ser utilizado para apurar o percentual de repasse do ICMS aos municípios, e (*ii*) é um componente que pode ser administrado pela organização, ainda que parcialmente. No caso de Santa Catarina, a divisão entre o agente arrecadador (governo estadual) e os municípios é regida pela Portaria 233/2012, da Secretaria Estadual da Fazenda, que se adequa ao disposto no artigo 158, inciso IV, da Constituição Federal, e pela Lei 7.721/1989.

2.2 Programa Bolsa Família

Quanto ao Programa Bolsa Família (PBF), o *site* do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2016) relata que ele foi criado em outubro de 2003, tendo sido previsto pela Lei Federal 10.836/2004, com regulamentação dada por intermédio do Decreto 5.209/2004 e outras normas posteriores. O PBF faz parte do "Plano Brasil Sem Miséria" que reuniu diversas iniciativas no sentido de permitir que as famílias deixem a extrema pobreza por meio da facilitação do acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho, bem como pelo fomento ao empreendedorismo. Com a finalidade de auxiliar no combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, o referido programa possui três eixos principais: (1) servir como complemento da renda, visto que todos os meses as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido por via bancária diretamente pelo governo federal às beneficiárias (mães das famílias carentes). Com isso, visa garantir o alívio mais imediato da pobreza; (2) permitir acesso a direitos, pois as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Essas exigências oferecem condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social e (3) articulação com outras ações, vez que o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

No que tange aos valores dos benefícios concedidos e à população abrangida, Campello (2015) afirma que o valor máximo pago pelo PBF era de R$ 77,00 por beneficiário (cada membro da família carente). Esse limite se aplica somente nos casos em que o grupo familiar não tem nenhuma fonte de renda, sendo que o valor médio pago às famílias cadastradas era de R$ 170,00. Ressalva, ainda, que esses 77 reais são pagos para aqueles que não têm nenhuma renda, multiplicado pelo número de pessoas da família, mas é muito difícil encontrar renda zero entre todos os membros da família, porque sempre há alguma pessoa produzindo alguma coisa. Os dados mostram que de 14 milhões de famílias beneficiadas, apenas 25 famílias recebem mais do que mil reais, e mais de 80% ganham menos de 500 reais.

Acerca dos benefícios proporcionados pelo Programa Bolsa Família, há vários estudos que atestam a respeito. Nesse rumo, as condicionalidades do PBF acarretam melhorias em indicadores relacionados à educação e à saúde de determinado contingente da população brasileira, sendo que há evidências de que referida iniciativa governamental contribui para:

a) Aumentar a frequência escolar e a proporção de crianças adequadamente vacinadas nas idades corretas (JANUZZI; PINTO, 2013).
b) Reduzir os índices de repetência de alunos de primeiro grau (OLIVEIRA; SOARES, 2013; CIRENO; SILVA; PROENÇA, 2013).
c) Diminuir a inatividade dos brasileiros "nem-nem", ou seja, daqueles que "nem estudam e nem trabalham" (SILVEIRA; CAMPOLINA; HORN, 2013).
d) Minimizar a mortalidade em crianças menores de cinco anos (RASELLA et al., 2013).
e) Reduzir a prevalência de baixo peso ao nascer (SANTOS et al., 2013).

Ainda, a pesquisa de Soares, Ribas e Osório (2010) fez um comparativo dos impactos do Bolsa Família com o de outros programas de transferências condicionadas de renda adotados no México, Colômbia, Equador e Chile. Dessumiram que, assim como os programas dos países referenciados, o Bolsa Família ajudou a reduzir a desigualdade e a extrema pobreza e teve impactos positivos sobre indicadores educacionais, sem apresentar resultados negativos sobre a participação na força de trabalho.

No mesmo rumo, diversas avaliações não indicam que o PBF tenha qualquer efeito sobre preguiça (OLIVEIRA; SOARES, 2013b), nem que sirva como estímulo à informalidade ou à maior fecundidade (BARBOSA; CORSEUIL, 2013), visto que estas têm caído em todas as classes de renda, mas principalmente entre a população mais pobre e no Nordeste (ALVES; CAVENAGHI, 2013). Destarte, famílias sem crianças já são mais comuns do que famílias com quatro ou mais crianças entre os brasileiros mais pobres (SOUZA; OSÓRIO, 2013).

2.3 Pesquisas assemelhadas

Quanto a estudos com abordagem assemelhada a esta ora relatada, no final de março de 2016 foram realizadas pesquisas por termos/expressões relacionados ao "Bolsa Família" e/ou "Programa Bolsa Família" nos sítios das revistas científicas brasileiras voltadas à contabilidade e classificadas pelo *ranking* Qualis/Capes entre os estratos A1 e B5, conforme divulgado no segundo semestre de 2015. Contudo, nenhuma publicação foi encontrada nessas revistas acerca do assunto proposto. Adicionalmente, foi realizada busca no Portal de Periódicos Capes com a mesma intenção, quando foram encontradas nesse portal mais de uma centena de publicações que discorriam sobre o PBF, mas nenhum artigo com ênfase contábil. Esse resultado demonstra que há uma lacuna de pesquisa na seara da contabilidade pública que merece ser mais abordada.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Tendo em vista o propósito de investigar a relevância do PBF nas receitas municipais próprias e no PIB de todos os municípios catarinenses, entre 2010 e 2013, foi realizada uma pesquisa descritiva, de corte seccional e quantitativa.

No que tange aos aspectos metodológicos desta pesquisa, em relação à tipologia quanto aos objetivos, esta pode ser classificada como descritiva, que visa, segundo Collins e Hussey (2005), descrever como os fenômenos de atuação prática se desenvolvem, proporcionando elementos que permitem conhecer o problema de pesquisa.

O estudo caracteriza-se, ainda, como de corte seccional (*cross-sectional*), pois investiga fenômeno que ocorre em um corte transversal no tempo, efetuando análises detalhadas para fundamentar observações alcançadas uma única vez (BABBIE, 1999). No que diz respeito à abordagem quantitativa, Richardson (1999) descreve esse tipo de pesquisa como aquelas que usam a quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento dessas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio padrão, às mais complexas, como coeficientes de correlação, análises de regressão etc.

Quanto à população abrangida, foram obtidos dados acerca de todos os municípios catarinenses nesses quatro anos pesquisados. Contudo, dois municípios foram criados em 2013 (Pescaria Brava e Balneário Rincão, ambos no sul do estado), o que implicou o total de 295 cidades neste último ano e 293 entre 2010 e 2012.

No que concerne aos dados coligidos, a sua coleta ocorreu em dezembro de 2015 em três fontes *online*: IBGE (no caso das informações relacionadas ao PIB e à divisão em mesorregiões das cidades catarinenses); Portal da Transparência da Controladoria Geral da União (quanto aos dados acerca dos valores do PBF repassados aos municípios de Santa Catarina) e Relatório Finanças do Brasil – FINBRA, do *site* da Secretaria do Tesouro Nacional (para as informações sobre as receitas municipais abrangidas no estudo).

Depois de obtidos os dados, eles foram inicialmente avaliados quanto a inconsistências ou ausência em algum município. Em seguida, foram tabulados em planilhas Excel, atualizados/inflacionados os valores monetários de 2010, 2011 e 2012 pelo IPCA para poder aquisitivo equivalente ao ano de 2013 e formatadas as tabelas utilizadas.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nas fontes de pesquisa citadas anteriormente foram coletados os dados que fundamentaram a pesquisa, conforme descrito na sequência com a respectiva análise dos resultados identificados.

Quanto aos valores totais pertinentes ao PIB e aos benefícios do Bolsa Família, estes estão representados (em mil R$) na Tabela 1 para a série histórica de 2010 a 2013, com os valores monetários de 2010, 2011 e 2012 atualizados para 2013 pelo índice anual do IPCA.

Tabela 1 - PIB *versus* Bolsa Família no Brasil e em S. Catarina (em mil R$)
Valores monetários de 2010, 2011 e 2012 inflacionados para 2013 pelo IPCA

Itens	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Média do Quadriênio
PIB total do país (mil R$)	4.638.975.767	4.902.658.233	5.089.942.458	5.316.453.957	4.987.007.604
PIB total de SC (mil R$)	183.525.323	195.098.001	202.961.424	214.217.265	198.950.503
% de SC no PIB do país	3,9562%	3,9794%	3,9875%	4,0293%	3,9881%
B.-Fam. total do país (R$ mil)	17.150.340	19.373.521	21.487.950	24.890.107	20.725.480
B.-Fam. total de SC (R$ mil)	174.887	193.706	218.670	239.764	206.757
% de SC no BF do país	1,0197%	0,9998%	1,0176%	0,9633%	1,0001%
% B.-Fam. Total / PIB (Brasil)	0,3697%	0,3952%	0,4222%	0,4682%	0,4138%
% B.-Fam. SC / PIB (SC)	0,0953%	0,0993%	0,1077%	0,1119%	0,1036%

Fonte: elaborada pelos autores, com dados do IBGE divulgados em 18/12/2015 e do Portal da Transparência (CGU)

A partir dos dados da Tabela 1, é possível dessumir que a participação de Santa Catarina (SC) no PIB do país aumentou, em relação a 2010, nos três anos seguintes do quadriênio (3,9794% em 2011, 3,9875% em 2012 e 4,0293% em 2013). Por sua vez, a evolução da participação percentual de Santa Catarina no Bolsa Família total do Brasil teve comportamento diferente: em 2010 representou 1,0197%; caiu em 2011 para 0,9998%; aumentou para 1,0176% em 2012 e diminuiu para 0,9633% em 2013.

No que concerne à representatividade do Bolsa Família total do país sobre o PIB nacional, em 2010 situou-se em 0,3697%. Nos anos seguintes passou para 0,3952% (2011), 0,4222% (2012) e 0,4682% (2013). Esse mesmo raciocínio aplicado ao estado catarinense mostrou trajetória evolutiva assemelhada, visto que cresceu ano a ano, ou seja, foi 0,0953% em 2010 e passou para 0,0993% em 2011. No ano seguinte atingiu 0,1077% e encerrou a série com 0,1119% em 2013.

Por envolver grande quantidade de municípios, para facilitar a inserção no texto optou-se por agrupá-los nas seis mesorregiões que o IBGE considera no estado: Serrana (com 30 cidades), Oeste Catarinense (com 118), Vale do Itajaí (com 54), Grande Florianópolis (com 21), Norte Catarinense (com 26) e Sul Catarinense (com 293 ou 295).

Nesse sentido, a Tabela 2 mostra os valores totais do PBF em cada uma dessas subdivisões territoriais e respectivos percentuais de participação no total do estado.

Tabela 2 - Bolsa Família por mesorregião catarinense (valores em mil R$)

Valores monetários de 2010, 2011 e 2012 inflacionados para 2013 pelo IPCA					
Mesorregiões	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Média Quadr.
Serrana	22.677,81	25.834,58	29.476,98	31.419,69	27.352,26
Oeste C.	48.495,51	52.074,65	56.621,01	59.855,57	54.261,69
V.Itajaí	24.235,79	28.798,39	33.776,72	37.741,85	31.138,19
G.Fpolis.	20.361,66	21.051,76	25.139,46	29.436,38	23.997,32
Norte C.	30.184,15	33.996,00	38.730,63	43.836,34	36.686,78
Sul C.	28.932,35	31.950,33	34.925,49	37.474,50	33.320,67
Total de SC	174.887,28	193.705,73	218.670,29	239.764,33	206.756,91
Percentual de participação da mesorregião no total do Bolsa Família de S. Catarina					
Mesorregiões	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Média Quadr.
Serrana	12,97%	13,34%	13,48%	13,10%	13,22%
Oeste C.	27,73%	26,88%	25,89%	24,96%	26,37%
V.Itajaí	13,86%	14,87%	15,45%	15,74%	14,98%
G.Fpolis.	11,64%	10,87%	11,50%	12,28%	11,57%
Norte C.	17,26%	17,55%	17,71%	18,28%	17,70%
Sul C.	16,54%	16,49%	15,97%	15,63%	16,16%
Total de SC	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborada pelos autores.

Os valores na Tabela 2 revelam que a mesorregião que mais recebeu recursos provenientes do Bolsa Família foi a "Oeste C." com percentuais de 27,73% em 2010, 26,88% em 2011, 25,89% em 2012 e 24,96% em 2013. A segunda posição nesses quatro anos ficou com a região "Norte C.", mas houve alteração nas terceira e quarta colocações. Ou seja, de 2010 a 2012, a mesorregião "Sul C." despontou como a terceira que mais recebeu valores deste benefício federal e a mesorregião "V. Itajaí" ocupou a quarta posição.

Porém, no ano de 2013 esta última recebeu percentual superior (15,74%) àquele recebido pela mesorregião "Sul C.", cuja participação foi de 15,63%. Por outro lado, a região Serrana ficou com a penúltima posição durante todos os quatro anos abrangidos, e a mesorregião com menor volume de recursos oriundos deste benefício ao longo da séria histórica foi a "G. Fpolis.", com 11,64% no ano inicial; 10,87% em 2011; 11,50% em 2012 e 12,28% em 2013.

4.1 Comparativo do Bolsa Família e as Principais Receitas Tributárias dos Municípios

Uma abordagem possível para compreender a relevância econômica do Bolsa Família para os municípios e/ou mesorregiões catarinenses consiste em confrontar os valores arrecadados pelas prefeituras em termos das receitas tributárias e os montantes repassados aos habitantes por intermédio desse benefício social federal.

Na Tabela 3 consta a primeira análise efetuada nesse sentido, onde os recursos do PBF são comparados com a receita tributária municipal consolidada por mesorregião.

Tabela 3 - Proporção do Bolsa Família sobre a receita tributária municipal por mesorregião catarinense
Valores monetários de 2010, 2011 e 2012 inflacionados para 2013 pelo IPCA

a) Receita tributária municipal por mesorregião catarinense (em mil R$)					
Mesorregiões	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Média Quadr.
Serrana	77.304,83	96.345,15	102.811,91	104.022,39	95.121,07
Oeste C.	275.932,25	292.708,34	325.562,74	347.323,62	310.381,74
V.Itajaí	720.579,31	798.010,32	872.044,00	950.037,93	835.167,89
G.Fpolis.	638.123,81	655.075,43	664.305,67	740.612,59	674.529,37
Norte C.	418.843,93	475.159,06	510.908,57	541.256,20	486.541,94
Sul C.	241.113,75	264.842,19	263.558,87	286.137,92	263.913,18
Total de SC	2.371.897,88	2.582.140,49	2.739.191,77	2.969.390,65	2.665.655,20
b) Bolsa Família por mesorregião catarinense (em mil R$)					
Mesorregiões	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Média Quadr.
Serrana	22.677,81	25.834,58	29.476,98	31.419,69	27.352,26
Oeste C.	48.495,51	52.074,65	56.621,01	59.855,57	54.261,69
V.Itajaí	24.235,79	28.798,39	33.776,72	37.741,85	31.138,19
G.Fpolis.	20.361,66	21.051,76	25.139,46	29.436,38	23.997,32
Norte C.	30.184,15	33.996,00	38.730,63	43.836,34	36.686,78
Sul C.	28.932,35	31.950,33	34.925,49	37.474,50	33.320,67
Total de SC	174.887,28	193.705,73	218.670,29	239.764,33	206.756,91
c=b/a) Proporção do Bolsa Família sobre a receita tributária municipal por mesorregião (%)					
Mesorregiões	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Média Quadr.
Serrana	29,34%	26,81%	28,67%	30,20%	28,76%
Oeste C.	17,58%	17,79%	17,39%	17,23%	17,50%
V.Itajaí	3,36%	3,61%	3,87%	3,97%	3,70%
G.Fpolis.	3,19%	3,21%	3,78%	3,97%	3,54%
Norte C.	7,21%	7,15%	7,58%	8,10%	7,51%
Sul C.	12,00%	12,06%	13,25%	13,10%	12,60%
Média de SC	7,37%	7,50%	7,98%	8,07%	7,73%

Fonte: elaborada pelos autores, com dados obtidos no Portal da Transparência (CGU) e Finbra.

Inicialmente cabe esclarecer que a expressão "Receita Tributária" municipal (código da conta 1100.00.00) diz respeito exclusivamente aos recursos oriundos da competência de tributar como Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, conforme disposto na Constituição Federal do Brasil. No que tange ao cenário exposto, a média catarinense no quadriênio ficou em torno de 7,73%. Com isso, para cada R$ 100,00 de receita tributária das prefeituras de Santa Catarina, aproximadamente R$ 7,73 foi destinado pelo governo federal para esses municípios a título de Bolsa Família durante os quatro anos, em média.

Quanto à análise segregada por mesorregiões, o resultado mais importante está vinculado à mesorregião "Serrana", que apresentou a maior proporção dos recursos do benefício social perante as receitas municipais. Em 2010, o valor total do Bolsa Família destinado aos municípios dessa mesorregião equivaleu a 29,34% das receitas tributárias; no ano seguinte essa proporção caiu para 26,81% e em 2012 alcançou 28,67%. No ano de 2013 foi identificado o maior percentual (30,20%), contribuindo para que a média quadrienal chegasse a 28,76% nessa área geográfica.

O segundo desempenho que mais se destacou refere-se à mesorregião "Oeste C.", cuja média dos quatro períodos mensurados atingiu 17,50%. Para tanto, em 2010 a proporção do montante do Bolsa Família na comparação com a receita tributária dos municípios chegou a 17,58%; em 2011 atingiu 17,79%; em 2012 caiu para 17,39% e voltou a cair no ano que encerrou a série pesquisada (17,23%). A terceira colocação nesse critério de avaliação coube à mesorregião "Sul C.", cuja média quadrienal chegou a 12,60% (12,00% em 2010; 12,06% em 2011; 13,25% em 2012 e 13,10% em 2013). As outras três mesorregiões apresentaram percentuais inferiores à média estadual para o quadriênio, ou seja, a mesorregião "Norte C." teve média de 7,51% nesse índice; a mesorregião "V. Itajaí" atingiu percentual médio de 3,70% e a mesorregião "G. Fpolis." alcançou somente 3,54% no comparativo em tela.

4.2 Bolsa Família *versus* Receita com IPTU

O tributo mais comumente associado ao Poder Público Municipal é o IPTU, e no âmbito das mesorregiões catarinenses a realidade sobre os montantes arrecadados com esse tributo está expressa na Tabela 4.

Tabela 4 - Proporção do Bolsa Família na receita com IPTU por mesorregião catarinense

Valores monetários de 2010, 2011 e 2012 inflacionados para 2013 pelo IPCA					
1) Receita com IPTU por mesorregião catarinense (em mil R$)					
Mesorregiões	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Média Quadr.
Serrana	13.363,13	13.333,21	13.525,72	14.687,81	13.727,47
Oeste C.	56.034,45	57.914,71	62.730,17	68.191,12	61.217,61
V.Itajaí	234.667,03	250.915,69	259.272,39	265.649,94	252.626,26
G.Fpolis.	201.010,71	187.297,76	165.189,79	198.284,29	187.945,64
Norte C.	127.999,56	130.536,19	132.080,76	142.992,36	133.402,22
Sul C.	51.554,90	55.263,15	55.277,84	61.104,69	55.800,14
Total de SC	684.629,78	695.260,70	688.076,67	750.910,21	704.719,34
2) Proporção do Bolsa Família sobre a receita com IPTU por mesorregião (%)					
Mesorregiões	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Média Quadr.

Serrana	169,70%	193,76%	217,93%	213,92%	198,83%
Oeste C.	86,55%	89,92%	90,26%	87,78%	88,62%
V.Itajaí	10,33%	11,48%	13,03%	14,21%	12,26%
G.Fpolis.	10,13%	11,24%	15,22%	14,85%	12,86%
Norte C.	23,58%	26,04%	29,32%	30,66%	27,40%
Sul C.	56,12%	57,81%	63,18%	61,33%	59,61%
Total de SC	25,54%	27,86%	31,78%	31,93%	29,28%

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados do Portal da Transparência (CGU) e Finbra.

É válido salientar que nesta Tabela 4 (e nas vindouras), por economia de espaço no texto, foram omitidos os valores relativos ao Bolsa Família para as mesorregiões visto que esses dados podem ser encontrados em seção precedente. Além disso, na metade inferior da Tabela 4 estão representados os percentuais relativos ao confronto entre o total destinado pelo programa federal aos municípios de cada mesorregião e a arrecadação anual total destes com o IPTU (conta 1112.02.00) durante os quatro anos investigados. Na média do quadriênio, o valor total do PBF representou 29,28% do montante arrecadado com IPTU em Santa Catarina.

Neste cenário novamente se destaca a mesorregião "Serrana", onde os recursos do benefício social superaram largamente a arrecadação de IPTU em todos os quatro anos da série em estudo. No ano de 2010, para cada R$ 100,00 arrecadados pelas prefeituras dessa área geográfica, R$ 169,70 eram repassados pelo programa assistencial aos munícipes carentes. Nos anos seguintes essa proporção aumentou para 193,76% em 2011, atingiu 217,93% no ano de 2012 e finalizou o quadriênio com 213,92%. Destarte, a média dessa mesorregião ficou em 198,83%, superando largamente os demais territórios catarinenses abrangidos.

Nesse sentido, a segunda mesorregião com maior relevância do Bolsa Família perante os tributos cobrados a título de IPTU foi a "Oeste C.", cuja média quadrienal chegou a 88,62%. Na terceira posição figurou a mesorregião "Sul C." com índice médio para os quatro anos de 59,61%. A quarta colocação nesse *ranking* coube à mesorregião "Norte C.", com média anual de 27,40%; enquanto que as regiões "G. Fpolis." e "V. Itajaí" ocuparam a quinta e a sexta posições, respectivamente, com médias de 12,86% e 12,26%.

4.3 Bolsa Família *versus* Receita com IPVA (Cota-parte)

Mesmo que a competência para arrecadar o IPVA seja da esfera estadual, em Santa Catarina 50% desse tributo é repassado à prefeitura (por isso chamado de "Cota-parte") onde o veículo foi licenciado, conforme legislação específica. Quanto aos valores de IPVA (conta 1722.01.02) amealhados pelos municípios das mesorregiões catarinenses no período de 2010 a 2013, o cenário registrado nas contas públicas está exposto na primeira metade da Tabela 5.

Tabela 5 - Proporção do Bolsa Família sobre a receita com IPVA (Cota-parte) por mesorregião catarinense

A partir de valores de 2010, 2011 e 2012 inflacionados para 2013 pelo IPCA					
1) Receita com IPVA (cota-parte) por mesorregião catarinense (em mil R$)					
Itens	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Média Quadr.
Serrana	25.075,31	26.135,39	28.174,80	28.368,56	26.938,51
Oeste C.	94.096,12	94.671,42	109.476,14	109.503,73	101.936,85
V.Itajaí	135.549,44	142.667,93	155.320,72	148.453,57	145.497,91
G.Fpolis.	100.525,64	105.742,08	113.260,40	111.441,07	107.742,30
Norte C.	92.800,40	96.229,36	106.307,47	105.070,89	100.102,03
Sul C.	77.129,27	82.718,93	89.137,18	89.972,38	84.739,44
Total de SC	525.176,18	548.165,11	601.676,72	592.810,19	566.957,05
2) Proporção do Bolsa Família sobre a receita com IPVA (cota-parte) por mesorregião (%)					
Itens	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Média Quadr.
Serrana	90,44%	98,85%	104,62%	110,76%	101,17%
Oeste C.	51,54%	55,01%	51,72%	54,66%	53,23%
V.Itajaí	17,88%	20,19%	21,75%	25,42%	21,31%
G.Fpolis.	20,26%	19,91%	22,20%	26,41%	22,19%
Norte C.	32,53%	35,33%	36,43%	41,72%	36,50%
Sul C.	37,51%	38,63%	39,18%	41,65%	39,24%
Total de SC	33,30%	35,34%	36,34%	40,45%	36,36%

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados do Portal da Transparência (CGU) e Finbra.

A partir do contexto expresso nesse demonstrativo, é possível dessumir que a média do estado foi de 36,36% no quadriênio no que se refere à proporção do Bolsa Família em relação ao arrecadado com a cota-parte do IPVA. Além disso, cabe salientar dois aspectos:

a) As mesorregiões apresentaram, em ordem decrescente, o seguinte desempenho médio para os quatro anos da série pesquisada: "Serrana" 101,17%; "Oeste C." 53,23%; "Sul C." 39,24%; "Norte C." 36,50%; "G. Fpolis." 22,19% e "V. Itajaí" 21,31%.

b) A referida classificação ordinal foi a mesma encontrada na seção anterior, que tratava do IPTU, apenas com alterações nos percentuais respectivos.

No que concerne à *performance* das mesorregiões nesse parâmetro, percebeu-se que a mesorregião "Serrana" foi, novamente, aquela que apresentou os percentuais mais elevados: 90,44% em 2010; 98,85% em 2011; 104,62% em 2012 e 110,76% em 2013. Na segunda colocação desse *ranking* apareceu a mesorregião "Oeste C.", cujos percentuais apurados foram 51,54% para o primeiro ano do quadriênio; 55,01% para o segundo ano; 51,72% para o terceiro e 54,66% para o período que finaliza a série. A terceira colocação ficou com a mesorregião "Sul C." nos três primeiros anos e com a mesorregião "Norte C." no ano de 2013. Assim, a quarta posição coube a esta mesorregião nos anos de 2010 a 2012 e passou para a "Sul C." em 2013.

Por outro lado, as duas mesorregiões onde o valor do programa social apresentou menor proporção perante os recursos do IPVA foram "G. Fpolis." e "V. Itajaí", que ocuparam a quinta e sexta posições, respectivamente, nos anos de 2010, 2012 e 2013. Contudo, no ano de 2011 houve uma inversão nesse posicionamento entre essas duas mesorregiões.

4.4 Bolsa Família *versus* Receita com ICMS (Cota-parte)

No plano de contas das administrações públicas brasileiras, a conta relacionada ao ICMS (Cota-parte) refere-se ao valor da arrecadação de receita proveniente da transferência da participação de municípios na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS, no percentual de 25% do total amealha-

do pelo estado. Deste percentual, 15% são divididos em partes iguais e 85% com base no movimento econômico do município, também chamado de valor adicionado (VA).

A partir dos dados levantados para a totalidade dos municípios catarinenses, a realidade encontrada acerca dos valores provenientes do ICMS (Cota-parte) entre 2010 e 2013 está na metade superior da Tabela 6.

Tabela 6 - Proporção do Bolsa Família sobre a receita com Cota-parte ICMS por mesorregião catarinense

A partir de valores de 2010, 2011 e 2012 inflacionados para 2013 pelo IPCA)					
1) Receita com ICMS (cota-parte) por mesorregião catarinense (em mil R$)					
Mesorregiões	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Média Quadr.
Serrana	216.952,33	229.777,52	227.021,22	229.892,57	225.910,91
Oeste C.	826.531,26	870.181,98	876.727,24	887.446,70	865.221,80
V.Itajaí	768.744,94	851.600,65	907.535,21	954.337,68	870.554,62
G.Fpolis.	325.723,23	355.632,79	363.927,77	387.790,32	358.268,53
Norte C.	731.574,41	786.123,35	816.560,51	840.532,30	793.697,64
Sul C.	376.521,75	402.569,68	400.095,77	421.869,87	400.264,27
Total de SC	3.246.047,92	3.495.885,98	3.591.867,72	3.721.869,45	3.513.917,77
2) Proporção do Bolsa Família sobre a receita com ICMS (cota-parte) por mesorregião (%)					
Mesorregiões	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Média Quadr.
Serrana	10,45%	11,24%	12,98%	13,67%	12,09%
Oeste C.	5,87%	5,98%	6,46%	6,74%	6,26%
V.Itajaí	3,15%	3,38%	3,72%	3,95%	3,55%
G.Fpolis.	6,25%	5,92%	6,91%	7,59%	6,67%
Norte C.	4,13%	4,32%	4,74%	5,22%	4,60%
Sul C.	7,68%	7,94%	8,73%	8,88%	8,31%
Total de SC	5,39%	5,54%	6,09%	6,44%	5,86%

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados do Portal da Transparência (CGU) e Finbra.

À semelhança da seção anterior, na tabela acima também não foram mencionadas as cifras ligadas ao Bolsa Família, já apresentadas em seção precedente (*vide* Tabela 3).

Durante o quadriênio visado, o volume de recursos oriundos do Bolsa Família representou aproximadamente 5,86%, em média, do que os municípios catarinenses receberam a título da cota-parte de ICMS (conta 1722.01.01). Nessa linha de raciocínio, o ranqueamento das mesorregiões foi parcialmente alterado em relação aos outros dois tributos analisados nas seções anteriores. A mesorregião "Serrana" permanece como aquela cujos recursos do benefício social em evidência são mais representativos em termos de proporção ao arrecadado com o ICMS (12,09% na média dos quatro anos). No ano de 2010 o índice apurado foi de 10,45% e aumentou para 11,24% no ano posterior. Em 2012 esse percentual subiu para 12,98% e terminou o quadriênio analisado com 13,67%.

O segundo posto, neste critério, ficou com a mesorregião "Sul C." visto que a pesquisa evidenciou os percentuais de 7,68% (2010), 7,94% (2011), 8,73% (2012) e 8,88% (2013), o que equivale à média de 8,31% no transcorrer do período avaliado. Na terceira colocação figurou a mesorregião "G. Fpolis.", cuja média quadrienal alcançou 6,67%, tendo em vista os índices de 6,25%, 5,92%, 6,91% e 7,59% respectivamente para os anos de 2010 a 2013. A quarta posição coube à mesorregião "Oeste C.", com média de 6,26% no quadriênio; o quinto lugar foi ocupado pela mesorregião "Norte C." (com 4,60% na média dos quatro anos) e a última posição ficou a cargo da mesorregião "V. Itajaí", com apenas 3,55% de proporção média entre o Bolsa Família e os recursos originários do ICMS ao longo da série histórica investigada neste estudo.

4.5 Discussão dos Resultados

Com fundamento nas informações oriundas das seções anteriores, é curial destacar os principais resultados deste estudo, conforme exposto a seguir. O primeiro aspecto a salientar é que a participação percentual de Santa Catarina no PIB nacional aumentou ao longo da série analisada (de 3,9562% em 2010 para 4,0293% em 2013), mas evoluiu de maneira distinta na proporção do total destinado pelo PBF

aos estados brasileiros (1,0197% no primeiro ano e 0,9633% ao final do quadriênio, conforme Tabela 1).

Outra informação importante está vinculada ao percentual de participação das mesorregiões no valor total repassado pelo PBF aos municípios catarinenses. Na Tabela 2 verifica-se que, em média, 26,37% desse montante foi destinado à mesorregião "Oeste C.", enquanto que as demais tiveram índices médios no quadriênio de 17,70% ("Norte C."), 16,16% ("Sul C."), 14,98% ("V. Itajaí"), 13,22% ("Serrana") e 11,57% ("G. Fpolis."). Esses percentuais médios são bastante distintos quando averiguada a participação dessas mesorregiões no PIB do estado: "V. Itajaí" 28,17%; "Norte C." 22,76%; "Oeste C." 17,89%; "G. Fpolis." 15,11%; "Sul C." 11,04% e "Serrana" com 5,03%.

Quanto à abordagem que compara a arrecadação tributária dos 295 municípios catarinenses, agregados em seis mesorregiões, com o montante injetado por intermédio do PBF, é pertinente destacar alguns aspectos. O primeiro diz respeito à proporção assumida pelo valor total do Bolsa Família perante as receitas tributárias das prefeituras vinculadas a impostos, taxas e contribuições de melhoria de competência exclusivamente municipal. Foi constatado que no quadriênio abrangido a média catarinense foi de 7,73%, permitindo dessumir que, do total arrecadado pelos municípios a título de "Receita Tributária" (1100.00.000), os recursos do PBF assumiram proporção equivalente ao índice mencionado. Contudo, verificou-se que há mesorregiões que superam largamente essa média, ressaltando a relevância desse benefício social para a economia local. É o caso das mesorregiões "Serrana" (com índice médio de 28,76%), "Oeste C." (17,50%) e "Sul C." (12,60%), notadamente aquelas três com menores PIB *per capita* de Santa Catarina.

O segundo ponto reside na comparação entre os valores arrecadados pelos municípios/mesorregiões a título de IPTU (1112.02.00) no quadriênio. Os resultados dos cálculos, expressos na Tabela 4, denotaram que os valores do PBF equivaleram à média de R$ 29,28 de cada R$ 100,00 cobrados de IPTU pelas prefeituras catarinenses nos quatro anos envolvidos no estudo. Entretanto, merecem destaque os percentuais verificados em três mesorregiões. Na "Serrana", os recursos do Bolsa Família totalizaram quase o dobro do valor total da arrecadação com IPTU (198,83%), na "Oeste C." essa proporção assumiu 88,62% e na "Sul C." atingiu 59,61%. Por outro lado, nas demais mesorregiões os

percentuais foram bem distintos: 27,40% no "Norte C.", 12,86% na "G. Fpolis." e 12,26% no "V. Itajaí". Como possíveis explicações para essa divergência entre as mesorregiões podem ser aventadas hipóteses como densidade demográfica regional, extensão territorial das mesorregiões, tipos de atividades econômicas, proximidade do litoral etc.

O terceiro aspecto a salientar refere-se à arrecadação de IPVA (cota-parte). A pesquisa resultou que em Santa Catarina o valor repassado pelo governo estadual aos municípios equivaleu a 36,36% na média nos quatro anos estudados. Entretanto, em algumas mesorregiões essa proporção foi bem mais acentuada, ou seja, na mesorregião "Serrana" chegou a 101,17% e no "Oeste C." alcançou 53,23%. No primeiro caso, o montante destinado pelo Bolsa Família aos munícipes superou o valor alocado aos cofres das prefeituras nos anos de 2012 (104,62%) e 2013 (110,76%) e ficou próximo disso em 2010 e 2011 (90,44% e 98,85%, respectivamente). No âmbito mesorregional oestino, essa proporção ficou entre o mínimo de 51,54% (em 2010) e o máximo de 55,01% em 2011. Por outro lado, nas outras quatro mesorregiões os índices médios apurados ficaram próximos ou abaixo da média estadual: 39,24% na mesorregião "Sul C."; 36,50% no "Norte C."; 22,19% na "G. Fpolis." e 21,31% no território "V. Itajaí".

O quarto item a ressaltar relaciona-se aos valores arrecadados pelas prefeituras em termos do repasse do ICMS (cota-parte). Nesse quesito, a comparação realizada evidenciou que o total da verba do benefício federal (PBF) encaminhado ao estado catarinense equivaleu a R$ 5,86 (em média) de cada R$ 100 repassados pelo governo de Santa Catarina aos municípios como cota-parte do ICMS. Mas na mesorregião "Serrana" esse indicador chegou à média de 12,09% (com pico de 13,67% em 2013), enquanto que na mesorregião "Sul C." o percentual médio situou-se em 8,31% (com 8,88% no ano final da série), colocando-a na segunda posição entre as seis mesorregionais citadas. Em direção oposta, as mesorregiões mais industrializadas do território catarinense foram aquelas cujas proporções do PBF em relação ao ICMS (Cota-parte) assumiram os menores percentuais: "Norte C." com 4,60% e "V. Itajaí" com 3,55%. Destaca-se, também, que nas seis mesorregiões esse percentual subiu em todos os anos a partir de 2010, mostrando crescimento superior dos recursos do Bolsa Família sobre o valor total repassado a título de cota-parte de ICMS ano a ano.

Diferentemente do IPTU e do IPVA, cujo fato gerador está diretamente ligado aos limites territoriais dos municípios, o valor relativo à cota-parte do ICMS não estava circunscrito ao local de origem da mercadoria comercializada. Ou seja, mesmo que um produto fosse fabricado na mesorregião "Oeste C." (pedaços/cortes de frango para exportar, por exemplo), a arrecadação do ICMS poderia ocorrer em outro município/mesorregião onde o produto seria exportado (como o porto da cidade de Itajaí, na mesorregião "V. Itajaí"). Com isso, a cidade portuária era beneficiada com 100% do ICMS gerado a partir dessa comercialização. A referida realidade vigorou durante o período pesquisado (2010 a 2013), tendo sido modificada a partir de lei aprovada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 16/12/2014, que reduziu a 10% o repasse às cidades portuárias e destinou os outros 90% aos municípios produtores.

Outro aspecto a considerar é que cidades portuárias se beneficiam com o crédito de ICMS sobre produtos importados em transações interestaduais. Como esse percentual era diferente em cada estado brasileiro, a partir de 01/01/2012 as importações feitas em todo o território nacional, levadas de um estado para outro, passaram a ser taxadas em 4%, o que uniformizou a taxação respectiva no país. No que concerne ao foco deste estudo, esse tipo de tributação beneficia os municípios/mesorregiões que contam com a atividade portuária em seus territórios, em detrimento daqueles municípios/mesorregiões sem portos que não têm a possibilidade de contar com essa fonte de receita.

É válido salientar, também, que as divergências apuradas entre as mesorregiões neste estudo nas receitas tributárias consideradas podem estar vinculadas à conclusão de Gouvêa et al. (2010) de que os tributos de competência municipal possuem maior potencial de arrecadação nos médios e grandes municípios, já que nos de pequeno porte, com base predominantemente rural, a propriedade urbana é pouco significativa e, o setor de serviços, pouco expressivo.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A pesquisa priorizou responder questão ligada à importância do Programa Bolsa Família para a economia dos municípios/mesorregiões catarinenses. Adicionalmente, o estudo visava testar duas hipóteses:

uma indagava acerca da possibilidade de que os recursos totais oriundos do PBF fossem distribuídos de forma heterogênea e, por isso, tivessem níveis distintos de relevância para a economia das cidades de Santa Catarina; outra questionava se os valores desses benefícios superavam fontes tradicionais de receitas tributárias dos municípios, como o IPTU e as cotas-partes de IPVA e ICMS repassadas pelo governo estadual.

Os resultados do estudo evidenciaram que o PBF teve um percentual de participação médio no PIB catarinense (0,1036%), que é inferior à participação deste no PIB brasileiro (0,4138%) no quadriênio. Contudo, os patamares médios destes quatro anos oscilaram entre as mesorregiões, indo de 0,0552% no "V. Itajaí" até 0,2725% na mesorregião "Serrana".

Pelo exposto nas seções precedentes, entende-se que a questão do estudo foi convenientemente respondida, bem como foi confirmada totalmente a hipótese quanto aos níveis distintos de importância do programa assistencial entre as seis divisões mesorregionais do estado. Porém, a outra hipótese mostrou-se parcialmente comprovável, pois somente na mesorregião "Serrana" o montante do PBF superou o total arrecadado com IPTU nos quatros anos avaliados (média de 198,83% de proporção do Bolsa Família sobre este tributo), enquanto que o valor arrecadado com IPVA na mesorregião "Serrana" também foi superado pelo total do PBF nos anos de 2012 e 2013, propiciando média quadrienal de 101,17%. Assim, como o objetivo do estudo consistia em mensurar a proporção desse programa federal perante as principais receitas tributárias municipais e dos valores de PIB respectivos, os autores consideraram-no atingido, conforme explicitado nas tabelas já comentadas.

Quanto às limitações do estudo, é interessante destacar alguns aspectos. Os dados primários sobre os municípios catarinenses (arrecadação, PIB, Bolsa Família etc.) utilizados neste texto foram coligidos de fontes como Finbra, IBGE, Portal da Transparência (CGU). Portanto, assumiu-se que eles sejam verídicos e confiáveis em termos de representarem o cenário real das cidades de Santa Catarina nos quatro anos enfocados. Além disso, optou-se por inflacionar os valores monetários dos anos de 2010, 2011 e 2012 para o poder aquisitivo equivalente ao ano de 2013 pelo IPCA. Se utilizado outro índice inflacionário provavelmente os montantes (R$) computados

nos cálculos que fundamentaram as tabelas do texto teriam valores monetários um pouco diferentes, e esse detalhe deve ser levado em consideração quando desta leitura, mesmo que as proporções (percentuais) não se alterem significativamente.

No que tange a recomendações para trabalhos futuros, talvez seja interessante utilizar a abordagem adotada nesta pesquisa nos demais estados brasileiros para corroborar, comparar ou contestar acerca da relevância da proporção do PBF em outros estados ou regiões do país.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). *Programa Bolsa Família*: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 233-246.

ANDRADE, N. de A. *Contabilidade pública na gestão municipal*: métodos com base na LC n. 101/00 e nas classificações contábeis advindas da SOF e STN. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, N. de A. *Contabilidade pública na gestão municipal*. São Paulo: Atlas, 2002.

AVILA, R. I.; CONCEIÇÃO, J. B. S. O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, n. 234, v. 13, 2015.

BABBIE, E. *Métodos de pesquisa survey*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BARBOSA, A. L. N. de H.; CORSEUIL, C. H. L. Bolsa Família, escolha ocupacional e informalidade no Brasil. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). *Programa Bolsa Família*: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 327-340.

CAMPELLO, T. Ministra Tereza Campello explica como Brasil se tornou exemplo de inclusão. *Blog Luiz Muller*. Post de 04/06/2015. Disponível em: <https://luizmullerpt.wordpress.com/2015/06/04/ministra-tereza-campello-explica-como-brasil-se-tornou-exemplo-de-inclusao/>. Acesso em: 19 dez. 2015.

CIRENO, F.; SILVA, J.; PROENÇA, R. P. Condicionalidades, desempenho e percurso escolar de beneficiários do Programa Bolsa Família. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). *Programa Bolsa Família*: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 297-304.

COLLINS, J.; HUSSEY, R. *Pesquisa em administração*: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

GOUVÊA, M. A.; VARELA, P. S.; FARINA, M. C. Avaliação das relações entre receita tributária e desenvolvimento econômico e social dos grupos 3, 4 e 5 de municípios paulistas, segundo o IPRS: uso da análise multivariada de variância. *REAd. Revista Eletrônica de Administração*, v. 16, n. 2, p. 1-21, 2010.

JANNUZZI, P. de M.; PINTO, A. R. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). *Programa Bolsa Família*: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 179-192.

KOHAMA, H. *Contabilidade pública*: teoria e prática. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATIAS, A. B.; CAMPELLO, C. A. G. B. *Administração financeira municipal*. São Paulo: Atlas, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME [MDS]. *O que é: conheça o Programa Bolsa Família*. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 05 fev. 2016.

OLIVEIRA, L. F. B. de; SOARES, S. S. D. "Efeito preguiça" em programas de transferência de renda? In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). *Programa Bolsa Família*: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013a. p. 285-296.

OLIVEIRA, L. F. B. de; SOARES, S. S. D. Bolsa Família e repetência: resultados a partir do CadÚnico, projeto frequência e censo escolar. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). *Programa Bolsa Família*: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013b. p. 341-358.

RASELLA, D.; AQUINO, R.; SANTOS, C. A. T.; PAES-SOUSA, A. R.; BARRETO, M. L. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a mortalidade em crianças: uma análise nos municípios brasileiros. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 247-262.

REIS, P. R. da C.; COSTA, T. de M. T. da; SILVEIRA, S. F. R. Receita pública e bem-estar social nos municípios mineiros emancipados no período de 1988 a 1997. *REAd. Revista Eletrônica de Administração*, v. 19, n. 1, p. 61-82, 2013.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social*: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, L. M. P.; GUANAIS, F.; PORTO, D. L.; MORAIS NETO, O. L., STEVENS, A.; CORTEZ-ESCALANTE, J. J.; MODESTE, L. Menor ocorrência de baixo peso ao nascer entre crianças de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). *Programa Bolsa Família*: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 263-272.

SILVEIRA, F. G.; CAMPOLINA, B.; HORN, R. van. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 305-326.

SILVEIRA NETO, R. da M.; AZZONI, C. R. Os programas sociais e a recente queda da desigualdade regional de renda no Brasil. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). *Programa Bolsa Família*: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 217-232.

SOARES, F. V.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. F. Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Família: cash transfer programs in comparative perspective. *Latin American Research Review*, v.45, n.2, p.173-190, 2010.

SOUZA, P. H. G. F. de; OSÓRIO R. G. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). *Programa Bolsa Família*: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 139-156.

TEPPERMAN, J. Brazil's antipoverty breakthrough: the surprising success of Bolsa Família. Foreign Affairs, jan./fev. 2016. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/brazil/2015-12-14/brazils-antipoverty-breakthrough>. Acesso em: 25 fev. 2016.

QUALIFICAÇÃO PEDAGÓGICA DOCENTE E DESEMPENHO DISCENTE: UM ESTUDO NAS UNIVERSIDADES CATARINENSES QUE OFERTAM GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Eduardo Tramontin Castanha
Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Contato: eduardo_tramontin@hotmail.com

Januário José Monteiro
Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Contato: januariomonteiromonteiro@gmail.com

Dourival Giassi
Mestre em Gestión de Negocios y Formación Profisional Latinoamericana. Professor e Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Contato: dgi@unesc.net

Andréia Cittadin
Mestre em Contabilidade. Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Contato: aci@unesc.net

Milla Lúcia Ferreira Guimarães
Mestre em Educação. Professora e Coordenadora Adjunta do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Contato: mlg@unesc.net

RESUMO

Há pouco tempo, para lecionar disciplinas de conteúdos específicos de Ciências Contábeis em instituições de ensino superior bastava ter formação na área e/ou destaque profissional. Dessa forma, a graduação na área e o destaque profissional eram os requisitos necessários para exercer a docência, em detrimento da formação pedagógica. Assim, o ensinar tem seu foco pautado no "fazer", e não em reflexões sobre propostas pedagógicas e estratégias de melhor ensinar-aprender, prática que não oportuniza, aos estudantes, as habilidades emergentes do mundo contemporâneo. Este estudo objetivou verificar a possível relação entre a qualificação pedagógica docente e o desempenho discente nos cursos de Ciências Contábeis das universidades catarinenses. Para tanto, buscou-se, por meio do currículo *Lattes* dos professores que lecionam as disciplinas de conhecimentos específicos dos cursos de Ciências Contábeis, informações sobre a formação pedagógica, ou seja, averiguar se estes professores possuem algum tipo de formação na área pedagógica para exercer da docência. Em primeira análise, não há relação entre a nota do

Enade e a qualificação pedagógica dos docentes nas universidades pesquisadas, no entanto, quando se considera o ano de contratação na instituição de ensino e a conclusão da pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado (*stricto sensu*), após o Enade 2012, observa-se que na universidade com nota mais baixa houve a capacitação de docentes que dispunham de qualificação acadêmica e a contratação de novos professores com titulação de mestres e doutores. Na universidade que apresentou nota mais elevada no Exame, a opção por manter os docentes com experiência acadêmica e com titulação de mestrado e doutorado foi a que prevaleceu.

Palavras-chave: Docência. Ensino superior. Qualificação pedagógica. ENADE. Ciências contábeis.

1 INTRODUÇÃO

As propostas pedagógicas e estratégias de ensino são atribuições dos professores no desenvolvimento de seu trabalho docente. No âmbito das universidades, a mera transmissão de conhecimentos não mais atende aos objetivos do mundo contemporâneo, visto a necessidade em desenvolver capacidades críticas e habilidades dos estudantes. Para exercer a docência, Masetto (2003) comenta que até pouco tempo era necessário ter destaque profissional em sua área, colocando em segundo plano a formação pedagógica destes profissionais.

Em sintonia com o autor, Cunha (2004) menciona que a formação do professor universitário se constituiu com base na profissão que exerce vindo ao encontro da máxima "quem sabe fazer, sabe ensinar", influenciado pela supremacia do conhecimento técnico em detrimento ao pedagógico, fato que desvaloriza esse campo na formação dos docentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996 não contempla nenhuma exigência referente à formação pedagógica do docente do ensino superior. Contudo, a instituição de ensino precisa manter, pelo menos, um terço do seu corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

Estudiosos tanto da área da educação quanto da contabilidade, tais como Vasconcelos (2000), Masetto (2003), Cunha (2004), Laffin (2011), Miranda (2013), mencionam a necessidade das qualificações indispensáveis para o exercício profissional do educador.

No que tange especificamente à qualificação dos docentes dos cursos de Ciências Contábeis, há três tipos: qualificação acadêmica, qualificação profissional e qualificação pedagógica. A **qualificação acadêmica** refere-se à formação do professor no tocante à pós-graduação nos níveis *lato sensu* (MBA e especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado); a **qualificação profissional** caracteriza-se pelo contato do professor com o mercado de trabalho; e, por fim, a **qualificação pedagógica**, que está voltada à preparação do professor nos aspectos pedagógicos para exercício da docência (MIRANDA, 2013).

No que diz respeito ao desempenho discente, o Ministério da Educação (MEC) implantou, com o objetivo de garantir a qualidade do ensino superior, sistemas avaliativos que vêm sendo remodelados e aplicados desde 1996. Atualmente, o Exame Nacional de Desempenhos de Estudantes (ENADE) tem por objetivo aferir o desempenho dos acadêmicos em relação aos conteúdos programáticos e suas habilidades e competências no decorrer do curso (GUIMARÃES et al., 2015). Para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, o Enade foi aplicado em 2006, 2009, 2012 e em 2015.

Neste contexto, mediante o baixo desempenho apresentado pelos acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis das universidades catarinenses no Enade em sua edição de 2012, tem-se a seguinte questão de pesquisa: *Há relação entre a qualificação docente com o desempenho discente apresentado pelos acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis das universidades catarinenses no Enade?*

O objetivo geral desta pesquisa é verificar nos cursos de Ciências Contábeis das universidades catarinenses a relação entre a qualificação profissional docente com o desempenho discente no Enade. Para tanto se fez necessário: i) identificar as universidades catarinenses que ofertam cursos de Ciências Contábeis, bem como os professores que lecionam os conteúdos de conhecimentos específicos; ii) averiguar, por meio do Currículo Lattes, a qualificação profissional destes docentes; iii) investigar o resultado no Enade (2012) dos cursos de Ciências Contábeis das universidades pesquisadas.

O presente trabalho busca contribuir para as Ciências Contábeis, especialmente ao ensino, visto que repensa a prática docente, aludindo aspectos da formação acadêmica, profissional e

pedagógica dos professores dos cursos de Ciências Contábeis. Além disso, contribui para a melhor formação do corpo docente das universidades, pois, no processo de ensino-aprendizagem, o papel do docente é de fundamental importância, na medida em que o professor é o "elemento facilitador, orientador e incentivador" deste processo (MASETTO, 1998).

Este artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção aborda o perfil, a qualificação acadêmica, pedagógica e profissional do professor universitário. A terceira descreve metodologia empregada no estudo, e, na quarta, apresenta os resultados referentes à relação entre a qualificação profissional do docente com o desempenho discente apresentado pelos acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis das universidades catarinenses no Enade. Por fim, a quinta seção é dedicada às conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A presente seção tem por objetivo elucidar o perfil dos professores universitários e as qualificações necessárias para o exercício da docência nos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

2.1 O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Para a compreensão do perfil do professor universitário, faz-se necessário, primeiramente, refletir sobre os aspectos que envolvem o processo de ensino-aprendizagem e a prática docente na universidade.

O objetivo principal dos cursos de graduação é o aprendizado dos discentes, e o professor faz parte deste processo, não apenas em relação ao ensino, mas também à aprendizagem. Por este prisma, é fundamental que o professor tenha consciência de que o foco principal é a aprendizagem pelo aluno do conteúdo abordado, e não a mera transmissão de conhecimentos de sua parte (CRUZ; CORRAR; SLOMSKI, 2008).

Para Masetto (2010), a aula é "tempo e espaço do professor e do aluno". Nesse momento, docente e discente precisam trabalhar em parceria. O professor tem como tarefa o planejamento de atividades, estudos, aplicações práticas, estratégias, técnicas avaliativas, interação, trabalhos em equipe, enfim, metodologias capazes de promover

um ambiente propício para o aprendizado de seu aluno. Ao aluno cabe atitudes ativas no que se refere à participação e execução de atividades propostas pelo docente, devendo também questionar, debater, trocar informações, enfim, ser um aluno atuante para que o principal objetivo da aula, que é o aprendizado, seja culminado.

O encontro do aluno e do professor, durante a aula, é considerado por Masetto (2010) um momento de extrema valia, no qual "ambos trazem suas colaborações, criam condições de troca de pesquisa, de estudo, de debate, de perguntas e apresentação de dúvidas, de solução de problemas". O autor afirma que sem uma preparação anterior, tanto por parte do professor quanto do aluno, os resultados esperados não seriam alcançados, nem em uma aula expositiva. Traçando um diagnóstico do ambiente de aula, Mello e Francisco (2015) afirmam ser perceptível o desinteresse dos estudantes diante de aulas monótonas, em que o professor se coloca como detentor do saber, transmitindo o conteúdo, sem a preocupação da aprendizagem do aluno. Em contraponto, os autores evidenciam que o espaço de sala de aula, utilizado como um ambiente dinâmico e interativo que oportuniza intervenções e manifestações, faz com que o estudante saia de um estado de passividade para se tornar autônomo em sua própria aprendizagem.

No ensino da Contabilidade, Laffin (2011) aponta dois resultados distintos de aprendizagem decorrentes da concepção do professor sobre o processo de ensinar: a) desenvolvimento cognitivo e sociocultural; ou b) transmissão e reprodução de conhecimentos. Neste cenário proposto por Laffin (2011), torna-se imperioso que o estudante compreenda os objetivos do ensino, e a partir disso aprimore sua maneira de aprender, e que o professor deve expressar sua compreensão sobre os mais diversos recursos metodológicos a serem utilizados em suas aulas.

Enricone et al., (2008) entendem como função social da universidade a relação entre ensino, pesquisa e extensão, em associação com o desenvolvimento de um novo paradigma educacional, a qual acontece por meio da reflexão da prática docente, da relação professor-aluno nos espaços formativos com novos métodos de ensino, utilizando, inclusive, os recursos tecnológicos.

Para Guimarães e Volpato (2016), o professor universitário é o responsável pela aplicação das propostas pedagógicas atribuídas pelo curso, desenvolvendo estratégias e despertando situações capazes de estimular a aprendizagem do acadêmico. A tríade ensino,

pesquisa e extensão está sendo cada vez mais estimulada pelas instituições de ensino superior, e o perfil dos professores deverá atender a essas novas premissas.

2.2 A qualificação do professor universitário

Segundo Vasconcelos (2000, p. 24), "Conhecer todas as nuances e possibilidades de sua profissão é condição essencial para bem exercê-las".

Partindo da afirmação de Vasconcelos (2000), busca-se, nesta seção, elucidar os aspectos essenciais para a capacitação do docente universitário. Para tanto, serão utilizados os estudos de Masetto (1998; 2003), Volpato (2010), Laffin (2011) e Miranda (2011; 2013), entre outros.

a) Qualificação acadêmica

Para Miranda (2013), a qualificação acadêmica do docente de Ciências Contábeis refere-se ao desenvolvimento de pesquisas elaboradas com base em temas que leciona.

Diante disso, se faz necessário salientar que a pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado *(stricto sensu)*, além de formar pesquisadores, possui também caráter acadêmico, haja vista que o pós-graduando, ao se aprofundar nas pesquisas, passa a desenvolver, aprimorar e a (re)pensar sua própria prática docente. Já a pós-graduação no nível *lato sensu* objetiva especializar o profissional que deseja atuar no mercado de trabalho.

b) Qualificação profissional

Volpato (2010) menciona que até pouco tempo as instituições de ensino convidavam profissionais de destaque em suas áreas de formação para lecionar no ensino superior, tendo em vista que a docência se justificava para formar profissionais competentes tecnicamente. Logo, valiam-se da máxima de "quem sabe, automaticamente, sabe ensinar" (MASETTO, 1998, p. 11).

O conhecimento científico e a experiência profissional são fatores substanciais que conduzem o professor ao caminho da docência. A afinidade entre o exercício profissional praticado no mercado de trabalho, as práticas de ensino e os bons resultados profissionais mostram que o exercício da profissão é fator importante para ele tornar-se professor. Portanto, percebe-se que o exercício da docência é subsidiado pelos conhecimentos oriundos das práticas profissionais (ENRICONE et al., 2008).

O professor deve ser portador de conhecimentos oriundos das práticas profissionais nas quais seus alunos estão sendo formados, pois o vínculo existente entre a teoria e prática são pontos importantes para o exercício da docência no ensino superior. Não há dúvidas de que um professor detentor de conhecimentos técnicos científicos e ainda com experiência profissional na área em que atua torna-se um docente mais atualizado e capaz de aplicar a teoria na prática de seus discentes (NOSSA, 1999).

Vasconcelos (2000) utiliza-se da terminologia 'aspectos de formação prática' para destacar o conhecimento do professor e a habilidade de relacioná-lo com a prática utilizando exemplos com vista ao favorecimento da aprendizagem.

Especificamente, para o ensino da Ciência da Contabilidade, o docente que conhece o cotidiano que envolve a profissão pode construir pontes no que necessita ser ensinado na academia, oferecendo condições de uma aprendizagem significativa (MIRANDA, 2011).

c) Qualificação pedagógica

Para Volpato (2010), um profissional inserido no mercado de trabalho, que repentinamente torna-se professor, comumente recebe o ementário pronto, e com isso prepara suas aulas solitariamente. Este docente pode tornar-se, segundo o autor, um "dador de aulas", sem capacidade crítica e de reflexão, que são pontos característicos de professor universitário.

As políticas de formação docente são consequência das mudanças no trabalho pedagógico. Neste sentido, os cursos de metodologia do ensino superior contribuem para a reflexão acerca das principais

funções da universidade, que é o ensino. Ademais, o desenvolvimento dos projetos pedagógicos tem demandado estudos acerca do vínculo existente entre o ensino, pesquisa e extensão, e a pedagogia universitária está promovendo reflexões envolvendo as questões voltadas às metodologias de ensino e articulação com a pesquisa e a extensão (ENRICONE et al., 2008).

Para Nossa (1999), a falta de conhecimentos pedagógicos por parte do professor pode dificultar seu compromisso com as ações desenvolvidas com seus discentes, com a instituição na qual atua e com a comunidade, pois a qualificação pedagógica ultrapassa os conteúdos que o professor ensina no seu fazer docente.

No ensino da Contabilidade, os contadores experientes, com profundos conhecimentos técnicos e legais, há alguns anos, rumavam a disseminar seus conhecimentos obtidos no mercado de trabalho ao meio acadêmico. Hodiernamente, além dos conhecimentos provenientes do exercício da profissão, o docente da área de Ciências Contábeis necessita de conhecimentos teóricos, estruturais, didáticos e pedagógicos para o exercício da docência (ANDERE; ARAUJO, 2008).

Contudo, o docente que não possui qualificação pedagógica poderá oprimir os atributos de um professor adequado para o ensino. Os problemas de ensino vinculados a docentes que impossibilitam o aprendizado dos alunos podem ser minimizados por meio do aperfeiçoamento pedagógico do professor. A competência pedagógica docente faz com que os aspectos relacionados ao ensino e à educação surjam de forma instintiva (NOSSA, 1999).

Além das qualificações acadêmica, profissional e pedagógica, citadas por Miranda (2013) como meios substanciais do processo de ensino-aprendizagem, Masetto (1998) destaca também a qualificação política, que defende a máxima de que a educação deve ser vista "como um ato político, intencional, para o qual se exige ética e competência".

O professor, como um cidadão comprometido com o seu tempo, ao entrar no espaço de sala de aula, precisa refletir de forma conjunta com seus alunos a respeito do momento em que vivem. Para tanto, faz-se um retrospecto de sua história e consequências na atualidade, com o objetivo de formar profissionais atentos ao contexto e às mudanças sociais (MASETTO, 1998).

> O professor estará aberto para o que se passa na sociedade, fora da universidade ou faculdade, para suas transformações, evoluções, mudanças; atento para as novas formas de participação, as novas conquistas, os novos valores emergentes, as novas descobertas, as novas proposições, visando mesmo abrir espaço para discussão e debate com seus alunos sobre esses aspectos, já que eles afetam a formação e o exercício profissionais. (MASETTO, 1998, p. 23)

Ademais, há de se considerar que o professor universitário está inserido em uma instituição de ensino que, por sua vez, possui objetivos educacionais e sociais próprios. A dimensão política do professor e os objetivos institucionais precisam estar em sinergia para oportunizar a formação de profissionais atualizados em face das mudanças que diariamente afetam a sociedade, assumindo um papel de agente transformador, em pleno exercício profissional e de cidadania.

2.3 O Enade

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) faz parte do Sistema de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), sendo um componente curricular obrigatório, cuja função é avaliar o desempenho dos estudantes universitários em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

O Enade é periodicamente aplicado aos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes. A avaliação do exame ocorre no máximo de três em três anos (MIRANDA, 2012).

Os instrumentos do Enade são: prova; questionário de impressões dos estudantes sobre a prova; questionário do estudante; e questionário do coordenador do curso. A prova é composta por 40 questões, sendo 10 inerentes à formação geral e 30 sobre formação específica da área, contendo questões discursivas e de múltipla escolha (GUIMARÃES et al., 2015).

Para os cursos de Ciências Contábeis, as 30 questões que tratam de conteúdos de formação específica da área estão balizadas pela Resolução nº 10, do CNE, de dezembro de 2004. A referida resolução, dentre outros temas, menciona que os cursos deverão contemplar em

seu PPC e em seu currículo conteúdos para o conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, observando o perfil do egresso, e que atendam aos seguintes campos interligados: formação básica, específicos de formação profissional e de formação teórico-prática (GUIMARÃES et al., 2015).

Os conteúdos de *formação básica* referem-se à construção de conhecimentos sobre outras áreas, tais como: Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística. A *formação profissional* trata de conteúdos de: Teoria da Contabilidade, Contabilidade Geral, Contabilidade Pública, Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade de Custos, Contabilidade Tributária, Auditoria, Perícia, Arbitragens, Controladoria e Atuariais. A *formação teórico-prática* baseia-se no estágio curricular supervisionado, atividades complementares, estudos independentes, conteúdos optativos e prática em laboratório de informática (BRASIL, 2004).

O Enade é um dos dispositivos que garantem a sustentabilidade do sistema de educação superior (PEDERNEIRAS et al., 2011).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação aos objetivos, este estudo caracteriza-se como descritivo, pois Andrade (2002) destaca que a pesquisa descritiva se preocupa em observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos sem a interferência do pesquisador. Desta forma, este estudo descreve o desempenho dos acadêmicos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Enade 2012, bem como apresenta a qualificação dos docentes que lecionam os conteúdos de conhecimento específicos de Ciências Contábeis das universidades catarinenses.

O estudo contempla abordagem qualitativa, a qual tem por objetivo

> [...] compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON et al., 1999, p. 39)

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa classifica-se como documental, na medida em que busca selecionar, tratar e interpretar os dados que ainda não passaram por análise aprofundada (BEUREN et al., 2006). Buscou-se averiguar, por meio de consulta à Plataforma *Lattes*, o currículo dos docentes que lecionam as disciplinas de conteúdos de conhecimentos específicos dos cursos de Ciências Contábeis. Esta pesquisa também utilizou os resultados obtidos no Enade 2012, mediante consulta ao sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa sessão, apresentam-se os resultados referentes à coleta de dados realizada por meio do Currículo *Lattes* dos professores dos cursos de Ciências Contábeis das universidades catarinenses.

4.1 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA E SEUS RESULTADOS

Para identificar a "Qualificação Pedagógica" do professor, inicialmente buscou-se no *site* do INEP as universidades catarinenses que ofertam cursos de Ciências Contábeis e que obtiveram nota (faixa) 3 no Enade, obtendo-se como resultado 12 instituições, as quais são: Universidade Regional de Blumenau (FURB); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade do Contestado (UNC); Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP); Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC); Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE); Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ); Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

Na sequência, buscou-se identificar na prova do Enade de 2012 quais disciplinas de conhecimentos específicos estavam contempladas nas questões, a saber: Contabilidade Financeira, de Custos, Pública, Tributária, Gerencial, Auditoria, Perícia, Análise das Demonstrações Contábeis e Teoria da Contabilidade.

De posse destas informações, as universidades citadas foram contatadas, via telefone, com intuito de identificar os professores que lecionam as disciplinas anteriormente mencionadas, obtendo-se retorno de seis universidades, conforme apresenta o Quadro 1:

Quadro 1 - Universidades e Nota ENADE 2012

UNIVERSIDADES	NOTA ENADE
UNESC	2,81
UNIVALI	3,63
UDESC	3,36
FURB	4,37
UFSC	3,49
UNOCHAPECÓ	2,07

Fonte: Dados do Inep (2012).

Das universidades que se disponibilizaram a participar desta pesquisa, a FURB obteve a melhor nota no ENADE 2012 (Nota 4,37), seguida da UNIVALI (Nota 3,63) e da UFSC (3,49). A universidade com a pior nota no referido exame foi a UNOCHAPECÓ (2,07).

Posteriormente realizou-se a análise dos currículos *Lattes* dos docentes das referidas universidades, que lecionam as disciplinas de conteúdos específicos de contabilidade, com a finalidade de averiguar a participação em cursos voltados à formação e capacitação. Foram considerados os cursos de "formação continuada" em nível de extensão, cursos em nível *lato sensu* relacionados ao "exercício da docência em nível superior" e também *stricto sensu* em "Educação" ou em áreas afins. O Quadro 2 apresenta o percentual de docentes com qualificação pedagógica nas respectivas universidades.

Quadro 2 - Universidades e Percentual de Docentes com Qualificação Pedagógica

Universidades	% de docentes com Qualificação Pedagógica
UNESC	50%
UNIVALI	80%
UDESC	40%
FURB	56%
UFSC	80%
UNOCHAPECÓ	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Observa-se por meio do Quadro 2 que a Unochapecó é a universidade que dispõe de professores com o maior percentual de qualificação pedagógica (100%), ao passo que os professores da Udesc são os que menos dispõe de tal qualificação (30%) ou não as mencionaram no *Currículo Lattes*.

Durante a elaboração do Quadro 2, foi possível observar que nenhum dos docentes que lecionam conteúdos específicos de formação profissional possuem mestrado e/ou doutorado em Educação ou áreas afins.

O Quadro 3 apresenta as universidades lócus da pesquisa, o percentual de docentes com qualificação pedagógica das referidas instituições, a nota no Enade 2012, bem como o número de estudante inscritos no Exame e aqueles que realizaram a prova.

Quadro 3 - Percentual de Docentes com Qualificação Pedagógica X Conceito ENADE 2012

Universidades	% de docentes com Qualificação Pedagógica	Número de Estudantes Inscritos	Número de Estudantes Participantes	Conceito Enade 2012 (Contínuo)
UNESC	50%	166	162	2,81
UNIVALI	80%	69	62	3,63
UDESC	30%	70	68	3,36
FURB	56%	32	29	4,37
UFSC	80%	182	166	3,49
UNOCHAPECÓ	100%	110	103	2,07

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Observa-se por meio do Quadro 3 que, em primeira análise, não há relação entre a nota do Enade e a qualificação pedagógica dos docentes nas universidades pesquisadas, na medida em que os resultados apresentados demonstram a Furb com maior nota do Enade 2012 (4,37) tendo apenas 56% dos docentes com qualificação pedagógica, e em contraponto a Unochapecó com nota 2,07 no Enade 2012 e 100% dos docentes qualificados pedagogicamente.

Buscando maior aprofundamento dos resultados, realizou-se uma nova consulta ao *Currículo Lattes* dos docentes para averiguar o ano de contratação na instituição e a conclusão do s*tricto sensu*.

No caso da Unochapecó, dos dez professores que ministram as disciplinas de conhecimento específico, cinco deles foram mantidos no quadro da instituição. A data de contratação destes professores remonta aos anos de 1999 a 2005, com obtenção de título de mestre posterior à contratação. Os demais (5 docentes) foram contratados após 2012, sendo apenas um com titulação de especialista e os demais com titulação de mestre, obtidas no mesmo ano da contratação.

Mediante tais constatações, acredita-se que a Unochapecó, após a divulgação da nota do Enade, criou uma política de retenção e capacitação dos docentes, mantendo seus professores com qualificação acadêmica e contratando novos com titulação *stricto sensu,* com intuito de qualificar o ensino e, por consequência, melhorar a nota no Exame de 2015.

No caso da Furb, que obteve a maior nota no Enade 2012 e tem 56% dos seus docentes com qualificação acadêmica, verificou-se que dos dez professores que ministram as disciplinas de conhecimento específico, oito foram contratados antes de 2012. A data de contratação de alguns desses professores remonta aos anos de 1980 a 2007, com obtenção de título de mestre ou doutorado posterior à contratação. Apenas um docente foi contratado em 2014, tendo obtido o título de doutorado em 2012. O outro não possui *Currículo Lattes* para checagem da data de contratação, mas, de acordo com o *site* da Universidade, este professor tem titulação de especialista.

Infere-se, portanto, que em relação à FURB, a qual obteve a melhor nota no Enade 2012, há de se considerar o tempo de docência de seus professores, a experiência e a titulação. Ademais, faz-se necessário destacar a quantidade de alunos inscritos e participantes no Exame.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O destaque na profissão, até pouco tempo, era motivo para ser convidado a lecionar algumas disciplinas em instituições do ensino superior. A formação para a docência universitária, historicamente, vem se constituindo como uma atividade de menor relevância. Esta prática acaba por privilegiar o conhecimento técnico em detrimento do pedagógico.

As discussões sobre as competências necessárias para o exercício da docência, especialmente em nível superior, têm sido motivo de discussões no campo educacional. Os estudiosos na área, tanto da educação como da contabilidade, apontam a necessidade de qualificação acadêmica, qualificação profissional e qualificação pedagógica para o exercício do fazer docente.

Há de se considerar, no âmbito universitário, que o docente disponha das três qualificações apontadas pelos autores: titulação em nível *stricto sensu* (qualificação acadêmica); experiência da prática profissional (qualificação profissional); e preparação para o exercício da docência (qualificação pedagógica).

Este artigo, embora aborde os três tipos de qualificação descritos na literatura, tem por foco a preparação para o exercício da docência, portanto, para a pesquisa, no levantamento do *Currículo Lattes* dos professores que lecionam as disciplinas de conteúdos específicos, foram considerados os cursos de "formação continuada" em nível de extensão, cursos em nível *lato sensu* relacionados ao "exercício da docência em nível superior" e também *stricto sensu* em "Educação" ou em áreas afins.

O artigo objetivou verificar a existência de relação entre a qualificação pedagógica dos docentes que lecionam os conteúdos específicos de formação profissional nos cursos de Ciências Contábeis das universidades catarinenses, com o desempenho dos acadêmicos obtido no Enade 2012.

Em primeira análise, não há relação entre a nota do Enade e a qualificação pedagógica dos docentes nas universidades pesquisadas. A maior nota no Enade 2012 foi a da Furb (4,37), sendo que ela possui apenas 56% dos docentes com qualificação pedagógica. Em contraponto, têm-se a Unochapecó, com nota 2,07 no Exame e 100% dos docentes qualificados pedagogicamente.

Com base nos resultados dessas duas universidades, realizou-se uma nova consulta ao *Currículo Lattes* dos docentes para averiguar o ano de contratação na instituição e a conclusão do s*tricto sensu*. Nesta segunda análise, observou-se que a Unochapecó pode ter criado uma política de retenção e capacitação aos seus docentes que dispunham de qualificação acadêmica e, a contratação de novos com titulação

stricto sensu, após o ano de 2012 (ano do Enade). Acredita-se que essas ações visaram à melhoria no ensino e, por consequência, na nota no futuro Exame de 2015.

Em relação à Furb, universidade com maior nota no Enade 2012 e com 56% dos seus docentes mestre e/ou doutores, verificou-se a prevalência de professores com maior tempo de exercício da docência e titulação. É importante também considerar o número reduzido de estudantes inscritos e participantes no Exame, em relação às demais universidades.

Espera-se com os resultados deste estudo o aprimoramento das discussões sobre a formação do corpo docente dos cursos de Ciências Contábeis, a reflexão sobre o saber e o saber-fazer desses profissionais, bem como possibilitem contribuições para a execução de políticas que possam contribuir para a formação discente, tanto no meio acadêmico quanto no meio profissional.

Apresenta-se como limitação da pesquisa a análise dos resultados obtidos no Enade 2015 pelos cursos de Ciências Contábeis das instituições analisadas, tendo em vista que no momento da pesquisa ainda não estavam disponíveis esses resultados.

REFERÊNCIAS

ANDERE, Maira Assaf; ARAUJO, Adriana Maria Procópio de. Aspectos da formação do professor de ensino superior de ciências contábeis: uma análise dos programas de pós-graduação. *Revista Contabilidade & Finanças*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 48, p. 91-102, dez. 2008. Disponível em: <http://www. revistas. usp.br/rcf/article/view/34273>. Acesso em: 16 jul. 2016.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação*: noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 165p.

BRASIL. *Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, pt. 1, p. 4, 16 dez. 2004.

CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves; CORRAR, Luiz Joao; SLOMSKI, Valmor. A docência e o desempenho dos alunos dos cursos de graduação em Contabilidade no Brasil. *Contabilidade Vista e Revista*, Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p. 15-37,

out./dez. 2008. Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index. php/contabilidadevistaerevista/article/view/366>. Acesso em: 29 mar. 2016.

CUNHA, Maria Isabel da. Diferentes olhares sobre as práticas pedagógicas no ensino superior: a docência e sua formação. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 525-536, 2004. Disponível em: <http://revistaseletronicas. pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/397>. Acesso em: 29 mar. 2016.

ENRICONE, Délcia et al. *A docência na educação superior*: sete olhares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 130p.

GUIMARÃES, Milla; CITTADIN, Andréia; GIASSI, Dourival; BORTOLUZZI, Morgana. Componentes específicos aferidos no Enade e as matrizes curriculares dos cursos de graduação em ciências contábeis das universidades catarinenses. In: GUIMARÃES, M. L. F.; CITTADIN, A.; GIASSI, D. (Orgs.). *Saberes Contábeis*. 2. ed. Curitiba: Multideia, 2015.p. 13-31.

GUIMARÃES, Milla; VOLPATO, Gildo. Formação Pedagógica: a Percepção dos Docentes do Curso de Ciências Contábeis em uma Instituição de Ensino Catarinense. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, Londrina, v. 17, n. 2, p. 164-171, 2016. Disponível em: <http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/ensino/article/view/3947>. Acesso em: 15 jul. 2016.

LAFFIN, Marcos. *Contabilidade e ensino*: mediações pedagógicas. Florianópolis: Núcleo de Publicações do CED/UFSC, 2011. 293p.

MASETTO, Marcos Tarciso. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2003. 194p.

_____. *Docência na universidade*. São Paulo: Papirus, 1998. 112p.

_____. *O professor na hora da verdade*: a prática docente no ensino superior. São Paulo: Avercamp, 2010. 192p.

MELLO, Maria Aparecida; FRANCISCO, Thiago Henrique. O ser e o fazer da docência: uma reflexão à luz de novas perspectivas metodológicas para o ensino superior. In: PREVE, Daniel; SOUZA, Ismael Francisco de; MELLO, Maria Aparecida (Orgs.). *O saber e o fazer dos docentes no âmbito das ciências sociais aplicadas*. 3. ed. Curitiba: Multideia, 2015. p. 13-28.

MIRANDA, Gilberto; NOVA, Silvia Casa; CORNACHIONE JUNIOR, Edgard. Ao Mestre com Carinho: relações entre as qualificações docentes e o desempenho discente em Contabilidade. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São

Paulo, v. 15, n. 48, p. 462-480, 2013. Disponível em: <https://rbgn.fecap.br/RBGN/article/viewFile/1351/pdf_14>. Acesso em: 29 mar. 2016.

MIRANDA, Gilberto. *Relações entre as qualificações do professor e o desempenho discente nos cursos de graduação em contabilidade no Brasil*. 2011. 211 p. Tese de (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NOSSA, Valcemiro. Formação do corpo docente dos cursos de graduação em Contabilidade no Brasil: uma análise crítica. *Caderno de Estudos*, São Paulo, v. 11. n. 21, p. 01-20, maio/ago. 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cest/article/view/5649>. Acesso em: 16 jun. 2016.

PEDERNEIRAS, Marcleide Macedo et al. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes na visão de líderes formais. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 71, p. 381-400, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2016.

RICHARDSON, Roberto et al. *Pesquisa social*: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 336p.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade*: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 76-96.

STEVENSON, W. J. *Estatística aplicada à administração*. São Paulo: Harbra, 2001. 495p.

VASCONCELOS, Maria Lúcia. *A formação do professor do ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000. 74p.

VOLPATO, G. *Profissionais liberais professores*: aspectos da docência que se tornam referência na Educação Superior. Curitiba: CRV, 2010. 201p.

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS: UM ESTUDO COM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE O SENTIMENTO DE AVERSÃO À PERDA

Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias
Doutora em Administração - Universidade do Extremo Sul Catarinense

Anete Alberton
Doutora em Engenharia de Produção - Universidade do Vale do Itajaí

Amauri de Souza Porto Junior
Mestre em Desenvolvimento Econômico Universidade do Extremo Sul Catarinense

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar quais variáveis de controle influenciam professores universitários quanto ao seu sentimento de aversão à perda em situação de decisão financeira. A revisão teórica abordou as Finanças Comportamentais, a Teoria do Prospecto e Aversão à Perda, baseada nos trabalhos de Kahneman e Tversky (1974; 1979). Utilizou a abordagem quantitativa, por meio da pesquisa de campo *cross-sectional*, com amostra de 105 docentes, cujos dados foram coletados pela aplicação de *survey.* Realizou análise descritiva dos dados e da aplicação do modelo de *regressão Probit.* Os resultados da análise descritiva indicaram que 49,52% dos respondentes não possuem formação em finanças/investimentos, 38,25% prefere distribuir seus investimentos nas modalidades CDB, RDB e Poupança, e 24,62% na aquisição de imóveis. Os resultados sugerem que os respondentes são conservadores e, logo, avessos à perda. Na análise *Probit,* as variáveis que influenciaram foram: sexo, grau de instrução, renda individual, formação específica do indivíduo e distribuição dos investimentos.

Palavras-chave: Finanças comportamentais. Teoria do prospecto. Aversão à perda. Modelo *Probit.*

1 INTRODUÇÃO

Os estudos na área de finanças têm em sua história a corrente neoclássica, a qual privilegia a racionalidade – a utilização de forma sistemática de todas as informações possíveis para subsidiar as esco-

lhas – do tomador de decisão quanto às suas escolhas, ou seja, os agentes econômicos agem de forma racional em suas decisões relativas a seus investimentos, evitando os riscos, e tudo que não se encaixa nessa racionalidade será considerada, nessa proposta, anomalia para a qual a teoria não consegue explicações. Em contraponto a essa teoria, a corrente comportamental baseia seus estudos na identificação de como as emoções e erros cognitivos podem influenciar o processo decisório de investidores. Trata-se de um olhar diferente, porque, ao incorporar variáveis psicológicas, percebe-se que o comportamento do investidor não é totalmente racional, podendo variar de indivíduo para indivíduo.

Os primeiros estudos sobre o comportamento do investidor no processo decisório em situações de risco foram publicados na década de 1970, por Kahneman e Tversky, resultando na *Teoria do Prospecto* ou *Teoria da Perspectiva*, a qual visa comprovar que a teoria da utilidade não consegue explicar a atração pelo risco e também pela segurança no momento do investimento. Nela, os agentes financeiros tomam decisões baseadas em aspectos psicológicos e não somente na racionalidade. Logo, a perspectiva dos estudos comportamentais busca explicitar que a racionalidade dos investidores é limitada.

Para Barberis e Thaler (2003), finanças comportamentais é uma nova abordagem que surgiu, pelo menos em parte, em resposta às dificuldades enfrentadas pelo paradigma tradicional, e alguns fenômenos financeiros podem ser melhor compreendidos por meio de modelos que consideram que alguns agentes não são totalmente racionais. Embora a literatura comportamental ainda não tenha maturidade suficiente para substituir a concepção tradicional, estudos em finanças comportamentais são emergentes e explicam satisfatoriamente fenômenos por vezes inexplicáveis pela abordagem tradicional da economia (ROSA, 2005).

Para Kimura (2001), os estudos nessa área estão em crescimento, dada a sua relevância científica, bem como no desenvolvimento do mercado financeiro. Marcon, Godoi e Silva (2002) enfatizam que a proposta acerca de finanças comportamentais contribui para a cientificidade dos estudos da teoria financeira. Kimura (2001), Milanez (2003), Rosa (2005), Mendes-da-Silva, Yu (2009) e Nogas (2010) esclarecem que, embora a temática seja emergente, ainda é pequena a produção científica no campo de finanças comportamentais. No

levantamento feito acerca das publicações da área de finanças no Brasil, nos encontros da Anpad, entre 2000 e 2008, Camargos, Silva e Dias (2009) verificaram que, na subárea 'mercados financeiros e de capitais', 17,6% das publicações foram no tema: anomalias e finanças comportamentais.

A pesquisa de Nogas (2010) analisou se as variáveis demográficas e socioeconômicas influenciavam os investidores do mercado acionário na sua disposição ao risco. Neste artigo, busca-se replicar em parte a pesquisa realizada por aquele autor, tendo por objetivo, portanto, analisar se variáveis como sexo, estado civil, formação, titulação e formação específica em finanças influenciam professores universitários quanto ao seu sentimento de aversão à perda em situação de decisão financeira.

2 FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

Na década de 1950, iniciaram-se as pesquisas e as reflexões que subsidiaram a Teoria do Prospecto – *Prospect Theory*. Desde então, Maurice Allais discutia uma proposta de escolha sob incerteza baseada na psicologia. Ward Edwards incluiu, nas pesquisas, questões acerca da tomada de decisão, e Herbert Simon, em 1955, questionou se seria possível obter decisões racionais sem acesso a todas as informações necessárias. Slovic, em seus trabalhos publicados em 1969 e 1972, sinalizou a influência dos aspectos psicológicos nas decisões de investimento pelas pessoas. Um dos desdobramentos de tais iniciativas foram as pesquisas em psicologia cognitiva, que buscavam compreender as influências no comportamento das pessoas, neste caso, as decisões dos investidores. Esta perspectiva teve impulso com os resultados da pesquisa de Daniel Kahneman e Amos Tversky na década de 1960, surgindo, na década de 1970, a Teoria Comportamental (BERGER; PESSALI, 2010).

Kahneman e Tversky (1974) discutiram como as pessoas confiam em um número limitado de princípios heurísticos – regras gerais – que reduzem as tarefas complexas de avaliar probabilidades e valores, levando-as, muitas vezes, a erros sistemáticos, em outras palavras, as pessoas se utilizam de atalhos mentais baseados em suas experiências anteriores que os levam a decisões distantes da racionalidade plena.

No trabalho publicado em 1979, Kahneman e Tversky descreveram várias classes de problemas de escolha em que preferências violam sistematicamente os axiomas da teoria da utilidade esperada, e argumentam que ela, como é comumente interpretada e aplicada, não é um modelo adequado. Por meio de problemas com duas opções de resposta aplicados a estudantes, testaram a validade da teoria da utilidade, cujos resultados indicavam a existência de diversos padrões de comportamento que não se adequavam à proposta teórica descritiva. Os autores propuseram, então, uma teoria alternativa de escolha, a Teoria do Prospecto (traduzida muitas vezes como Teoria da Perspectiva), em que o valor é atribuído a ganhos e perdas, em vez de bens finais, e as probabilidades são substituídas por pesos de decisão.

Na pesquisa realizada por Tversky e Kahneman (1981), com estudantes das Universidades de Stanford e Columbia, os autores encontraram evidências de que a mudança de uma perspectiva para uma situação específica pode influenciar e enviesar a escolha de alternativas, constatando que as pessoas, dentro de situações de ganhos certos, são avessas ao risco; nas escolhas que envolvem perdas, são propensas ao risco. Os autores, em 1992, publicam uma nova versão da Teoria do Prospecto – chamada de Teoria da Perspectiva Cumulativa – permitindo diferentes funções de ponderação para ganhos e perdas. Dois princípios – sensibilidade e diminuição da perda de aversão – são incorporados para explicar as características da função de valor e das funções de ponderação. Esta teoria distingue duas fases no processo de escolha: enquadramento – o tomador de decisão constrói uma representação dos atos, contingências e os resultados que são relevantes para a decisão; e avaliação – avalia o valor de cada perspectiva e escolhe-a de acordo.

Nas finanças comportamentais, para Halfeld e Torres (2001), o homem não é totalmente racional, isto é, trata-se de um homem normal, que com frequência age de forma irracional, porque é influenciado por emoções e erros cognitivos que o levam a interpretar uma situação de maneira diferente em função do contexto e da forma como é analisado. Confirmando este argumento, os resultados empíricos da pesquisa de Castro Júnior e Famá (2002) apontaram para o fato de que os tomadores de decisão decidem de forma diferente com relação aos riscos no processo decisório. Daniel, Hirshleifer e Teoh (2002) indicaram que o tempo, memória e atenção são os limites cognitivos

do processo decisório. Em contraponto com o modelo tradicional, nas finanças comportamentais, tem sido argumentado que alguns fenômenos financeiros podem plausivelmente serem entendidos por meio da utilização de modelos em que alguns agentes não são totalmente racionais em duas perspectivas: *limites de arbitragem* – argumenta que pode ser difícil para os investidores racionais desfazerem os deslocamentos causados por investidores menos racionais; e *psicologia* – cataloga os tipos de desvios de racionalidade no processo de decisão (BARBERIS; THALER, 2003).

Dentre os estudos brasileiros, Kimura (2003) apresentou a aplicação da metodologia para avaliação quantitativa de reações anormais de preço (metodologia para identificar oportunidades de ganhos por meio da exploração de estratégias contrárias e de momento). Os resultados sugeriram que os aspectos comportamentais têm uma influência marginal sobre os preços das ações do mercado brasileiro, indicando que "o excesso de confiança, o conservadorismo exagerado e outros vieses de julgamento dos investidores não chegam a limitar consideravelmente a eficiência do mercado e os ajustes através do processo de arbitragem" (KIMURA, 2003, p. 13).

Kimura e Cruz Basso (2003) reaplicaram, em amostra brasileira composta por alunos e professores universitários, os experimentos seminais de Kahneman e Tversky (1979), a fim de verificar como se davam as escolhas individuais em situações hipotéticas de certeza ou incerteza. Os resultados apontaram para a existência de vieses de percepção no processo decisório. Kimura, Cruz Basso e Krauter (2006) ratificaram que o comportamento humano sofre influência de aspectos psicológicos que podem levar à distorção na identificação e na percepção dos fatos, induzindo a uma escolha fundamentada em julgamentos individuais não privilegiando a racionalidade.

Nunes et al. (2009) investigaram a ocorrência de episódios de racionalidade limitada na tomada de decisões de acadêmicos de Administração, descrevendo a influência da heurística da representatividade e o impacto do efeito reflexo sobre os estudantes sob a perspectiva dos estudos de Tversky e Kahneman (1974) e Kahneman e Tversky (1979). Os resultados da pesquisa apontaram que os acadêmicos envolvidos no estudo nem sempre se mantêm racionais em decisões de investimento sob risco.

Bastos e Gonzales (2010) buscaram entender o comportamento dos investidores brasileiros no mercado de capitais, antes e durante o estouro da crise financeira, iniciada em agosto de 2007. Os resultados desse estudo apontaram que os investidores não são totalmente racionais, e que, quando eles se sentem confiantes, compram excessivamente, pressionando os preços de mercado das ações; enquanto que, em momentos de incerteza, eles se tornaram temerosos na compra de ações.

Mais recentemente, Campos e Gomes (2012) investigaram a influência dos aspectos comportamentais no processo decisório, considerando os aspectos psicológicos, tais como componente humano e de mercado, a fim de verificar se há melhoria no desempenho das atividades dos *traders*, chamando à atenção para a personalidade do investidor e para o sentimento presente nos mercados financeiros.

2.1 Aversão à perda

A teoria da racionalidade não aceita comportamentos diante de uma escolha que não sejam o de análise sistematizada das informações disponíveis; os demais comportamentos são considerados anômalos nessa proposta. As finanças comportamentais veem, nesses vieses comportamentais, situações que podem sim influenciar o processo decisório dos agentes financeiros e, partindo dessa premissa, busca explicar esses "desvios" de comportamento, dentre eles a aversão à perda, ou seja, o fato de os indivíduos sentirem mais pelo que perdem do que pelo que ganham.

Para Kahneman e Tversky (1979), as pessoas reagem diferentemente frente a uma situação em função da maneira como ela é colocada, isto é, se for em forma de ganho ou de perda, já que elas tendem a não gostar da perda. Logo, em uma situação de risco, a pessoa opta pela alternativa em que há alguma chance de não haver perda devido a sua aversão à perda. Em outras palavras, os investidores preferem um ganho menor com maior probabilidade de acerto do que o inverso. Kahneman e Tversky (1984) discutiram aspectos cognitivos e os determinantes psicofísicos de escolha em contextos de risco e sem risco. A abordagem psicofísica, para a tomada de decisão, pode ser atribuída, segundo os autores, a Daniel Bernoulli (1738/1954), que procurou explicar o porquê de as pessoas geralmente serem avessas ao risco, e

porque o risco diminui com o aumento da riqueza; uma preferência por um resultado certo ao longo de um jogo que tem expectativa maior ou igual é chamado de aversão ao risco; enquanto que a rejeição de algo certo em favor de uma expectativa menor ou igual é chamada de risco procurado. Tversky e Kahneman (1991) ratificaram que, na aversão à perda, a ênfase é mais acentuada no domínio negativo do que no positivo: as perdas parecem maiores do que os ganhos correspondentes. Kahneman, Knetsch e Thaler (1991) contribuíram ao acrescentar que a aversão à perda não afeta todas as transações, mas principalmente os bens comprados para uso e não aqueles adquiridos para revenda.

Benartzi e Thaler (1995) introduziram o conceito de Aversão Míope à Perda – *Myopic Loss Aversion* – combinando dois importantes conceitos de finanças comportamentais, a saber: *aversão à perda* – tendência de as pessoas serem mais sensíveis à perda do que aos ganhos, papel central na Teoria Perspectiva de Kahneman e Tversky (1979); e *contabilidade mental* (KAHRIEMAN; TVERSKY, 1984; THALER, 1985) – método de avaliação que as pessoas usam para verificar as consequências de suas escolhas financeiras. A Aversão Míope à Perda propõe que o investidor não avalia as alternativas em toda a sua sequência, levando-o a perceber investimentos arriscados como menos atrativos. Em pesquisa empírica para ratificar a proposta, Thaler et al. (1997) fizeram pesquisa com 80 alunos de graduação da Universidade da Califórnia – Berkeley – e consideraram que a miopia e a aversão à perda podem ser características cognitivas do ser humano e, em geral, essas características não produzem bom efeito nas decisões. No entanto, algumas características do ambiente podem torná-lo mais fácil ou mais difícil para a perda de investidores avessos a erros.

Novemsky e Kahneman (2005) esclareceram que, embora a aversão à perda tenha sido originalmente estudada com respeito à escolha entre duas apostas de resultado monetário, pesquisadores identificaram a aversão à perda em muitos contextos e áreas, incluindo que são importantes, por exemplo, para os gerentes de marketing e os consumidores. Eles examinaram a aversão à perda com risco e sem risco simultaneamente com estudantes da graduação em situações de compra e venda, buscando compreender os limites desse fenômeno.

Johnson, Gächter e Herrmann (2006) sugeriram quatro possíveis caracterizações do impacto relativo de perdas e ganhos: I – po-

deria ser uma constante, o valor das perdas tem duas vezes o impacto dos ganhos; II – poderia ser uma diferença individual sistemática; III – poderia ser uma propriedade/característica do atributo; IV – poderia ser um processo de construção preferencial, ou seja, uma propriedade de diferentes processos usados para construir preços de venda e de compra. A pesquisa dos autores foi realizada com 360 pessoas que residiam em trinta cidades da Alemanha, Áustria e Suíça, e que haviam adquirido um determinado tipo de automóvel, com o objetivo de examinar o comportamento relativo à aversão à perda, no plano individual. Os resultados da pesquisa apontaram que, como seus entrevistados eram pessoas de mais idade e com menos educação formal, elas se mostraram com mais aversão às perdas. Eles sugerem que pesquisas realizadas com estudantes podem subestimar a importância acerca do tema aversão à perda.

No Brasil, Marcon, Godoi e Silva (2002, p. 5) estudaram o sentimento de aversão à perda sob a ótica do investidor, considerando as contribuições da teoria psicanalítica. Para os autores: "A contribuição específica da teoria psicanalítica para as finanças do comportamento reside justamente nessa inconsciência dos motivos que determinam o tipo de envolvimento do indivíduo com o dinheiro. O modo de lidar com o dinheiro seria apenas o reflexo das emoções e dos processos inconscientes". Os autores apresentaram os resultados de sua pesquisa qualitativa em categorias analíticas, a saber: *influência familiar* – os significados associados ao dinheiro são originários da infância; *investimento financeiro e investimento pulsional* – os entrevistados não se consideram investidores, porque gerenciam os recursos financeiros de terceiros e não os seus próprios; *perda e risco* – acreditam que são partes inerentes ao processo de investimento financeiro; *culpa* – sentem-se culpados quando não há sucesso; *mecanismos de defesa e racionalização* – o investidor lança mão de um conjunto de operações a fim de reduzir e ou suprimir o risco; *medo, angústia e aversão* – o medo leva o investidor a ser mais cuidadoso, impondo certos limites às ações; e a *aversão à perda* – cada investidor tem formas diferentes de lidar com o risco e com a perda.

Na pesquisa de Castro Júnior e Famá (2002, p. 28-29), os estudantes do curso de Administração mostraram-se avessos à perda, embora as percepções pessoais aparentemente tenham influenciado

as decisões de investimentos – "Para o prospecto das perdas, as pessoas preferem até correr o risco de perder uma quantia maior que *x,* se tiveram ainda a possibilidade de não perder nada, em vez da certeza de perder *x*.".

Nogas (2010) discutiu que a disposição ao risco sofre influências psicológicas de personalidade, comportamento e suas relações no contexto em que o investidor do mercado acionário brasileiro está inserido, em função de seu conhecimento e experiências de mundo. O autor, primeiramente, traçou o perfil dos participantes da pesquisa com relação às variáveis demográficas e socioeconômicas, formação/conhecimento sobre finanças e, na sequência, apresentou questões acerca do comportamento dos respondentes em relação ao risco. Os principais resultados apontados pelo autor com relação aos investimentos no mercado acionário foram que haverá maior disposição ao risco de pessoas: do sexo masculino; com *status* profissional mais elevado; de faixas de renda maior; com maior grau de escolaridade; e com experiência com ganhos expressivos. Por outro lado, existe influência negativa com relação à disposição ao risco, em investidores com maior número de dependentes.

3 MÉTODO

Nesta pesquisa, optamos pela abordagem quantitativa, a qual, para Martins e Lintz (2007), possibilita mensurar e relacionar as variáveis. Este estudo buscou verificar se as variáveis de controle – sexo, estado civil, formação, titulação e grau de instrução específico em finanças – influenciam professores universitários quanto ao seu sentimento de aversão à perda em situação de decisão financeira. É descritiva, já que o estudo tem como objetivo descrever os aspectos comportamentais quanto à aversão à perda dos docentes vinculados a uma instituição de ensino superior.

Foi realizada pesquisa de campo *cross-sectional*, em um universo de 527 professores universitários por meio da coleta de dados realizada pela aplicação de *survey.* Desse universo, obteve-se o retorno de 105 instrumentos, passando, dessa maneira, a constituir a amostra da pesquisa.

Nesta pesquisa, utilizamos o questionário proposto por Nogas (2010) para investidores do mercado acionário, aqui adaptado para professores universitários – objeto da pesquisa. O instrumento adaptado teve a configuração apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Partes Constituintes do Instrumento de Pesquisa

Blocos	Objetivos
I – Perfil do participante	Traçar um perfil do respondente por meio das variáveis de controle: sexo, grau de instrução, formação acadêmica, profissão, estado civil, renda e números de dependentes.
II - Formação em finanças	Verificar o conhecimento, experiência e formação específica em aplicações financeiras e investimentos.
III – Investimentos	Levantar as formas de investimento utilizadas pelos respondentes, bem como as orientações que eles seguem em situações de investimento.
IV – Aversão à perda	Identificar o comportamento do investidor frente à perda.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Realizamos a análise descritiva dos resultados e o cálculo da probabilidade de um indivíduo ser avesso à perda mediante o rol de variáveis construídas por meio do questionário aplicado. Algumas variáveis independentes são de natureza multinomial desordenada, impossibilitando a aplicação direta no modelo *probit*. Optou-se pela transformação das alternativas de escolhas dessas perguntas em variáveis binárias, a fim de serem utilizadas no modelo estatístico. Para tanto, foi adequada à aplicação de um modelo de *regressão probit*, que exige a transformação da variável dependente em uma variável binária (CAMERON; TRIVEDI, 2005). O teste foi aplicado mediante o rol das variáveis independentes, apresentadas em blocos conforme exposto no Quadro 1.

No presente trabalho, consideramos que a questão *Quando se trata de decidir como investir o seu dinheiro, você se descreve como uma pessoa que:* permitiu aos indivíduos entrevistados se classificarem conforme as seguintes alternativas de escolha: i) Aceita riscos na maioria das vezes; ii) Às vezes aceita riscos; iii) Aceita e evita riscos de modo equilibrado; iv) Raramente aceita riscos; v) Evita riscos; e vi) Nunca aceita riscos.

Adotamos que os indivíduos que escolheram as alternativas (iv), (v) e (vi) são aqueles que declaram algum grau de aversão ao risco, enquanto as demais alternativas caracterizam indivíduos que se declararam propensos ao risco. A variável dependente binária recebe, portanto, a seguinte classificação:

Aversão ao risco = 1, caso o entrevistado escolha entre (iv), (v) ou (vi);
= 0, caso contrário.

A partir dessa determinação, foi possível construir uma equação para a probabilidade de um indivíduo ser avesso ao risco com o seguinte formato:

$$P_i(Av.Risco) = \lambda(B1)_i + \phi(B2)_i + \psi(B3)_i + \omega(B4)_i + \varepsilon_i$$

Sendo:

$P_i(Av.Risco)$: a probabilidade do indivíduo ii ser avesso ao risco;

$(B1)_i$: o vetor das variáveis especificadas no Bloco I do Quadro 2 para cada indivíduo ii;

$(B2)_i$: o vetor das variáveis especificadas no Bloco II do Quadro 2 para cada indivíduo ii;

$(B3)_i$: o vetor das variáveis especificadas no Bloco III do Quadro 2 para cada indivíduo ii;

$(B4)_i$: o vetor das variáveis especificadas no Bloco IV do Quadro 2 para cada indivíduo ii;

$\lambda, \phi, \psi, \omega$: os vetores dos coeficientes estimados para cada variável analisada;

ε_i : o termo de erro aleatório para cada indivíduo ii.

Os resultados da aplicação estatística geraram coeficientes, desvios padrões e os respectivos *z-valores* para o teste da hipótese nula

do coeficiente estimado ser igual a zero contra a hipótese alternativa e, desse mesmo, o coeficiente ser diferente de zero. Rejeitamos, então, aquelas variáveis cujos coeficientes estimados foram estatisticamente iguais a zero e não rejeitamos aquelas variáveis cujos coeficientes estimados foram estatisticamente diferentes de zero. Caso um coeficiente estimado fosse positivo, interpretamos como medida de correlação positiva entre a variável em questão *versus* a probabilidade de um indivíduo ser avesso ao risco, e o inverso também é verdadeiro. Por exemplo: caso o coeficiente para a variável obtida por meio da questão *Indique seu grau de concordância ou discordância em relação às afirmações a seguir: Em seus investimentos, você prefere um retorno inferior a assumir um risco mais elevado,* seja positivo, consideramos que indivíduos que concordaram com essa afirmação são mais avessos à perda. O mesmo raciocínio se estende às demais variáveis.

Para fins de comparação de desempenho entre os modelos estimados, utilizamos os critérios de informação de Akaike (AIC) e o critério de informação Bayesiana (BIC) (AKAIKE, 1973, 1978). Ambos os critérios de informação avaliam a qualidade de ajuste do modelo dada a sua complexidade e número de variáveis: quanto menor o valor calculado para essa estatística, melhor o desempenho relativo do modelo. Na apresentação dos resultados descritivos e do modelo, foram eleitas as variáveis que apresentaram resultados estatísticos significativos. Optamos por estimar cinco modelos distintos, apresentados e analisados na seção 5.5 de resultados.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Bloco I - Perfil do participante

Da amostra de 105 participantes, 59,04% são do sexo feminino e 40,963% do sexo masculino. A maioria dos participantes é casado ou mantém união estável – 74,04%. Com percentuais próximos estão: solteiros (13,46%) e separados/divorciados (12,50%). Quanto ao número de dependentes, 25,70% possuem três dependentes ou mais; 32,39% têm dois dependentes; 25,71% possuem um dependente; e apenas 16,19%, com nenhum dependente. Na questão acerca da ren-

da pessoal dos participantes, os respondentes tinham sete opções de valor e uma de preferência a não responder. Verificamos que a faixa de renda com maior número de respondestes foi de R$ 5.000,00 a R$ 7.500,00 com 43,81%.

Relativo à titulação, verificamos que a maior parte, 56,20%, tem o título de mestre, seguidos com 25,71% dos participantes com especialização ou MBA, 12,38% – doutorado, 4,76% – pós-doutorado e não responderam 0,95%. Esse resultado está em conformidade com a variável renda, haja vista a maior parte ter renda entre R$ 5.000,00 a R$ 7.500,00. Com relação à área de formação acadêmica, é preponderante a formação em Ciências Sociais Aplicadas com 30,48%. Quando perguntados sobre a sua profissão ou ocupação principal atual, os participantes responderam vinte opções diferentes; 72,15% têm como principal ocupação a docência; 3,79% são consultores empresariais; 2,53% administradores, e cada uma das demais ocupações com 1,26%.

4.2 Bloco II – Formação em finanças

A pergunta buscava obter a informação acerca da formação específica em finanças/investimentos. Os resultados apontaram que os docentes pesquisados, de modo geral, não possuem formação para ser investidor, bem como não possuem muito experiências em aplicações financeiras. Os respondentes informaram não possuir nenhuma formação (49,52%) seguida por nada formal, mas que há leitura (26,67%). Opções com cursos específicos de curta duração ficaram com percentuais menores.

4.3 Bloco III – Investimentos

Com o objetivo de verificar sobre os investimentos dos respondes que indicaram haver investimentos, perguntamos como é feita a maior parte dos investimentos dos respondentes: 68,57% informaram que utilizam banco para fazer suas aplicações financeiras.

Sobre o que era levado em consideração prioritariamente como orientação para o investimento, considerando juntas as opções 'analistas/gerentes de negócios' e 'imprensa especializada', verificamos que a maioria (57,15%) dos respondentes segue as orientações de es-

pecialistas, mas 31,43% seguem a sua própria intuição para definir a melhor opção de aplicação financeira e investimento.

Na pergunta acerca das formas de investimento utilizadas pelos respondentes, bem como as orientações que eles seguem em situações de investimento, os respondentes tinham que, para cada questão, indicar os percentuais aproximados (100%, 75%, 50%, 25%, 0%), de modo que a soma de cada questão resultasse em 100% em relação à forma de investimento. Verificamos que 38,25% dos respondentes demonstraram preferência por investimentos nas modalidades CDB, RDB e Poupança, seguidos 24,62% por com aquisição de imóveis e 14,46% previdência privada.

4.4 Bloco IV – Aversão à perda

Neste bloco foi identificado o comportamento do investidor com relação à perda. A primeira questão aborda como o respondente se descreve ao decidir como investir seu dinheiro. Se forem consideradas em conjunto, as opções que apontam aversão à perda: 45,71% 'Evita risco' e 14,29% 'Raramente aceita riscos', ou seja, a maioria (60%) é avesso à perda.

Na questão sobre como o respondente se vê como um investidor: racional ou se segue seus instintos, verificamos, que, na percepção dos respondentes, eles são investidores racionais (60,95%), ou seja, são avessos à perda.

Acerca dos objetivos que os respondentes têm sobre seus investimentos, solicitamos que indicassem o mais importante, os quais, apesar de desejarem um retorno maior, mostraram-se avessos à perda. As respostas indicaram investidores que não desejavam arriscar, mesmo com a possibilidade de um ganho maior: 37,98% preferiram a compra de um bem ou investir na educação dos filhos, 27,85% preferem preservar o patrimônio e 26,58% garantir uma aposentadoria tranquila.

Os participantes da pesquisa foram questionados sobre a prioridade no momento de investir. Os resultados apontaram que, para 71,43%, o maior interesse é o retorno esperado – Tabela 1. Esses resultados estão em consonância com os de Kahneman e Tversky (1979),

em que os indivíduos optaram por uma alternativa com menor ganho, mas também menor risco.

Tabela 1 - Prioridades do Investidor

Prioridade como Investidor	**Freq.**	**%**
Retorno esperado	75	71,43
Risco / probabilidade de perda	17	16,19
Recebimento de dividendos	7	6,67
Ativos que ganharam valor recentemente	3	2,86
Não informaram	3	2,86
Total	105	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 2 apresenta os resultados das questões relativas à *Aversão à Perda*. Os respondentes indicavam seu grau de concordância por meio de uma escala do tipo *Likert*.

Tabela 2 - Aversão à Perda — Frequências percentuais

Aversão à perda	Discordo totalmente		Discordo mais que concordo		Nem discordo, nem concordo		Concordo mais que discordo		Concordo totalmente		Não informaram	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Quando investe em ações, procura aquelas que tenham apresentado melhores retornos nos últimos meses.	3	2,86	8	7,62	31	29,5	26	24,8	34	32,4	3	2,86
É importante saber quanto o seu investimento renderá no futuro.	2	1,9	4	3,81	6	5,71	25	23,8	67	63,8	1	0,95
Não gosta de "fortes emoções" nos seus investimentos.	4	3,81	6	5,71	9	8,57	31	29,5	53	50,5	2	1,90
Quando investe o seu dinheiro, um retorno seguro é muito importante para você.	1	0,95	2	1,9	10	9,52	22	21	70	66,7		
Investir no mercado de ações não é tão arriscado quanto se acreditava em geral.	14	13,3	27	25,7	34	32,4	22	21	3	2,86	5	4,76

Você prefere manter o seu dinheiro em uma conta de poupança porque se sente mais seguro(a).	8	7,62	12	11,4	22	21	24	22,9	37	35,2	2	1,90
O maior risco é não aceitar riscos nas decisões de investimentos.	13	12,4	24	22,9	27	25,7	24	22,9	12	11,4	5	4,76
Em seus investimentos, você prefere um retorno inferior do que assumir um risco mais elevado.	4	3,81	8	7,62	18	17,1	42	40,00	31	29,5	2	1,90
Quando investe o seu dinheiro, quer ter o retorno sob controle.			8	7,62	5	4,76	37	35,2	52	49,5	3	2,86
Você busca altos retornos, mesmo que tenha que assumir riscos mais elevados.	36	34,3	28	26,7	18	17,1	16	15,2	2	1,90	5	4,76
Você se dispõe a tomar empréstimos para fazer bons investimentos.	53	50,5	12	11,4	14	13,3	18	17,1	5	4,76	3	2,86
Você não sairia do seu emprego enquanto não estivesse seguro de que teria outro melhor.	6	5,71	8	7,62	10	9,52	28	26,7	52	49,5	1	0,95
Quando investe, seus planos consideram ter uma quantia certa de dinheiro em uma data futura.	3	2,86	7	6,67	16	15,2	35	33,3	41	39,1	3	2,86
Você acredita que seu conhecimento em finanças lhe ajudará a fazer melhores investimentos no futuro.	7	6,67	18	17,1	24	22,9	33	31,4	20	19,1	3	2,86
Você acredita que resultado das aplicações financeiras depende puramente de sorte.	57	54,3	25	23,8	13	12,4	7	6,67	1	0,95	2	1,90

Fonte: Dados da Pesquisa

Pelos resultados da Tabela 2, exceto a questão "O maior risco é não aceitar riscos nas decisões de investimentos", os respondentes se mostram avessos à perda. Para Kahneman e Tversky (1979), os indivíduos, em uma situação de risco, preferem ter alguma chance de não haver perda, mesmo que tenha que optar por um ganho menor com maior probabilidade de acerto do que o inverso.

4.5 Aplicação e Resultados do Modelo de Regressão *Probit*

No Quadro 2, são apresentados os resultados da regressão *Probit* para os cinco modelos estimados.

Quadro 2 - Resultados dos Modelos Probit

Variável	Bloco	Modelos				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
sexo	I	-0,4566 (0,3788) -1,21	-0,5560 (0,3053) -1,82*			
grau_instrucao	I	0,8632 (0,3310) 2,61***	0,5754 (0,2389) 2,41**	0,7927 (0,3150) 2,56**		0,8936 (0,3178) 2,81***
renda_indiv	I	-0,4422 (0,2048) -2,16**	-0,3340 (0,1617) -2,07**	-0,3265 (0,1788) -1,83*		-0,4197 (0,1913) -2,19**
form_financ	II	-0,3122 (0,1408) -2,22**	-0,3342 (0,1104) -3,03***	-0,2617 (0,1175) -2,23**	-0,3217 (0,1106) -2,91***	-0,2762 (0,1105) -2,50**
distrib_acoes	III	0,3081 (3,1434) 0,10	-2,5658 (2,3530) -1,09			
distrib_cdb_poup	III	1,2630 (0,7122) 1,77*	1,2911 (0,5437) 2,37**			1,0110 (0,5933) 1,70*
distrib_prev_priv	III	0,9702 (0,8579) 1,13	0,9909 (0,7183) 1,38			
vis_merc_acoes	IV	-0,3006 (0,1940) -1,55		-0,2442 (0,1850) -1,32	-0,2885 (0,1734) -1,66*	

vis_retorn_inf	IV	0,3395 (0,2146) 1,58		0, 4214 (0,1699) 2,48**	0,4056 (0,1589) 2,55**	0,4034 (0,1635) 2,47**
vis_din_fut	IV	0,5032 (0,1908) 2,64***		0,4914 (0,1804) 2,72***	0,4091 (0,1586) 1,76**	0,5472 (0,1848) 2,96***
vis_retorn_sorte	IV	0,2883 (0,2418) 1,19		0,3295 (0,2177) 1,51	0,3471 (0,1976) 1,76*	
Const		-1,9220 (1,8845) -1,02	1,3240 (0,6799) 1,95	-2,9201 (1,4959) -1,95**	-1,8437 (1,1009) -1,67*	-3.4288 (1,2583) -2,72***
Número de observações		94	99	97	98	96
Log Likelihood		-35,6304	-47,3550	-39,3256	-43,5510	-39,6132
Pseudo R^2		0,4259	0,2817	0,3800	0,3182	0,3710
LR Chi^2		52,85***	37,14***	48,20***	40,64***	46,73***
Akaike IC		95,2608	110,7102	94,6513	99,1020	93,2264
Bayesian IC		125,7804	131,4711	115,2491	114,6119	111,1769

Os valores abaixo dos coeficientes estimados representam o desvio padrão (entre parênteses) e o z-valor.
***: Significativo até 1%.
**: Significativo até 5%.
*: Significativo até 10

Fonte: Dados da pesquisa.

A regressão apresentada no modelo (1) e a regressão apresentada na coluna (5) foram realizadas com variáveis explícitas em todos os blocos do Quadro 1 simultaneamente. As variáveis contidas no Bloco I, as que mensuraram o *maior grau de instrução concluída pelo indivíduo* (grau_instrucao) e a *renda individual* (renda_indiv), apresentaram resultados significativos aos níveis de 1% e 5%, respectivamente. O sinal dos coeficientes estimados foi, respectivamente, positivo para a variável de grau de instrução e negativo para a variável de renda do indivíduo, sugerindo que, quanto maior o grau de instrução do entrevistado, maior é a sua aversão ao risco, e também que, quanto maior a renda individual, menor será o grau de aversão ao risco do entrevistado. A

variável que descreve o *sexo* do indivíduo (sexo) não apresentou nível de significância, não sendo possível concluir se pertencer ao sexo masculino ou feminino faz do indivíduo mais avesso ao risco neste modelo.

No mesmo modelo (1), a variável que mensurava a *formação específica em finanças* (form_financ), pertencente ao Bloco II, apresentou coeficiente negativo e significativo ao nível de 5%. Esse resultado sugere que, quanto maior o grau de formação específica do indivíduo, menor será o seu grau de aversão ao risco. Um fator que chamou muito a atenção nesta pesquisa foi o fato de essa variável ser significativa não somente no modelo (1), mas em todos os outros modelos também e, ainda, que os coeficientes estimados foram também todos negativos.

Das variáveis do Bloco III, destacou-se apenas a variável que mensurava o *percentual das aplicações do indivíduo distribuídas em CDB e/ou Poupança* (distrib_cdb_poup). O coeficiente estimado foi positivo e significativo ao nível de 10%, sugerindo exatamente aquilo que se esperava por tratar-se de um investimento caracterizado como conservador: quanto mais alto for o percentual aplicado em CDB e/ou poupança, maior a probabilidade de o indivíduo ser avesso ao risco. As demais variáveis do Bloco III não apresentaram resultados estatisticamente significantes nesse modelo.

Por fim, apenas uma das quatro variáveis contidas no Bloco IV, no modelo (1), apresentou resultado significativo ao nível de 1%, referente à questão em que o entrevistado indicava seu grau de concordância em relação à afirmação *Quando investe, seus planos consideram ter uma quantia certa de dinheiro em uma data futura.* (vis_din_fut). O sinal do coeficiente estimado para a variável é positivo, sugerindo que pessoas que concordam com essa afirmação são avessas ao risco, e pessoas que discordam são mais propensas ao risco.

O modelo (1) apresentou resultados significativos somente para cinco dos doze coeficientes estimados. Essa fragilidade é justificada em função do tamanho amostral reduzido, implicando grande desvio padrão para os dados tabulados, e resultando em estimadores cujos *z-valores* não permitiram a rejeição da hipótese nula testada. Uma possível solução para esse problema seria realizar a estimativa de modelos paralelos, ignorando alguns blocos de variáveis expostos no Quadro 1. Desse modo, optamos por construir os modelos (2), (3), (4) e (5).

O modelo (2) contém exatamente as mesmas variáveis testadas no modelo (1), com exceção daquelas que compunham o Bloco IV. A omissão dessas variáveis permitiu ganho de significância para uma variável contida nos Bloco III: a variável que mensurava o *percentual das aplicações do indivíduo distribuídas em CDB e/ou Poupança* (distrib_cdb_poup). O coeficiente estimado apresentou sinal positivo e significativo ao nível de 5%. Um resultado peculiar observado no modelo (2) foi a não rejeição da variável de sexo, pertencente ao Bloco I. A interpretação do coeficiente negativo e significativo ao nível de 10% nos disse que mulheres tendem a se declarar mais avessas ao risco se comparada aos homens que responderam ao questionário[2].

O modelo (3) possui as mesmas variáveis analisadas no modelo (1) com exceção da variável sexo (Bloco I) e das variáveis de distribuição do portfólio de investimentos (Bloco III). Analisando esse modelo, das variáveis pertencentes ao Bloco IV destacaram-se "vis_retorn_inf" e "vis_din_fut", ambas com os mesmos sinais positivos apresentados no modelo (1), sobressaindo-se o ganho de significância estatística para a variável "vis_retorn_inf", ao nível de 5%. Essa variável mensura o grau de concordância do entrevistado sobre a seguinte afirmação: *Em seus investimentos, você prefere um retorno inferior do que assumir um risco mais elevado*. Esse ganho de significância permitiu concluir que os entrevistados que concordaram com a afirmação se declararam mais avessos aos riscos se comparados aos entrevistados que discordaram.

O modelo (4), por sua vez, é similar ao modelo (3), exceto pela exclusão das variáveis dos Blocos I e III. Essa exclusão de variáveis permitiu o ganho de significância para a variável construída sobre a questão na qual o entrevistado indicava seu grau de concordância com a afirmação *Investir no mercado de ações não é tão arriscado quanto se acreditava em geral* (vis_merc_acoes). O coeficiente foi estimado com sinal negativo e significativo ao nível de 10%, sugerindo que os professores que concordaram com essa afirmação são mais propensos aos riscos. Destaca-se nesse modelo o ganho de significância para a variável que mensurava o grau de concordância com a afirmação *Você acredita que resultado das aplicações financeiras depende puramente*

[2] A variável "sexo" é binária e assume os valores "1" caso o entrevistado fosse do sexo masculino e "0" caso o entrevistado fosse do sexo feminino.

de sorte (vis_retorn_sorte). Ela apresentou sinal positivo e significância estatística ao nível de 10%, sugerindo que os entrevistados que concordaram com essa afirmação são indivíduos avessos ao risco.

Por fim, o modelo (5) foi uma regressão binária que contém variáveis que apresentaram o melhor desempenho estatístico nos modelos anteriores, permitindo uma combinação de elementos analisados nos Blocos I, II, III e IV. Os sinais estimados para os coeficientes foram idênticos aos dos modelos anteriores, sendo a variável "distrib_cdb_poup" a única a apresentar significância estatística ao nível de 10%. A variável "form_financ" apresentou sinal negativo e é significativo ao nível de 5%, apresentando um desempenho inferior ao verificado no modelo (4), entretanto sem prejuízo para o modelo. As variáveis "grau_instrucao" e "vis_din_fut" apresentaram ganho de significância estatística se comparadas aos modelos anteriores.

A comparação dos resultados finais de todos os modelos, indicadas pela Razão de Verossimilhança Chi-quadrado (LR Chi^2) indicaram que nenhum modelo corre o risco de que seus estimadores fossem todos, simultaneamente, iguais a zero a um nível de significância de 1%. A análise dos Critérios de Informação de Akaike e Bayesiano (Akayke IC e Bayesian IC, respectivamente) nos permitiram concluir que o modelo (5) possuiu um melhor desempenho para a explicação da probabilidade de um indivíduo se declarar avesso ao risco se comparado aos demais modelos. Ou seja, consideramos que os modelos que melhor explicam o grau de aversão ao risco dos indivíduos entrevistados foram aqueles que continham as variáveis pertencentes ao Bloco IV em detrimento dos modelos que priorizavam as variáveis do Bloco III e dos Blocos III e IV simultaneamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise descritiva, quanto ao perfil dos respondentes – Bloco I, dos 105 participantes, 59,04% são do sexo feminino; 74,04% são casados ou mantêm união estável; 43,81% dos respondentes têm renda na R$ 5.000,00 a R$ 7.500,00; 56,20% com titulação de mestre; e têm como principal profissão a docência – 72,15%.

Acerca da formação específica em finanças/investimentos – Blocos II e III, 49,52% dos respondentes não a possuem. Também veri-

ficamos que os respondentes têm preferência (38,25%) por distribuir seus investimentos nas modalidades CDB, RDB e Poupança e 24,62% na aquisição de imóveis. Os resultados sugerem que os respondentes são conservadores e, logo, avessos à perda.

Ainda na análise descritiva, no Bloco IV, como os respondentes se percebem quando ao decidir como investir seu dinheiro, os resultados apontaram que são avessos à perda: 45,71% 'Evita risco' e 14,29% 'Raramente aceita riscos'; e na percepção dos participantes, eles são investidores racionais (60,95%). Outros resultados obtidos que ratificam a aversão à perda: 71,43% afirmaram que o maior interesse deles é o retorno esperado; também o fato de indicarem que o fator mais importante no momento do investimento ser a compra de um bem ou investir na educação dos filhos (37,98%).

Na regressão *Probit*, das variáveis apresentadas no Bloco I: embora não se tenha mostrado significante nos cinco modelos, no modelo (2), os resultados apontaram que mulheres tendem a declarar-se mais avessas à perda quando comparadas aos homens participantes desta pesquisa, o que ratifica o encontrado por Nogas (2010) em que o sexo masculino apresenta comportamento de maior disposição ao risco em investimentos. Quanto maior o grau de instrução do entrevistado, maior foi a sua aversão à perda, e quanto maior a renda individual, menor o grau de aversão à perda do participante. Nogas (2010, p. 135-136), em sua pesquisa, também obteve resultado semelhante: "[...] faixa de renda mais elevada influencia positivamente na disposição ao risco em investimentos no mercado acionário".

Quanto à formação específica em finanças – Bloco II, os resultados sugerem que quanto maior o grau de formação específica do indivíduo, menor será o seu grau de aversão ao risco. Nogas (2010) verificou que tanto o conhecimento relacionado com a formação e a experiência com o fato de trabalhar com finanças, a experiência em aplicações financeiras influencia positivamente na disposição ao risco em investimentos no mercado acionário.

Acerca da variável que mensurava o *percentual das aplicações do indivíduo distribuídas em CDB e/ou Poupança* (DF: CDB e Poupança) – Bloco III, ratificada nos resultados dos modelos (1) e (2), indicaram investidores conservadores, logo, avessos à perda, já que a preferência se deu por aplicações em CDB e/ou poupança. Tal resultado está em

conformidade com Kahneman e Tversky (1979), os quais defenderam que os investidores valorizam mais o retorno certo, mesmo que pequeno, do que o provável, porém maior, exceto se o retorno provável for muito maior ou pouco menor do que o certo.

No modelo (4), a questão em que o respondente indicava seu grau de concordância com a afirmação *Investir no mercado de ações não é tão arriscado quanto se acreditava em geral*, cujo resultado sugere que os professores que concordaram com essa afirmação são mais propensos aos riscos. Também a variável que mensurou o grau de concordância com a afirmação *Você acredita que resultado das aplicações financeiras depende puramente de sorte* demonstra que os participantes desta pesquisa são indivíduos avessos ao risco.

A fim de realizar uma combinação dos elementos analisados nos Blocos I, II, III e IV, realizamos o modelo (5), em que obtivemos os mesmos resultados dos demais modelos. A análise dos Critérios de Informação de Akaike e Bayesiano (Akayke IC e Bayesian IC, respectivamente) nos permitiram considerar que o modelo (5) possuiu um melhor desempenho para a explicação da probabilidade de um indivíduo se declarar avesso ao risco se comparado aos demais modelos apresentados, porque continha todas as variáveis dos quatro blocos.

Por fim, verificamos que as variáveis que influenciaram na aversão à perda dos respondentes desta pesquisa foram: sexo, grau de instrução, renda individual, formação específica do indivíduo e distribuição dos investimentos. Como limitação, indica-se, de certa forma, o reduzido tamanho da amostra, o que pode ter interferido na apresentação de resultados pouco significativos para algumas das variáveis testadas; sugere-se a ampliação da amostra a fim de possibilitar nova rodada estatística.

REFERÊNCIAS

AKAIKE, H. *Information theory and an extension of the maximum likelihood principle*. 2nd International Symposium of Information Theory. Budapeste: Akademiai Kiado, 1973. p. 267-281.

AKAIKE, H. A *Bayesian analysis of the minimum AIC procedure*. Springer Series in Statistics, 1998. p. 275-280.

BARBERIS, N.; THALER, R. A survey of behavioral finance. In: CONSTANTINIDES, G.; HARRIS, M.; STULZ, R. *Handbook of the economics of finance*. New York: North-Holland, Edited by G. M. Constantinides, 2003. p. 1052-1114.

BASTOS, S. Q. A.; GONZALEZ, R. M. Comportamento dos investidores na crise: uma análise para o Brasil no período de 2005 a 2007. In: ENANPAD, Rio de Janeiro-RJ. *Anais*... Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

BERGER, B.; PESSALI, H. F. A teoria da perspectiva e as mudanças de preferência no *mainstream*: um prospecto Lakatoseano, *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2 (118), p. 340-356, abr./jun. 2010.

BENARTZI, S.; THALER, R. H. Myopic loss aversion and the equity premium puzzle. *Quarterly Journal of Economics*, p. 75-92, 1995.

CAMARGOS, M. A; SILVA, W. A. C.; DIAS, A. T. Análise da produção científica em finanças entre 2000-2008: um estudo bibliométrico dos encontros da ANPAD. In: ENANPAD. 2009. São Paulo. *Anais*... São Paulo: ANPAD, 2009.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. *Microeconometrics*: Methods and Aplications. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CAMPOS, P. J. F.; GOMES, L. P. Abordagem comportamental no processo de tomada de decisão de investimento. In: XV ENCONTRO AECA, Portugal. *Anais*... Portugal, 2012.

CASTRO JÚNIOR, F. H. F. de; FAMÁ, R. As novas finanças e a teoria comportamental no contexto da tomada de decisão sobre investimentos. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 25-35, abr./maio/jun. 2002.

DANIEL, K.; HIRSHLEIFER, D.; TEOH, S. H. Investor psychology in capital markets: evidence and policy implications. *Journal of Monetary Economics,* p. 139-209, 2002.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

HALFELD, M.; TORRES, F. F. L. Finanças comportamentais: aplicações no contextobrasileiro. São Paulo, *RAE*, v. 41, n. 2, p. 64-71, abr./jun. 2001.

JOHNSON, E. J.; GÄCHTER, S. HERRMANN, A. Exploring the Nature of Loss Aversion. *IZA Discussion Paper*, n. 2015, 2006.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Judgement under uncertainty: heuristics and biases. *Science*, New Series, v. 185, n. 4.157, p. 1124-1131, 1974.

_____. Prospect theory: an analysis of decision under risk. Econometrica. *E vanston*, v. 47, n. 2, p. 263-291, Mar. 1979.

_____. Choices, Values, and Frames. *American Psychologist*, v. 39, n. 4, p. 341-350, Apr. 1984.

KAHNEMAN, D.; KNETSCH, J. L.; THALER, R. H. Anomalies The Endowment Effect, Loss Aversion, and Status Quo Bias. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 193-206, 1991.

KIMURA, H. *Finanças comportamentais e o estudo de reações do mercado financeiro brasileiro*. 2001, 134f. Tese. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2001.

_____. Aspectos comportamentais associados às reações do mercado de capitais, *RAE-eletrônica*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2003.

KIMURA, H.; CRUZ BASSO, L. F.; KRAUTER, E. Paradoxos em finanças: teoria moderna *versus* finanças comportamentais, *RAE*, jan./mar. 2006.

KIMURA, H.; CRUZ BASSO, L. F. Finanças comportamentais: investigação do comportamento decisório dos agentes brasileiros. In: ENANPAD, Atibaia, 2003. *Anais*... Rio de Janeiro: ANPAD, 2003.

MACEDO Jr. J. S. *Teoria do Prospecto*: uma investigação utilizando simulações de investimentos. 2003. 203f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MARCON, R.; GODOI, C. K.; SILVA, A. B. Aversão à perda: um estudo do comportamento do investidor a partir da teoria psicanalítica. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO, 2002, Porto Alegre, RS, *Anais*..., Porto Alegre, 2002.

MARTINS, G. de A.; LINTZ, A. *Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENDES-DA-SILVA, W.; YU, A. S. O. Análise empírica do senso de controle: buscando entender o excesso de confiança. *Rev. adm. contemp*. [*online*], v. 13, n. 2, p. 247-271, 2009,.

MILANEZ, D.Y. *Finanças comportamentais no Brasil*. 2003. 53f. Dissertação (Mestrado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

NOGAS, P.S.M. *Avaliação das características demográficas, socioeconômicas, comportamentais e da experiência com perdas e ganhos na decisão de investir no mercado acionário brasileiro*. 2010. 171f. Tese (Doutorado em Administração Estratégica) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

NOVEMSKY, N.; KAHNEMAN, D. The Boundaries of loss aversion, *Journal of Marketing Research*, v. XLII, p. 119-128, May 2005.

NUNES, P.; BERBEN, J. E. L.; REINA, D; REINA, D. R. M. Finanças Comportamentais: uma Investigação da Tomada de Decisão dos Acadêmicos de Administração da Unisul sob a Perspectiva dos Estudos de Tversky e Kahneman (1974) e Kahneman e Tversky (1979). In: 3º CONGRESSO UFSC de CONTROLADORIA E FINANÇAS, 2009. Florianópolis, *Anais*... Florianópolis: UFSC, 2009.

ROSA, A. B. C. *Aversão míope à perda pode ser influenciada por aspectos do processo de decisão intertemporal?* Uma análise empírica. 2005. 53f. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica de Negócios). Brasília, 2005.

THALER, R.; TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D.; SCHWARTZ, A. The effect of myopia and loss aversion on risk taking: an experimental test. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 112, n. 2, p. 647-661, 1997.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. The framing of decisions and the psychology of choice. *Science*, New Series, v. 211, n. 4.481, p. 453-458, jan. 1981.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Loss aversion in riskless choice: a reference-dependent model. *Quarterly Journal of Economics*, v. 106, n. 4, p. 1.039-1.061, nov. 1991.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Advances in Prospect Theory: cumulative representation of uncertainty. *Journal of Risk and Uncertainty*, 5(4), p. 297-323, 1992.

WALTER, S. A.; FREGA, J. R.; SILVA, W. V. Análise do comportamento e da percepção do investidor em relação ao risco sob a ótica da teoria de finanças comportamentais, *R. Adm.*, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 172-187, abr./maio/jun. 2010.

SABERES CONTÁBEIS

– VOLUME IV –

ORGANIZADORES: Andréia Cittadin
Dourival Giassi
Milla Lúcia Ferreira Guimarães

Andréia Cittadin – aci@unesc.net

Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui graduação em Ciências Contábeis e especialização em Contabilidade Gerencial pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Atualmente é professora titular do curso de Ciências Contábeis e do curso de Tecnologia em Gestão Comercial modalidade à distância da Unesc. Líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Contábeis (NECON) e integrante do Núcleo de Estudos Organizacionais (NEGEO). Realiza pesquisas nos seguintes temas: contabilidade gerencial, controladoria, contabilidade de custos, logística, ensino e pesquisa em contabilidade.

Dourival Giassi – dgi@unesc.net

Mestre em Gestión de Negocios Y Formación Profesional Latinoamericana pela Universidad de Ciencias Empresariales Y Sociales da Argentina (UCES). Graduado em Ciências Contábeis pela Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas (ESCCA) e em Desenho e Plástica pela Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma (FACIECRI). Especialista em Administração Universitária (ACAFE) e Administração Financeira pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Foi coordenador do curso de Ciências Contábeis, Diretor da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas e Pró-Reitor de Administração e Finanças da Unesc. Atualmente é professor e Coordenador Adjunto do curso de Ciências Contábeis da Unesc. Membro da Academia Catarinense de Ciências Contábeis (ACCC) e integrante dos Grupos de Pesquisa: Núcleo de Estudos Contábeis (NECON) e Núcleo de Estudos Organizacionais (NEGEO).

Milla Lúcia Ferreira Guimarães – mlg@unesc.net

Mestre em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Possui graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Educacional de Criciúma e especialização em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Unesc. Atualmente é professora titular do curso de Ciências Contábeis da Unesc. Integrante dos Grupos de Pesquisa: Núcleo de Estudos Contábeis (NECON), Núcleo de Estudos Organizacionais (NEGEO) e Núcleo de Estudos de Engenharia de Produção (NEEP). Coordenadora de Extensão da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas da Unesc (Portaria nº 29/2014).

APOIO:

unesc
Universidade do Extremo Sul Catarinense

PROPEX
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Extensão

unacsa

Curso de Ciências Contábeis
UNESC

REALIZAÇÃO:

NECON
Núcleo de Estudos Contábeis

NEGEO
Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional

MULTIDEIA
editora